



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

(Diário revisto e aguardando aprovação em plenário)

XII Legislatura

Número: 59

II Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 9 de março de 2022

Presidente: *Deputado João Vasco Costa (substituiu no início da Sessão o Presidente Luís Garcia)*

Secretários: *Deputados Marco Costa (substituído no decorrer da Sessão pela Deputada Elisa Sousa) e Tiago Branco*

Sumário

Os trabalhos iniciaram-se às 10 horas e 05 minutos com [o debate de urgência sobre as consequências políticas, sociais e económicas, nos Açores, da invasão russa na Ucrânia](#): medidas e respostas, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PPM.

Assim sendo, usou da palavra para a sua apresentação o Deputado Paulo Estêvão, ao qual se seguiram os/as seguintes Deputados/as:

Catarina Cabeceiras (CDS-PP), António Lima (BE), Nuno Barata (IL), João Bruto da Costa (PSD), Andreia Cardoso (PS), Rui Martins (CDS-PP), José Pacheco (CH), Pedro Neves (PAN), Carlos Furtado (Indep.), Vasco Cordeiro (PS), bem como os seguintes Membros do Governo:

Subsecretário Regional da Presidência (Pedro Faria e Castro), Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses), para uma interpelação à Mesa e ainda o Secretário Regional das Finanças, Planeamento e

Administração Pública (*Joaquim Bastos e Silva*), bem como o Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*).

Seguidamente, passou-se à apreciação do [Projeto de Resolução n.º 29/XII – “Recomenda a atualização do regime jurídico da avaliação do impacte e do licenciamento ambiental vigente na Região Autónoma dos Açores”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PPM. Submetido à votação foi o mesmo aprovado por unanimidade.

Seguiu-se o [Projeto de Resolução n.º 31/XII – “Medidas para garantir o cumprimento das metas de reciclagem da União Europeia nos Açores”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, tendo o mesmo sido rejeitado com 25 votos contra do PS,

21 do PSD, 3 do CDS/PP, 1 do Chega e 1 do Deputado Independente e registou 2 votos a favor do BE, 2 do PPM, 1 do IL e 1 do PAN.

O ponto seguinte, o [Projeto de Resolução n.º 33/XII – “Caducidade da Declaração de Impacte Ambiental da Central de Valorização Energética de Resíduos na ilha de São Miguel – MUSAMI”](#), iniciativa da Representação Parlamentar do PAN foi igualmente rejeitado por maioria, tendo registado 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS/PP, 1 do Chega e registou 2 votos a favor do BE, 2 do PPM, 1 do IL, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente.

Posteriormente, teve lugar a apreciação da [Petição n.º 47/XI – “Pelo futuro da Gestão de Resíduos nos Açores”](#), apresentada por Filipe Machado Tavares, na qualidade de primeiro subscritor. Sobre este assunto, usaram da palavra os Srs. Deputados José Gabriel Eduardo (*PS*), que procedeu à apresentação do respetivo relatório, e também os Deputados Carlos Furtado (*Indep.*), Marco Costa (*PSD*), Jaime Vieira (*PSD*), António Lima (*BE*), Gustavo Alves (*PPM*), Rui Martins (*CDS/PP*), Nuno Barata (*IL*), José Contente (*PS*) e Pedro Neves (*PAN*).

Na continuidade da agenda, esteve presente a [Petição n.º 16/XII – “Pelo regresso urgente da colaboradora mais antiga do Serviço de Oncologia do Hospital do Divino Espírito Santo, a esta Unidade”](#), apresentada por Maria

[José Correia Cabral, na qualidade de primeira subscritora](#). Procedeu à apresentação do respetivo relatório a Deputada Délia Melo (*PSD*), à qual seguiram-se no uso da palavra, as Deputadas Catarina Cabeceiras (*CDS/PP*), Célia Pereira (*PS*), Ana Quental (*PSD*) e Alexandra Manes (*BE*).

Seguiu-se a apreciação do [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 50/XII – “Estrutura Orgânica da Secretaria-Geral da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores”](#), apresentado pela Mesa, Grupos Parlamentares do PS, PSD, CDS-PP e PPM e Representações Parlamentares do CH, IL e PAN, o qual foi aprovado por unanimidade em votação final global. Não sem antes terem usado da palavra, diversamente ora para interpellar a Mesa ora para declarações de voto, os Deputados Carlos Furtado (*Indep.*), Vasco Cordeiro (*PS*) e António Lima (*BE*).

Eram 19 horas e 28 minutos quando se deram por terminados os trabalhos desta Sessão.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados. Vamos proceder à chamada.

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Andreia Martins Cardoso da Costa

Carlos Emanuel Rego Silva

Célia Otelinda Borges Pereira

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Joana Pombo Sousa Tavares

João Vasco Pereira da Costa

José Manuel Gregório de Ávila

José António Vieira da Silva Contente

José Gabriel Freitas Eduardo

Manuel José da Silva Ramos

Maria Isabel Góis Teixeira

Maria Valdemira Gouveia Andrade Carvalho

Mário José Dinis Tomé

Miguel António Moniz da Costa

Rodolfo Paulo Silva Lourenço da Franca

Rui Filipe Vieira Anjos

Sandra Micaela Costa Dias Faria

Tiago Alexandre dos Santos Lopes

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Vasco Alves Cordeiro

Vilson Filipe da Costa Ponte Gomes

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da Ponte

Ana da Ascensão Moniz Arruda Quental

António Vasco Vieira Neto de Viveiros

Bruno Filipe de Freitas Belo

Carlos Eduardo da Cunha Freitas

Délia Maria Melo

Elisa Lima Sousa

Flávio da Silva Soares

Jaime Luís Melo Vieira

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

José Joaquim Ferreira Machado

Luís Carlos Cota Soares

Marco José Freitas da Costa

Paulo Alberto Bettencourt da Silveira

Paulo Duarte Gomes

Rui Miguel Mendes Espínola

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Salomé Matos

Vitória Alexandra Correia **Pereira**

Partido Popular (CDS/PP)

Jorge Paiva

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

Rui Miguel Oliveira **Martins**

Bloco de Esquerda (BE)

Alexandra Patrícia Soares **Manes**

António Manuel Raposo **Lima**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão **Alves**

CHEGA (CH)

José Eduardo Cunha **Pacheco**

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida Sousa

Partido Pessoas, Animais e Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente **Neves**

Deputado Independente

Carlos Augusto Borges Rodrigues **Furtado**

Presidente: Estão presentes 53 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Conforme deliberado pela Conferência de Líderes, vamos entrar no ponto 4 da nossa agenda - **Debate de urgência sobre as consequências políticas, sociais e económicas, nos Açores, da invasão russa na Ucrânia: medidas e respostas, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PPM.**

Os tempos para este debate são os seguintes:

Os tempos definidos pela Conferência de Líderes são os seguintes:

PS, PPM e Governo cada – 28 minutos;

PSD – 24 minutos;

CDS/PP – 14 minutos;

BE– 12 minutos;

Chega, IL e PAN – 10 minutos cada;

O Sr. Deputado Independente dispõe de 5 minutos.

Para dar início ao debate, tem a palavra por parte do PPM, o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Parlamento dos Açores condenou ontem, de forma firme e unânime, a invasão russa da Ucrânia. Os deputados tiveram aqui a oportunidade de expressar a indignação do nosso povo a respeito da guerra e dos seus horrores. Tiveram a oportunidade de verbalizar a solidariedade do povo açoriano em relação ao povo ucraniano.

Mas sendo que este um assunto que se insere na política internacional, que é uma responsabilidade do Estado, considero, ainda assim, que temos o dever de alargar o âmbito da nossa reflexão e discussão no âmbito da nossa autonomia.

A verdade é que os nossos instrumentos de autogoverno nos permitem, em muitas áreas, criar mecanismos que possam atenuar, nos Açores, os efeitos que a guerra e as sanções estão a ter na economia internacional e, por via disso, nas economias europeia, portuguesa e açoriana. É possível e deve ser

feito. Não se deve esperar uma proteção absoluta, nem perto disso, mas a passividade não é opção.

Na perspetiva do PPM, o modelo adotado e construído ao longo dos últimos anos para combater a pandemia constitui um bom ponto de partida para enfrentar a atual crise. Na verdade, como se disse muitas vezes, o combate à Covid-19 obrigou a União Europeia e os diversos estados e regiões a mobilizar recursos e a intervir na economia e na sociedade numa lógica de (quase) economia de guerra.

Não se subestime os efeitos potencialmente devastadores da última guerra russa. Trata-se, em primeiro lugar, de uma crise energética e humanitária de enorme dimensão. O aumento do preço dos combustíveis afeta a prática totalidade dos diversos sectores de atividade das economias modernas e constitui, na história económica dos últimos dois séculos, o epicentro das maiores crises internacionais.

Portanto, o que aqui se propõe é que se revisitem as medidas adotadas pelos dois últimos governos regionais no âmbito “da guerra” contra a Covid-19 e as suas consequências económicas e sociais. Admito que, em muitas situações, será necessário prolongar a vigência das medidas ainda em vigor. A análise deve ser feita caso a caso.

Será necessário, também, construir novas respostas. Por exemplo, no que diz respeito à devolução do aumento das receitas da Região geradas através do ISP. O Estado central já está a implementar uma série de mecanismos nesse sentido. Na Região pode e deve-se fazer melhor.

No imediato pode e deve-se fazer muita coisa, mas importa acelerar a implementação de políticas pensadas para o médio e longo prazo. Estamos a falar, por exemplo, do aumento do ritmo da descarbonização da nossa economia e da transição ecológica. Da diminuição da nossa dependência em relação aos combustíveis fósseis.

Temos de tornar-nos menos dependentes do mercado internacional de combustíveis. Para que isso possa concretizar-se é essencial incrementar

o investimento já planeado no âmbito da produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis. Temos de fazer mais e mais depressa.

Meus senhores!

Não é uma matéria que dependa de nós, mas temos de ser uma voz que alerte para a impossibilidade de aplicar o **Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)** e das reformas e investimentos que o mesmo contempla, que se destinam, em tese, a repor o crescimento económico sustentado, após a pandemia, reforçando o objetivo de convergência com a Europa ao longo da próxima década.

O mesmo tem de ser flexibilizado, nomeadamente no que diz respeito aos prazos de execução, que são, como todos sabem, muito rigorosos. Nas atuais circunstâncias, as economias periféricas estão a ser esmagadas pelos atrasos e o aumento exponencial dos preços que se verificam nos mercados internacionais, nos mais diversos âmbitos.

Aquilo que temos de fazer é levar esta questão a debate no plano nacional e europeu. Se nada se alterar, uma parte dos apoios previstos no PRR nunca chegará.

Meus senhores!

O que depende de nós é o esforço que a Região está disposta a fazer no plano humanitário para ajudar a população ucraniana. Nesta matéria é importante que o Governo dos Açores e a sociedade civil se empenhem na mobilização dos nossos recursos para receber o maior número possível de refugiados ucranianos.

Sei que é esse o propósito do Governo dos Açores nesta matéria. Este esforço deve ser feito em estreita articulação com o Governo do Estado, a União Europeia e a sociedade civil. Temos o dever de fazer o máximo possível. De mobilizar consciências e meios num grande esforço de solidariedade. Estas são circunstâncias de exceção. A Europa enfrenta a maior crise de refugiados desde a II Guerra Mundial. Os Açores têm de estar à altura das circunstâncias excecionais que estamos a enfrentar.

Deputado Joao Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Meus senhores!

No plano estritamente político está na hora de clarificar posições. De fazer escolhas. De dizer claramente à população quais são os nossos propósitos. Quais são as consequências dos nossos atos.

Existe uma linha que separa claramente os que apoiam a atribuição de assistência financeira à população ucraniana e os que não o fazem, como foi o caso da extrema-esquerda portuguesa, PCP e Bloco de Esquerda, no passado dia 14 de fevereiro, no Parlamento Europeu.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD: Muito bem!

O Orador: A causa da defesa da liberdade não admite nuances e tibiezas. Tudo tem de ser feito para proteger os oprimidos. Para apoiar os que estão a ser alvo de uma agressão militar brutal.

Não basta condenar. É necessário agir. É necessário ajudar.

E sim, a NATO é necessária. Os povos europeus, vítimas centrais dos últimos dois grandes conflitos mundiais, devem preservar, em conjunto com os Estados Unidos e o Canadá, um sistema de alianças político-militares que garanta a defesa das populações e da integridade territorial dos estados contra invasões externas.

Existe quem não pense assim. Existe quem queira – a nossa extrema-esquerda, por exemplo - colocar os povos da Europa à mercê da implacável máquina militar russa, tal como já o tinham feito no tempo da União Soviética. A NATO constitui a única garantia da preservação da independência e da liberdade de muitas populações e Estados da Europa de leste.

Esta crise político-militar também deixou patente que a Europa não pode continuar indefesa perante uma grande potência militar com é a Federação Russa. É necessário que a União Europeia avance também na construção de um projeto comum de defesa europeia.

Deputado Joao Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Os Açores são uma região de alto valor estratégico. A invasão russa da Ucrânia apenas tornou este facto mais evidente.

Mas a verdade é que a nossa posição tem sido negligenciada e subestimada. Importa, nas presentes circunstâncias, voltar a colocar a questão da utilização militar da Base das Lajes de uma forma muito assertiva. O passivo ambiental tem de ser resolvido. As contrapartidas resultantes da sua utilização têm de ser revistas.

Em síntese, a invasão russa da Ucrânia projeta uma enorme perturbação no quadro político, social e económico mundial. Os Açores estão já a ser largamente afetados. Estão a ser desenvolvidas respostas globais, nomeadamente por parte da União Europeia.

Importa, no entanto, que o Governo dos Açores também faça o que está ao seu alcance, em articulação com o Governo do Estado. É necessário avaliar, prever e agir. Estou certo de que os órgãos de governo próprio da Região Autónoma dos Açores estarão à altura das circunstâncias.

É este o propósito do debate de urgência que estamos a promover. Também aqui, nas circunstâncias criadas pela guerra, a Autonomia Açoriana tem um papel a desempenhar: o da defesa da população açoriana face a circunstâncias graves e excecionais.

Disse!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Pergunto ao Governo se quer usar da palavra?

Faça favor Sr. Subsecretário.

(*) **Subsecretário Regional da Presidência** (*Pedro Faria e Castro*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Neste momento em que falamos da guerra na Ucrânia, vem-me à memória o dia 9 de novembro de 1989.

Muitos dos que aqui estão recordar-se-ão com certeza do que naquele dia pensámos iria ser o futuro da nossa organização do sistema internacional.

Num contexto em que a própria integração europeia se reorganizava e estava a preparar uma união política, temos uma nova ordem na Europa, em que o Muro de Berlim determina um novo futuro para a Europa.

Passados todos estes anos, com muitos avanços e recuos – recordo que na década de 90 deu-se a primeira guerra na Europa depois da 2ª Guerra Mundial, que foi a desagregação da Jugoslávia, também provocando muitas vítimas – conseguimos trazer a vários países que estavam debaixo do jugo soviético desde a 2ª Guerra Mundial, a democracia, a liberdade e a paz.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Esses países viveram, durante os últimos 25 anos, um período de prosperidade e de garantia de uma participação nos valores que nós no ocidente temos proclamado. Valores, esses, que de forma cínica, têm sido acompanhados nas organizações internacionais, por outros países.

Recordo que nós temos um acervo de direito internacional que teoricamente nunca iria permitir aquilo que vimos nos últimos 15 dias.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Temos uma Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Temos uma Carta das Nações Unidas.

Temos uma Convenção Europeia dos Direitos do Homem.

A própria União Europeia é, hoje, uma organização (internacional) – porque se funda num Tratado – que afirma valores aceites de forma proclamatória no Ocidente e, mais uma vez de forma cínica, acompanhados por muitos países que depois não acompanham efetivamente.

Qual é a nossa situação neste momento?

Nós temos um dilema. E esse dilema tem a ver com o facto de que estamos a lidar com uma nova realidade que, países, estados, organizações como a União Europeia, que professam e afirmam estes valores da democracia, da liberdade e da paz, é muito difícil combater, porque temos que ter armas

iguais. E a verdade é que vimo-nos obrigados a recorrer a meios que penalizam a própria estabilidade do sistema que, entretanto, criámos.

Nesta situação criada pela Rússia da agressão à Ucrânia no último mês, temos visto a postura dos países ocidentais, no sentido de cumprirem aquilo que são os seus compromissos internacionais.

Por exemplo, Portugal, Estado-Membro da NATO, vê esta organização manter os seus compromissos, decidindo não intervir militarmente num país que não é membro e, portanto, não aplicando o Artigo 5º do tratado.

Há uma questão de princípio que é preciso afirmar. E é na afirmação destes princípios que nós entendemos que esta solução deve ser encontrada. Procura-se a diplomacia. Insistimos na solução diplomática. Mas a verdade é que a Rússia tem outros objetivos. Estamos a lidar com um estado que está a pôr-se à margem do próprio sistema internacional. E isso vê-se, por exemplo, pelo resultado da Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, em que houve a adesão de 5 países no seu apoio.

Este dilema que nós, Portugal e a União Europeia, temos, obriga-nos, como dizia o Sr. Deputado Paulo Estêvão na sua intervenção, a repensarmos a nossa atuação futura. A repensarmos, digo, a União Europeia, Portugal e até mesmo nós Açores. E a repensarmos no sentido de que temos que procurar alterar o nosso comportamento na interação e interdependência que temos no plano económico e social no mundo.

Nós, hoje, temos uma dependência económica grande de várias regiões políticas no mundo. A nossa dependência de países como a China, a Índia, o Brasil, os Estados Unidos, isto é, países fora da União Europeia, é economicamente muito grande. Isso é importante e é bom, mas é enquanto funciona. A verdade é que, hoje, somos confrontados com o problema energético causado pela dependência que criámos da própria Rússia.

Temos que pensar nisso e avaliar bem. E para este novo enquadramento – acreditem que há um novo enquadramento e uma nova ordem no sistema internacional que foi inaugurada em 2022 – temos que repensar muitas das

coisas que temos feito até agora. E é nesse sentido que também quero aqui relevar o contributo que os Açores podem dar para essa nova ordem internacional.

Muito se tem dito nos últimos anos de um eventual desinteresse geoestratégico dos Açores nesta nova ordem internacional, em que por exemplo, os Estados Unidos se viraram para o Pacífico. Esta guerra na Ucrânia prova precisamente o contrário.

O interesse e a importância dos Açores para a Europa e para a sua estabilidade geopolítica, é essencial. E, portanto, temos que ter em conta esses aspetos e utilizá-los na nossa participação no processo, não de integração europeia, como também nos mecanismos que temos de participação no próprio sistema internacional.

Os Açores, nas suas competências no âmbito do Estatuto Político-Administrativo, participam no sistema internacional de várias formas. Não é só na União Europeia. Temos uma capacidade de relacionamento inter-regional que nos permite uma ação a vários níveis.

Dito isto, sobre a questão emergente que se põe da guerra na Ucrânia, sabemos que há aqui duas formas de lidar com o assunto. E essas formas já estão efetivamente em marcha por toda a Europa. Uma tem a ver com garantir apoio humanitário à Ucrânia e a outra garantir o acolhimento dos refugiados da guerra.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

O Orador: Nesse sentido, os Açores também darão, e estão a dar, o seu contributo. Desde logo, vimos a sociedade civil açoriana a juntar-se para ajudar naquilo que pode, tendo em conta os constrangimentos da nossa situação geográfica, porque nós não estamos no continente europeu, estamos em ilhas, temos visto, ainda assim, a sociedade açoriana a unir-se. O Governo dos Açores também se associa a esse movimento e já está a adotar medidas para poder contribuir naquilo que são as suas competências e as suas

obrigações, para levar à Ucrânia todo o apoio necessário para ajudar o povo ucraniano.

Por outro lado, temos a obrigação também de adotar medidas de acolhimento dos refugiados. É um imperativo moral de qualquer povo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E nós, nos Açores, temos que acompanhar esse imperativo moral. Nesse sentido, também estamos em contato com o Governo português, sem esta parceria não podemos fazer nada, porque é preciso ter em conta as obrigações legais de entrada de cidadãos estrangeiros em território nacional. E resolvidas essas questões, adotaremos medidas que estamos a preparar, para podermos, na medida das nossas possibilidades e capacidades, ajudar o povo ucraniano, acolhendo aqueles que tiverem possibilidade de, provisoriamente ou se as circunstâncias o permitirem, fazerem uma nova vida aqui nos Açores.

Eu estou certo de que este é um tema que gera uma unanimidade, tal como já vimos ontem na Resolução aprovada aqui nesta Assembleia, junto da sociedade açoriana.

É muito importante que nos mantenhamos unidos e firmes neste apoio a este povo que está a ser massacrado por um poder psicótico e louco que, de forma perfeitamente avulsa, altera a ordem internacional de um momento para outro.

Quero só deixar uma última nota que é a seguinte: temos também que atender ao facto de que este poder não reflete as suas populações. Há milhões de cidadãos na Rússia e na Bielorrússia que não acompanharão certamente aquilo que os seus governantes estão a fazer. E, por isso, é importante também que na nossa ação e atuação tenhamos isso em conta, pela natureza humanitária que também temos que entender quanto à preservação dos direitos desses cidadãos enquanto estiverem no nosso território.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado.

Estão abertas as inscrições. A Mesa já tem algumas.

Para intervir, dou a palavra à Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PPM trouxe a debate de urgência, num tempo pertinente, este assunto, para pensarmos o futuro e que caminho deve também a Região seguir.

A verdade é que ainda com a pandemia em curso, tomada como os novos tempos, uma guerra bélica voltou a eclodir no continente europeu, com a invasão militar da Rússia – um importante produtor de energia – à Ucrânia, um país livre, democrático, independente e conhecida na história como o “celeiro da Europa”.

Além do chocante drama humanitário, o conflito que esta invasão está a gerar, motivado por objetivos expansionistas e imperialistas, vai ter pesados efeitos no processo de recuperação da economia mundial pós-Covid que já estava em marcha. Porque a Guerra da Ucrânia ultrapassa grandemente o território europeu, traduzindo-se em impactos económicos e sociais muito significativos, um pouco por todo o mundo.

Estes impactos evidenciam-se, desde logo, com o aumento do preço da energia, onde se tem verificado um aumento acentuado do preço do petróleo; ainda há dois dias tivemos o valor mais elevado desde 2008, e também o valor das matérias-primas, sendo o resultado imediato claro uma enorme instabilidade nos mercados financeiros.

No caso do combustível, esta questão não se prende só com os preços (dos combustíveis), mas também poderá existir a escassez dos mesmos e das

fontes de energia, pelo que é necessário adotar também medidas eficientes de contenção de consumo e diversificação do fornecimento energético.

Quanto às matérias-primas, a Rússia e a Ucrânia são dos maiores produtores mundiais, estes países têm quase um terço das exportações mundiais de trigo e cevada e representam 29% do total de exportações de trigo, são ainda responsáveis por 80% das exportações mundiais de óleo de girassol.

Naturalmente com este cenário de guerra, com os portos ucranianos a sul controlados pelos russos, não há produção nem exportação para o mundo.

Tal situação contribuirá para o aumento do preço dos bens essenciais, como o pão, massas, rações, mas também já se começam a sentir dificuldades naquilo que são as cadeias de distribuição doutros bens essenciais, determinado também pela necessidade de acautelar bens a médio prazo.

Por sua vez, os preços dos fertilizantes, por exemplo, que já estavam altos antes desta guerra, aumentarão certamente ainda mais, prejudicando os agricultores de todo o mundo, inclusive os dos Açores.

Apesar de não existirem grandes trocas comerciais diretas entre Portugal e estes dois países em conflito, a instabilidade internacional e o abrandamento económico, num mundo que está aberto e fortemente globalizado, resulta também em consequência para todos os países, em economias de mercado e Portugal certamente não é exceção.

A incerteza nesta fase é enorme.

As consequências geopolíticas do conflito começam a reproduzir os seus efeitos que começam a ser diários.

Para reagir a toda esta situação, temos que fazer um acompanhamento permanente da evolução dos indicadores económicos e dos números de refugiados gerado pela guerra, para que possamos, nos Açores, agir em conformidade e na medida das nossas capacidades.

A nossa economia já estava fragilizada e é preciso protegê-la, minorando as inevitáveis perturbações à recuperação económica e social pós-pandemia.

Com o previsível aumento dos custos de vida, nós aqui na Região temos também de encontrar, em diálogo com a República, a melhor forma de ajustar a política salarial aos novos tempos que vivemos. Tal como a pandemia acelerou a transição digital, este também é o momento de acelerar a transição energética. Importa, ainda, prosseguir um caminho de maior autonomia e auto-suficiência alimentar.

A verdade é que se já a pandemia veio trazer a necessidade de sermos cada vez mais autossustentáveis, quer a nível energético quer a nível alimentar, esta guerra que todos estamos a passar, veio evidenciar ainda mais esta situação e esta necessidade e veio também acelerar todo este processo que é necessário alcançar.

No que concerne à área social e humanitária, o número de refugiados ucranianos aumenta de dia para dia. A solidariedade europeia, nesta matéria, tem sido inexcelável, como há muito não se via, sobretudo da parte de países que tradicionalmente têm políticas migratórias muito restritivas.

Nos Açores, como povo hospitaleiro que somos, usaremos a nossa solidariedade para receber de braços abertos quem escolher a nossa terra para reativar a sua vida, longe da guerra e da destruição.

Permitam-me aqui, na Casa da Autonomia, assinalar as iniciativas espontâneas da sociedade civil que emergiram, desde a primeira hora, quer seja nas demonstrações de apoio, manifestações pela paz ou recolha de bens de primeira necessidade, para fazer chegar a quem mais precisa.

Também o Governo Regional já encetou contatos com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, em articulação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros português, no sentido de facilitar a vinda e a receção dos cidadãos ucranianos refugiados para os Açores. Também já está em curso “Açores em missão Ucrânia” com o portal onde as pessoas podem submeter informações sobre os alojamentos a disponibilizar e empregos disponíveis, também num apoio claro a toda esta situação.

Perante este desafio de enormes proporções, estou certa de que os Açores e este Governo irão dar a resposta necessária, atempada e adequada.

Sras. e Srs. Deputados:

Nunca, como hoje, a defesa da liberdade e da democracia fez tanto sentido. Defendê-la, hoje, tem custos para o nosso modo de vida, mas é o preço a pagar, para que a democracia seja respeitada.

Muito obrigada.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra, pelo Bloco de Esquerda, o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Agendou o PPM uma reflexão sobre as consequências políticas sociais e económicas, nos Açores, da invasão russa na Ucrânia: medidas e respostas.

Mas, afinal, aquilo que se debate não é isso. É um debate, afinal, sobre a NATO. Mas este tema que agendou o PPM e que está na epígrafe deste debate, é um bom tema de reflexão. E paralelamente um bom tema sobre ações concretas. Hoje, que se retiram lições de duas crises sucessivas, de forma trágica, sobre o mundo.

A primeira crise, de 2008 a 2012, foi provocada pela desregulação total da economia do capital financeiro. Pelo triunfo das teses neoliberais, o chamado “fim da história”, como proclamavam os arautos liberais. Uma festa liberal transformou, de facto, a vida de milhões e milhões de trabalhadores por todo o mundo. Transformou-a, num inferno. Esta crise foi resolvida à custa dos trabalhadores, semeando miséria e sofrimento nas suas vidas.

Com certeza o PPM, o CDS e o PSD não esqueceram a política da inevitabilidade, não esqueceram ir além da Troika, como única saída para o País.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Não apoiado!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é mentira!

O Orador: Com certeza que não esqueceram a célebre frase: “o País está melhor. Os portugueses é que estão pior”. Ou seja, será que já esqueceram a forma entusiástica, frenética mesmo, com que fizeram o povo português sofrer?

Ainda hoje estamos a pagar o efeito das políticas que estes partidos, tão entusiasticamente, aplaudiram e apoiaram. Houve milhares de milhões de euros para a banca, mas deixaram milhões de pessoas a sofrer.

Quando somos chamados à reflexão sobre os efeitos das crises, é bom lembrar as consequências económicas e sociais que a direita tanto aplaudiu.

É bom lembrar as consequências das políticas austeritárias que levaram ao crescimento galopante da extrema-direita em toda a Europa e no mundo e que colocaram, e colocam, as democracias em perigo com as suas lógicas conservadoras, racistas, xenófobas, homofóbicas e patriarcais. Ainda estava o mundo a curar as feridas desta primeira crise, e principalmente os efeitos da pretensa cura, logo surgiu a crise pandémica.

A resposta da Europa e a resposta de Portugal foi diferente. Afinal, sempre aprendemos alguma coisa.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Os senhores é que não!

O Orador: Ao invés da austeridade com cura, desenvolveram-se políticas de apoio às empresas, aos trabalhadores e às famílias. É certo que, na nossa opinião, não foram tão longe como deviam, mas de facto notou-se uma gritante diferença.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Hipocrisia!

O Orador: Nesta crise, a queda da riqueza produzida – a queda do PIB, em todos os países, foi superior à da crise anterior. Mas os efeitos económicos, e principalmente os efeitos sociais, foram muito menores do que os efeitos da anterior crise.

Mas, então, o que mudou?

O que mudou foram as políticas de resposta à crise. Ao invés da *cartilha liberal*, respondeu-se com políticas económicas e sociais de apoio às empresas, famílias e trabalho. Mas o que é interessante, mesmo depois de estar claro para todos a diferença de resposta e a diferença das consequências, os partidos que aplaudiram a austeridade e o sofrimento de tantos milhões de pessoas, não são capazes de assumir que erraram. Mas nesta crise que se avizinha, é preciso não ter só em conta as lições das crises anteriores, mas também estarmos todos atentos às condições de desenvolvimento desta nova crise e da sua profundidade e duração.

Desde já, avançamos com algumas pistas de reflexão e ação.

Esta guerra, provocada pela invasão da Ucrânia pela Federação Russa, pode levar a uma forte crise energética. Desde logo, cabe perguntar ao Governo que medidas está a tomar para responder à crise energética?

Sabemos, hoje, que num ápice, a União Europeia mobilizou centenas de milhares de milhões de euros para responder de forma drástica à dependência energética da Rússia. Sendo esta uma situação de urgência, não podemos esquecer a urgência climática que não desapareceu. E a pergunta que se coloca é a seguinte:

-Por que motivo não se atua da mesma forma, em força e com rapidez, para substituir rapidamente fontes energéticas fósseis para fontes energéticas mais amigas do ambiente? Transformando um desastre numa oportunidade para o futuro?

Cabe também perguntar: está o Governo Regional disponível para reforçar a velocidade da transição energética?

Outra lição que estas duas crises nos dão, foi o problema das cadeias de produção e da necessidade de diversificação da economia em espaços políticos e económicos como é a União Europeia.

Pelo que vimos na discussão de ontem sobre o Plano Operacional Açores 20/30, o Governo Regional nada aprendeu sobre esta matéria. Mantém todos os elementos duma política económica assentes em setores de baixo valor acrescentado e assume o turismo como único setor alavanca da sua economia. O turismo, para além de ser um setor que gera pouco valor acrescentado, é um dos mais sensíveis às perturbações do mercado e às perturbações internacionais. Mas é esta a única aposta estratégica do Governo.

A pergunta que se coloca é se este Governo está disponível para mudar de rota?

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Quem tem que mudar de rota é o senhor!

O Orador: É que ainda está a tempo se quiser mudar a bem dos Açores.

Mas se essas políticas são de carácter estrutural, que precisam de ser iniciadas já, existem problemas no imediato que é preciso responder. O perigo dum disparo inflacionista está à vista. Este cenário, a existir, pode causar profundas consequências nos Açores.

Todos sabemos que vários setores económicos sofrem com o aumento do preço, desde a agricultura à construção civil, o turismo, assim como sofrem os bens de primeira necessidade. Por outro lado, esta pressão inflacionista está a criar problemas sérios na concretização de várias empreitadas cujos contratos foram celebrados há mais tempo. A agravar-se a esta pressão inflacionista, a agudização destas situações será uma realidade.

A pergunta que se coloca é se o Governo Regional já *deu corda aos sapatos* e se já planeou, em termos próprios e em conversações com o Governo da República, medidas atempadas para atuar no apoio às empresas e para mitigar os problemas económicos e sociais que hão de vir?

Caso o agravamento desta situação se concretiza, do ponto de vista dos trabalhadores, o Governo tem de elaborar planos próprios e em concertação com o Governo da República, para acionar imediatamente formas de apoio ao rendimento dos trabalhadores açorianos.

Todos os partidos na Sessão Plenária de ontem se congratularam com os anúncios feitos pelo Governo e a sua preocupação na receção a cidadãos ucranianos que fugidos da guerra, queiram escolher os Açores para recuperarem as suas vidas e se estabelecerem se for caso disso.

Na questão do emprego, vai o Governo introduzir no próximo programa de apoio à competitividade empresarial medidas que garantam patamares mínimos do número de trabalhadores com contrato sem termo nas empresas apoiadas por dinheiros públicos?

Esta é uma medida central para construir um melhor futuro para quem trabalha.

Ou vai o Governo, como fez com a anterior legislação, ignorar essa urgência, abdicando de uma vez por todas de fazer justiça aos trabalhadores açorianos?

Chegados aqui, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, verifica-se através da intervenção inicial do Sr. Deputado Paulo Estêvão, que o discurso que proferiu, apesar de intitular este debate as “consequências para os Açores da guerra imposta pela Rússia à Ucrânia: medidas e respostas”, que o seu objetivo era, afinal, fazer propaganda da NATO. Vem, Sr. Deputado, em muito má altura.

Assistimos, nos últimos dias, à tragédia do povo ucraniano e com certeza prestamos todos muita atenção do Presidente da Ucrânia que declarou, ainda ontem, que se sente “traído” pela NATO. Faz esta declaração no momento em que todos assistimos ao maior sofrimento do seu povo, onde homens e mulheres sofrem, onde crianças sofrem e choram, o aniquilar das suas vidas, o ceifar de inocentes. Numa guerra que não pediram, numa guerra que não queriam, mas da qual são as principais vítimas. É o próprio Presidente da Ucrânia que diz – e repito – se sente “traído” pela NATO. Nada justifica esta

invasão e nada justifica a barbárie. Mas cada vez mais se sente, cada vez mais se conclui por parte também de analistas internacionais, que o povo ucraniano foi vítima duma guerra imperialista entre uma superpotência e uma potência regional, onde o povo ucraniano não passou de *carne para canhão*.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): A culpa é da Ucrânia?!

O Orador: A propaganda ideológica que o Sr. Deputado aproveita para destilar no momento em que o povo se sente traído e sofre desta maneira, é de facto uma péssima ocasião.

Secretário Regional Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Duarte Freitas): É o estalinismo.

Deputado Berto Messias (PS): Não é estalinismo, Sr. Secretário.

O Orador: Não me parece que alguma altura seja boa para defender os interesses belicistas das potências nucleares, na sua ânsia de domínio do mundo, utilizando povos e países como *carne para canhão*.

A democracia, a paz e a liberdade dispensam a guerra. E dispensam os arautos dessa ignomínia.

A acusação de que a 14 de fevereiro o Bloco de Esquerda absteve-se no chamado “apoio financeiro à Ucrânia”, Sr. Deputado, esse apoio tinha associado – como sabe – um programa de assistência financeira, eufemismo para uma intervenção do FMI e duma troika.

(Risos do Deputado Paulo Estêvão)

E como se costuma dizer, não podemos querer para os outros, aquilo que não queremos para nós!

Disse.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Fome e guerra **para os outros**, é o que o senhor quer!

Talvez um bocadinho de coerência, não?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O debate que o Partido Popular Monárquico aqui suscitou, mais do que um debate sobre a crise internacional provocada pela Rússia com a invasão da Ucrânia, é um debate sobre as consequências dessa crise na Região Autónoma dos Açores.

Citando o Sr. Deputado Paulo Estêvão, o Sr. Subsecretário trouxe-nos aqui uma intervenção à *Avelino de Meneses*, muito pertinente, mas onde incidiu mais sobre a crise e a ordem internacional, do que sobre as consequências na nossa Região, desta crise bélica na Ucrânia.

Tentando centrar-me no tema da iniciativa do Partido Popular Monárquico, eu diria que o Sr. Deputado Paulo Estêvão, ao seu bom jeito, encontrou aqui uma espécie de...*cortina de fumo*, mais uma justificação a juntar à pandemia, para que se arranje uma desculpa para as tão desejadas reformas que não aparecem e para a centralidade do Parlamento que se apregoa, mas que não existe...

Deputado José Ávila (PS): Aí é que está!

O Orador: ...para uma série de coisas que foram anunciadas durante a campanha eleitoral por todos os partidos que compõem o governo e que, na prática, são diferentes. E eu diria mesmo que esta é uma forma antiga, desadequada e vetusta de fazer política.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu estava á espera dum debate mais centrado nas questões das oportunidades, nas questões das adversidades que a nossa economia vai sentir nos próximos dias, porque é na adversidade que se encontram os verdadeiros heróis e os grandes estadistas. Não é propriamente quando as águas estão calmas. Quando as águas estão calmas e o dinheiro abunda, qualquer um é capaz de gerir, qualquer é capaz de fazer diferente.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Tudo liberal!

O Orador: O que é preciso mesmo, é termos estadistas e políticos à altura de enfrentar as adversidades que nós vamos ter que enfrentar nos próximos dias, porque esta crise bélica na Ucrânia vai ter repercussões gravíssimas na nossa economia. Está tendo já e o Governo não atua. Está a ter já nos preços dos combustíveis.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, os combustíveis estão a subir, mas os impostos sobre esses combustíveis não baixaram. Ora aí está uma forma do Governo Regional dos Açores intervir nesta questão.

Deputado Joaquim Machado (PS): Um liberal a pedir para o Governo intervir!

O Orador: Temos 15% de crescimento na cobrança...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O senhor ouviu o que eu disse?

O Orador: ...o que o senhor disse não é aquilo que depois se reflete na prática, porque na prática, os combustíveis sobem amanhã. O ISP, no último ano, cresceu 8 milhões de euros em cobrança para a RAA, ou seja, cerca de 15%.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): A Sónia Borges de Sousa sabe!

O Orador: O Sr. Vice-Presidente do Governo incomoda-se com algumas das minhas intervenções.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Eu não posso falar?!

O Orador: E sendo um daqueles que diz que não frequenta redes sociais, sabe muito bem o que é que algumas pessoas lá dizem, o que eu acho fantástico! Deve ter uma série de perfis falsos ou de informadores, *tipo KGB!* Deve ser uma coisa assim parecida.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Rede social e difamação, isso é com o senhor!

Deputada Alexandra Manes (BE): Afinal...!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): A rede social é informação duvidosa!

O Orador: A questão aqui, mesmo para a nossa economia, é que a crise na Ucrânia já está a provocar, aliás quem acompanhasse os agro-portais nos últimos meses por este mundo fora, principalmente os do Brasil que são muito bem informados, já sabia que vinha aí uma crise cerealífera e uma crise de fertilizantes. Isto está escrito em quase todos os agro-portais já há mais de 6 meses. Nós temos aqui uma oportunidade de reformar a nossa agricultura, de fazermos de facto diferente. Não sermos mais do mesmo.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Mais liberal!

O Orador: Não sermos mais daqueles que procuram nas adversidades desculpa para não fazer melhor. O que é preciso é encontrar nas adversidades, de facto, oportunidades para fazer melhor e para fazer diferente. Aliás, o Sr. Deputado António Lima foi ali à tribuna arranjar uma certa desculpa, também foi ao passado. Tudo o que acontece de mal, é por causa dos liberais, esses *terríveis gestores* da coisa pública, para onde os nossos açorianos tanto querem emigrar. Não conheço açorianos que queiram ir para a Venezuela ou para a Rússia.

Deputada Alexandra Manes (BE): Estava a faltar a Venezuela!

O Orador: Querem ir para o Canadá, Suécia, Inglaterra, na sua grande maioria, para os Estados Unidos da América.

Talvez o Bloco de Esquerda preferisse que vivêssemos como em Cuba, na Venezuela, ou na Rússia plenipotenciária do Sr. Putin!

Deputado António Lima (BE): A Rússia é socialista neste momento!

O Orador: Agora já não é, Sr. Deputado, porque agora não dá jeito que seja. Mas até há bem pouco tempo ainda era!

Deputado António Lima (BE): Era?!

O Orador: E, Sr. Deputado, já aqui uma vez referi e vou voltar a dizer: não foram as políticas neoliberais que trouxeram o estado português à falência!

O que o trouxe à falência foram as políticas socialistas e da omnipresença do estado nas decisões das pessoas. E foi por isso, pelo sentido de culpa, que o estado depois teve que ir resolver os problemas que tinha criado no sistema

bancário. Foi o estado que criou os problemas no sistema bancário, porque foi o estado que esgotou a capacidade de endividamento do sistema bancário português! E isto, a história há de escrever, porque alguém há de estudá-la e há de escrevê-la, para que todos fiquemos a saber!

Não foi um problema dos liberais. Foi um problema dos socialistas!

Deputado António Lima (BE): Foi por isso que o Ricardo Salgado foi condenado. Foi por causa do Estado!

O Orador: O senhor se calhar está a querer dizer-me que foram os liberais que deram cobertura às falcatruas do *dono disto tudo!* Quando os liberais nem estavam no governo em Portugal, quando este senhor cometeu as falcatruas que cometeu!

Deputado António Lima (BE): Estavam!

O Orador: Portanto, é falso! É mentira! E é errado ir àquela tribuna dizer que Portugal esteve na bancarrota, por responsabilidade dos liberais e neoliberais!

Não é verdade e o senhor insiste nessa mentira, porque intelectualmente, é desonesto nesta Casa!!

Tem sido reiteradamente desonesto, nesse sentido, porque não é sério dizer que Portugal foi governado por liberais e neoliberais nos últimos 45 anos – não é verdade!! E o senhor sabe que não é verdade!

Aliás, Portugal foi mais governado por socialistas, apoiados por comunistas e bloquistas, do que por liberais!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: A esquerda passa a sua vida a impor agendas que asfixiam as liberdades individuais e quando corre mal, a culpa é dos liberais! Era só mesmo o que mais faltava!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. membros do Governo:

Os dias que aí vêm constituem, para nós, um desafio hercúleo.

São, no entanto, dias de oportunidades para a nossa indústria do leite e laticínios que pode encontrar novos mercados e novas soluções. São uma

oportunidade para a reestruturação do nosso tecido empresarial. E são uma oportunidade para a nossa indústria das conservas de peixe.

Saibamos aproveitar esta oportunidade.

Saibamos aproveitar, da emergência dessas adversidades, novas oportunidades.

Se, por um lado, vamos ter um crescimento do preço dos combustíveis, por outro lado, temos obrigação de fazer a transição energética definitivamente. E aprovar rapidamente para começar esse processo, porque dentro de pouco tempo, também, outros parceiros europeus vão estar em concurso connosco nesse processo. E as matérias-primas serão cada vez mais caras, será cada vez mais difícil ter acesso a todos esses materiais.

Antes que o conflito armado se intensifique, é hora de fazermos esse trabalho que temos que fazer.

São *cortinas de fumo*, sim, que não podemos continuar a construir. Temos que as abrir, soprar este fumo e encarar com coragem, com resiliência, com inteligência e criatividade, um problema que vamos ter entre mãos e que pode durar 3 meses, 3 anos ou 10 anos.

Muito obrigado.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra, pelo Partido Social Democrata, o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado Joao Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente, cumprimentá-lo nesta sua estreia, enquanto Presidente em exercício desta Assembleia e desejar-lhe bom trabalho e boa sorte na condução dos trabalhos que também às vezes é necessária, quando os debates se tornam acalorados. E, perdoe-me o aparte, aí não se podem fazer apartes.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em boa hora o Partido Popular Monárquico trouxe a esta semana de Plenário um debate de urgência sobre a resposta que os Açores podem dar e os desafios que enfrentam, decorrentes desta agressão/invasão perpetrada pela Rússia, sobre um país vizinho, de forma – como já ontem bem ficou salientado – injusta e injustificada.

Em boa hora, porque sendo esta a oportunidade de todos, nesta Assembleia, poderem manifestar também não só as suas preocupações, mas também a sua visão daquilo que deve ser uma atuação consertada, desde logo, do Governo Regional e da autonomia dos Açores, a que este órgão se pode imiscuir, sendo o primeiro órgão da autonomia tem também que ter a sua quota parte de responsabilidade, termos da resposta que temos de dar a esta situação que nos foi agora cair, em termos de crise previsível, económica e social. Mas se bem que já ontem tivemos oportunidade de manifestar de forma clara a nossa condenação por parte de todos os partidos representados nesta Casa relativamente à situação da conjuntura internacional criada pela invasão da Rússia à Ucrânia, não queria deixar de começar pelo plano humanitário. Este plano deve ser, independentemente de não nos abstermos de ter as outras preocupações todas, será a nossa primeira prioridade.

Já ontem ficou bem claro por parte da intervenção do Sr. Presidente do Governo que a Região, e naquilo que depende do Governo, em termos de acolhimento e possibilidade de ajuda, dentro das suas possibilidades, fará o esforço que – esperamos nós – seja de conforto para o sofrimento daqueles que, por um lado fogem da guerra e daqueles que, por outro lado, não podendo ou não querendo fugir da guerra, vivem certamente um problema grave de fornecimento de bens e serviços, desde logo, de bens essenciais para o seu dia a dia e para a sua vida.

Nesse sentido, no plano humanitário, o nosso desafio é também estarmos ao lado do Governo no apoio, não só na receção e acolhimento dos cidadãos ucranianos (e não só ucranianos), mas também daqueles cidadãos que, numa condição de extrema necessidade, têm de fugir e ausentar-se do sítio onde

vivem, da sua terra, para poderem encontrar um local onde temporariamente, ou não obstante isso poderem também optar por um outro rumo para a sua vida, encontrarem nos Açores o acolhimento e as condições para serem recebidos com dignidade e com todo o empenho da nossa parte, enquanto primeiro órgão da autonomia, da parte do Governo, enquanto executivo que pode também lançar mão de medidas que necessitem eventualmente de aprovação desta Assembleia, em articulação com os municípios, poder local e todas as instituições que na nossa sociedade podem contribuir para dar essa ajuda.

Portanto, do ponto de vista da minha primeira prioridade nesta abordagem do debate de urgência trazido pelo PPM, a primeira preocupação do Grupo Parlamentar do PSD – queria salientá-la – é esta do plano humanitário, do ponto de vista de recebermos quem nos procura para o seu refúgio e de podermos ajudar aqueles que estão a viver momentos de extrema necessidade.

Nessa perspetiva, este é um momento histórico e da maior importância para a nossa sociedade, para os Açores, para a nossa vida, para o nosso desenvolvimento e para o nosso dia a dia. De perspetiva humanitária, como já disse, e das consequências que esta guerra terá, no plano social e económico, na Europa e, por arrastamento, obviamente, nos Açores.

Nessa medida, parece-me que o Sr. Deputado Paulo Estêvão tocou nalguns pontos essenciais.

Há um ponto essencial que tem a ver com o nosso contributo, postura e disponibilidade, dos políticos, partidos, forças representadas nesta Assembleia, para darem um contributo, trabalharem na concertação e no diálogo para encontrarmos as melhores soluções, aquelas que nos são verdadeiramente possíveis. E não embarcarmos nalguma demagogia e populismo que, por vezes, surgem associados a estes momentos de exigir aquilo que não é possível.

Deputado António Lima (BE): Porque é que não é possível?

O Orador: E, nessa medida, também um apelo da nossa parte, à responsabilidade daquilo que são as nossas capacidades económicas, de propositura e execução, para fazermos tudo aquilo que nos for possível, não embarcando em exigências que, sabemos à partida, podem parecer populares, mas que não serão eventualmente possível de realizar, criando ainda maior dificuldade e ruído sobre aquilo que é o objetivo de todos nós que é resolver os problemas dos Açores.

O Orador: Oiço alguém dizer repetidamente “possível”, mas eu não sei quem é. Gostava de saber quem é que com a máscara está em apartes a dizer “é possível”, porque ao menos eu podia responder.

Deputado António Lima (BE): Sou eu que estou-lhe a perguntar porque é que não é possível?

O Orador: Ah é o Sr. Deputado António Lima. Eu já vou a si. Deixe-se estar que eu já lá vou. Tenha calma. Não se sinta já visado, porque ainda não era consigo!

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

Deputado António Lima (BE): Estou a perguntar porque é que não é possível? Gostava de saber!

O Orador: Nessa medida, este apelo à responsabilidade que o Sr. Deputado António Lima do Bloco de Esquerda tomou logo como um apelo a que ele não seja irresponsável nas suas afirmações – não era consigo, mas o senhor lá sabe! – mas não só do ponto de vista interno, ou seja, daquilo que depende exclusivamente dos Açores e dos açorianos, dos seus órgãos próprios de governo resolverem, bem como contributos, diálogo e concertação no plano nacional e europeu. Naqueles fóruns onde nós podemos naturalmente exercer a nossa voz, dar o nosso contributo, divulgar (concertar) aquilo que são as nossas dificuldades para enfrentar os momentos difíceis que aí vêm. E quando estávamos a sair duma guerra que também ceifou e ceifa vidas, a

guerra à pandemia e ao vírus, quando estávamos na perspetiva de iniciar alguma retoma das dificuldades que fomos sentindo e da perspetiva de passarmos a um outro patamar, temos que dar muitos passos para trás e voltar a repensar – e nisso elogio e faço referência à intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão – sobre a perspetiva de percebermos quais são aquelas medidas, do ponto de vista do apoio económico e social, que foram implementadas durante a pandemia (a guerra da pandemia) e podermos agora também repensá-las de forma a podermos responder – e fica também esse desafio ao Governo – na medida em que possa ser possível que essas exceções, esses programas, todos aquelas medidas que foram sendo desenhadas ao longo do combate à pandemia, sejam agora eventualmente repensadas e novamente reforçadas, para se poder responder àqueles problemas que estimamos possam vir por aí abaixo, como consequência desta guerra. Guerra que, não fazendo uma análise de política internacional que já foi suficientemente pela douta voz do Sr. Subsecretário Regional da Presidência aqui abordada, mas que nos traz, desde logo, à primeira vista, uma crise energética; e para isso nós também temos que saber responder, em termos de melhorar e apostar o nosso desempenho em termos de autossuficiência ou pelo menos de maior autonomia energética, face ao exterior, por um lado, mas também aos combustíveis fósseis. E devemos ter também noção de que, em termos de inflação, de taxas de juro, de gestão de stocks, não só de produtores alimentares, desde logo, a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras já falou da questão dos cereais que se antevê possa ser também uma crise que poderá influenciar, desde logo, os produtos de primeira necessidade que tanto nos preocupa também nesta conjunta, mas esse conjunto de elementos que podem de facto influir sobre a nossa vida e o nosso futuro imediato, também o Governo possa eventualmente desenhar ou pensar em plano de contingência para responder à eventual escassez de produtos no mercado; e, nesse sentido, não só o Governo, mas também as empresas e as famílias possam de alguma forma perceber que não obstante

nós sermos uma sociedade de consumo, temos que pensar que, no futuro imediato, há que regular, ou pelo menos conter um pouco mais, o nosso consumo de alguns bens, não diria utilizando uma expressão de racionamento, mas temos que não deixar de pensar nisso, porque corremos o risco de, depois, termos ainda mais dificuldades para o abastecimento da nossa economia e para as respostas que a nossa população precisa. E quem fala em energia, também fala no preço dos transportes e de tudo aquilo que está relacionado com a produção de bens e serviços na nossa Região.

Portanto, nessa medida, e pegando também na expressão do Sr. Deputado Nuno Barata, exige-se que os políticos demonstrem realmente a sua fibra e coragem para, por um lado, dizer a verdade, mas por outro lado, também, terem consciência daquilo que são as nossas possibilidades. E isso exige responsabilidade. Este é um momento também de responsabilidade para todos nós, pelo que faço esse apelo à responsabilidade.

Este debate é de facto importante nessa perspetiva de chamada de atenção daquilo que são as dificuldades que podem advir no futuro imediato e que vão certamente ter grande preponderância nos Açores. E acho que o Sr. Deputado António Lima, fazendo a crítica a si próprio na tribuna ao Deputado Paulo Estêvão de que “tinha que falar da NATO”, mas temos que falar destas coisas também.

Deputado António Lima (BE): Quem falou foi o Sr. Deputado Paulo Estêvão, não fui eu!

O Orador: E ainda bem que o Sr. Deputado tomou as dores do seu partido relativamente ao ódio que o Bloco de Esquerda sente pelas democracias liberais.

Deputado António Lima (BE): O ódio?!

O Orador: O ódio que o Bloco de Esquerda sente pela NATO e pela presença dum Tratado de Defesa e Segurança na Europa de que Portugal faz parte, e esperemos que nunca deixe de fazer, porque imaginemos nós uma

maioria absoluta do Bloco de Esquerda onde é que nós estaríamos? Se calhar estaríamos a querer invadir Espanha!

Deputado António Lima (BE): Isso é só ridículo!

O Orador: E, portanto, Sr. Deputado, a NATO é essencial à segurança na Europa, conforme se está a demonstrar.

Deputado António Lima (BE): Isto só rindo!

O Orador: A NATO é o único elemento de contenção, neste momento, da intenção expansionista do Sr. Vladimir Putin em relação aos países que são fronteiras da Europa – e se calhar não só aos países que lhe são fronteira. E, portanto, lembrando que o Bloco de Esquerda defende a saída da NATO...

Deputado António Lima (BE): Não é só o BE, é a Constituição da República Portuguesa! Esqueceu-se disso!

O Orador: ... o Bloco de Esquerda não quer que Portugal faça parte da NATO, não quer que Portugal pertença à União Europeia. O Bloco de Esquerda, aqui há 15 dias atrás, achava até que a Rússia é que estava a ser ameaçada. “A Rússia está a sentir o seu espaço vital ser ameaçado”. Era o que o senhor dizia, ou melhor, o Bloco de Esquerda, dizia há 15 dias.

Deputado António Lima (BE): E é verdade!

O Orador: Aquilo que eu lamento da sua postura, Sr. Deputado, é que o senhor ontem – da minha perspetiva – tomou uma atitude muito correta que foi aliar-se às restantes forças políticas neste Parlamento, para condenar a atitude...

Deputado Joaquim Machado (PSD): É a hipocrisia da esquerda!

Deputado António Lima (BE): É a hipocrisia do jeito!

O Orador: ... totalitária dum ditador, relativamente á soberania do seu país vizinho. E ontem, o senhor e o Bloco de Esquerda, disseram uma coisa, mas hoje dali daquela tribuna, estavam dispostos a aceitar outra.

Deputado António Lima (BE): Isso é mentira!

O Orador: Aquilo que o senhor disse naquela tribuna é que, na sua perspetiva, estava disposto a que os ucranianos assistissem impávidos e

sereno, sem guerra de preferência – isso eu também acho que sem guerra era tudo bom! – à invasão russa e à anexação por parte da Rússia.

Deputado António Lima (BE): Eu não disse isso!

O Orador: O senhor não disse com estas palavras.

Deputado António Lima (BE): Ah, não disse!... Essa é boa!

O Orador: Mas eu estou a dizer, porque a hipocrisia de V. Exa. não pode passar em claro nesta Casa, porque é isso que o senhor defende e o Bloco de Esquerda também!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

Deputada Andreia Cardoso (PS): A hipocrisia é isso mesmo!

O Orador: Essa sua cegueira ideológica, Sr. Deputado e do Bloco de Esquerda, do ódio às democracias liberais, à liberdade e aos direitos dos povos europeus à escolha democrática do seu futuro, esse seu ódio trotskista da sua fundação e do que foi o conjunto de partidos que se juntou para formar esse “bloco” de esquerda, é lamentável que não tenha tido a oportunidade de perceber, nos últimos 15 dias...

Deputado Carlos Silva (BE): E sobre as consequências económicas?

O Orador: ...o quão errados os senhores têm estado relativamente à história da Europa e, desde logo, também, em relação à presença de Portugal na NATO e na União Europeia.

Exigia-se de V. Exa. e do Bloco de Esquerda, um recuar nessa vossa cegueira ideológica que, desde logo, levou também à abstenção no Parlamento Europeu do auxílio à Ucrânia no valor de 1200 milhões de euros relativamente aos problemas que estavam a passar antes desta guerra.

Deputada Alexandra Manes (BE): Que mentira!

O Orador: Nessa altura, Sr. Deputado, posicionava-se o Bloco de Esquerda perante essa posição de “a Rússia é que está a ser ameaçada,

Deputada Alexandra Manes (BE): Contextualize as coisas!

O Orador: ...eles têm o direito eventualmente de invadir a Ucrânia”.

Deputado António Lima (BE): Mas quem é que disse isso?

O Orador: E para terminar, e porque este não é de facto o assunto mais relevante (apesar de o ser) ...

Deputada Alexandra Manes (BE): Mas ainda não falaram em mais nada, para além do aumento dos preços! É isso que queremos saber!

O Orador: ... mas, aquilo que eu queria também salientar, porque não é este o tema que nos deve tomar mais tempo neste debate...

Deputado António Lima (BE): Mas foi!

O Orador: ...em relação ao aumento dos combustíveis – ainda bem que chegou o Sr. Deputado Nuno Barata, porque eu estava aqui um bocadinho a fazer conversa à sua espera para dizer o seguinte: os combustíveis, felizmente nos Açores, não vão aumentar amanhã!

Deputado Pedro Neves (PAN): E para a semana?

O Orador: Como sabe, Sr. Deputado, nós temos um sistema de fixação de preços nos Açores que nos permite, por um lado, ter sempre um preço de combustíveis mais baixo do que no continente. E que, por esse mesmo lado, nos permite poder esperar que o Governo tenha meios para também enfrentar esse problema que vamos certamente ter que enfrentar dentro de 20 dias, no final do mês. Mas, Sr. Deputado, se os preços nos Açores seguissem o modelo liberal, aumentavam não era amanhã, era já ontem!

Deputado Nuno Barata (IL): Aumentavam, mas eram 60% mais baratos!

O Orador: Era apenas para V. Exa. perceber que, na nossa perspetiva, não pode ser tudo numa maneira nem tudo da outra. Nós procuramos o equilíbrio e as soluções para resolver os problemas dos açorianos.

Deputado Nuno Barata (IL): O custo de vida é que está mais caro!

O Orador: E é isso que, estou certo, nós todos devemos fazer, com equilíbrio, com concertação, com diálogo e ajudando também o Governo dos

Açores a encontrar as soluções para enfrentarmos a crise que vamos ter que enfrentar em consequência desta guerra.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

O Sr. Deputado António pede a palavra para?

(* **Deputado António Lima (BE):** Para um protesto, Sr. Presidente, às declarações do Sr. Deputado João Bruto da Costa quando referiu que o Bloco de Esquerda dizia que eventualmente a Rússia tinha justificação para invadir a Ucrânia.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é debate político!

Presidente: Reconheço alguma hipersensibilidade, mas tem a palavra Sr. Deputado. São 3 minutos para o contraprotesto.

(* **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Uso este protesto, poderia até ser outra figura, talvez a defesa da honra da bancada, às insinuações falsas, caluniosas e, diria eu, até de carácter terrorista do Sr. Deputado João Bruto da Costa.

Deputado Joao Bruto da Costa (PSD): Não são falsas!!!

(Neste momento o Deputado João Bruto da Costa mostra um documento à Câmara)

O Orador: Aliás, no estilo caceteiro do PSD que o caracteriza...

Vozes de alguns Deputados da Bancada do PSD: *Xiii!!!!*

O Orador: ... o Sr. Deputado João Bruto da Costa vem aqui insinuar de forma insidiosa que alguma vez sequer defendeu, ou justificou de alguma forma, a invasão da Ucrânia.

O Bloco de Esquerda rejeita, rejeitou e continuará a rejeitar qualquer violação do direito internacional, neste caso como noutros, em particular, rejeita totalmente e linearmente a invasão da Ucrânia pela Rússia. E não há nada que o senhor diga que faça mudar isso!

Essa posição que é clara, límpida e sem margem para dúvida, assumida a partir do momento em que a invasão aconteceu, por todos os dirigentes do Bloco de Esquerda em todos os momentos, não pode ser colocada em causa.

Outra coisa é a opinião do Bloco de Esquerda, ou de qualquer um deputado aqui dentro, sobre o que são as relações internacionais entre países, entre blocos político-militares que existem. E não é a invasão dum país ou de outro que vai mudar a nossa posição sobre a existência e o objetivo da NATO. Mas não é isso que está aqui em causa e sim as suas palavras mentirosas, procurando aqui, mais uma vez, cavalgar uma onda que pretende reescrever as declarações dos dirigentes do Bloco de Esquerda.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é que merece um protesto!

Deputada Ana Luís (PS): É pedir!

O Orador: E, de facto, eu esperava mais dum partido com a responsabilidade que tem o PSD. A sua maturidade e o historial democrático do PSD que reconheço, não merecia, de forma alguma, ter um líder parlamentar com as suas características.

Deputada Alexandra Manes (BE): E agora...?

Presidente: Obrigado.

Sr. Deputado António Lima, agradeço a sua intervenção para o protesto, mas chamo-lhe a atenção que as expressões que usou também seriam suscetíveis de um outro protesto que não foi pedido.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD e do PS: Muito bem!

Deputado Sérgio Ávila (PS): Grande Presidente! Deixe-se estar aí, está desempenhando muito bem as funções! Fique aí até ao final da Legislatura!

Presidente: De qualquer forma, o Sr. Deputado João Bruto da Costa, querendo, tem 2 minutos para um contraprotesto.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vou-me cingir ao motivo do protesto enunciado e não à falta de educação e falta de categoria demonstradas na sua intervenção, Sr. Deputado do Bloco de Esquerda; ou, pelo menos, à falta de respeito por um colega seu nesta Casa. Ficou-lhe muito mal!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Deputado António Lima, vamos discutir política. Não vamos discutir as características pessoais de V. Exa. ou das minhas, se não se importa.

Deputada Alexandra Manes (BE): Oh sim, por quem Deus manda o recado!

O Orador: O Bloco de Esquerda que elegeu 4 deputados que irão tomar posse no final deste mês, entre os quais a Sra. Deputada Mariana Mortágua.

(Neste momento o orador mostra um documento à Câmara)

O Orador: Ela dizia assim a 14 de fevereiro, portanto, há não muito tempo (10 dias antes da guerra): “Parece-me que a questão de fundo não é a invasão da Ucrânia. O que está em causa é o espaço que é dado à Rússia e o espaço de influência da Rússia, perante esta chegada da NATO às suas fronteiras”.

Linhas Vermelhas, a na Sic Notícias: “Devemos ter muito cuidado a analisar este conflito e evitar interpretações simplistas. O que está em causa não é a luta do bem contra o mal”.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Essa senhora não tem assento no Parlamento regional, não se pode defender!

O Orador: É o Bloco de Esquerda.

“O que está em causa para a Rússia é a segurança do seu espaço e da sua fronteira. A Rússia está a sentir que o seu espaço vital está a ser ameaçado”.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Expressão mesmo! Estalinista!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Histórica!

O Orador: “É irresponsável anunciar uma guerra e devemos evitá-la a todo o custo.

(Aparte impercetível do Deputado António Lima)

O Orador: Espere, deixe-me acabar a frase.

“Uma invasão não dá direito à guerra”.

É com base nesta afirmação, Sr. Deputado António Lima, que eu o desminto categoricamente!

Esta afirmação quer dizer exatamente aquilo que significa a interpretação do português correto. “Uma invasão não dá direito à guerra”. Os senhores achavam que a colocação de milhares e milhares de militares russos junto à fronteira da Ucrânia podia dar uma invasão que isso não ia trazer guerra nenhuma, até porque a Ucrânia provavelmente devia ter aceitado esse ato criminoso de anexação por parte da Rússia dum divisionismo histórico do qual o senhor tem saudades e eu sinceramente não tenho saudades nenhuma. Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso em nome do Partido Socialista.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ontem manifestámos a nossa solidariedade e apoio ao povo ucraniano e condenámos a invasão da Ucrânia pela Federação Russa.

Hoje, estamos aqui, por via dum debate suscitado pelo Grupo Parlamentar do PPM, a debater com carácter de urgência, para que o Parlamento se pronuncie sobre as consequências dessa invasão, em termos políticos sociais e económicos e para termos oportunidade de todos aqui, avançar com as medidas que entendemos que são importantes para os Açores responderem a este conflito. Desde logo, as consequências sociais resultantes do fluxo migratório que naturalmente nesta fase é mais evidente nos países que têm fronteira com a Ucrânia, mas já vemos muitos ucranianos chegarem a Portugal e designadamente a chegarem aos Açores.

Estes refugiados de guerra têm estatuto próprio, sendo que Portugal assinou e subscreve uma série de convenções internacionais a este propósito que, desde logo, dão direito aos cidadãos ucranianos refugiados de guerra a acolhimento e integração, a saúde, educação, emprego, habitação e apoio social.

É fundamental que tenhamos em consideração o perfil destes refugiados. Estamos a falar essencialmente de mulheres e crianças, algumas delas sem acompanhamento.

É naturalmente, numa 1ª fase, essencial mobilizar os recursos regionais. E quando falo em “mobilizar os recursos regionais”, estamos necessariamente a falar em mobilizar as respostas que existem na nossa comunidade, ao nível das IPSS e Misericórdias, das Autarquias Locais, mas também estamos a falar de promover a integração por via de associações culturais e desportivas. Se é verdade que numa 1ª fase o acolhimento é aquilo que nos deve preocupar e convocar as nossas atenções, promovendo um levantamento dos recursos disponíveis nas várias modalidades de alojamento, é igualmente certo que temos que assegurar as necessidades básicas de alimentação, medicação e vestuário.

Se é verdade que a comunidade açoriana se mobilizou no envio de bens de primeira necessidade para as comunidades ucranianas que se encontram nos países que fazem fronteira com a Ucrânia, não é menos verdade que nós temos também de acudir a esta circunstância, por um lado, ou seja, era importante perceber se de facto o Governo está a apoiar nesta fase esses movimentos solidários um pouco por toda a nossa Região, quer na disponibilização daquilo que é sua magistratura de influência junto das empresas de lacticínios ou outras para poderem cooperar com estas instituições que estão a mobilizar todos estes recursos, é evidente que todos estes aspetos são importantes nesta 1ª fase, mas haverá uma 2ª fase que é aquela da integração.

Relembrando aquilo que é o estatuto dos refugiados, ou seja, não se trata aqui – Sr. Secretário – dum imperativo moral, é efetivamente um imperativo legal, os Açores devem e têm competências para isso, há instituições preparadas para promover este acolhimento e esta integração, devendo o Governo Regional associar-se naturalmente a elas e apoiá-las, no sentido de proporcionar a oferta educativa e de qualidade, para promover o ensino da língua portuguesa, para garantir a formação profissional e a aprendizagem ao longo da vida e necessariamente um outro aspeto que é crítico relacionado com as necessidades de saúde, designadamente ao nível da saúde mental. Estamos a falar de pessoas que obviamente trazem traumas, crianças e adultos com traumas de guerra graves que devem merecer toda a nossa atenção. Devemos garantir o acesso a uma habitação adequada, numa 1ª fase em centros de acolhimento, mas também podemos (e devemos) e temos condições para isso, de proporcionar habitação para uma 2ª fase. E há outros 2 aspetos que são de facto críticos e que têm a ver com a informação que deve ser prestada à chegada a estes refugiados sobre os seus direitos e deveres, porque a verdade é que, em termos culturais e legais, há normativos diferentes no nosso país e no país que eles recentemente abandonaram, portanto, há que preparar todas estas circunstâncias, com traduções na sua

língua materna, no sentido de que conheçam realmente aquelas que são as regras e direitos.

É também fundamental preparar a Administração Regional para esse acolhimento, conhecendo os direitos que assistem a estes cidadãos, para que possam dar cabal resposta às suas necessidades. A este propósito, gostava de salientar o papel que o Governo da República tem tido neste aspeto, sendo que foi um dos aspetos já focados pelo Sr. Secretário Regional. Ainda durante a semana passada, o Governo Regional deu nota de que neste momento já se preparou a autorização especial, para que os deslocados da Ucrânia entrem de forma simplificada no nosso país, ou seja, não é preciso, por exemplo, que a pessoa faça prova de correr perigo, ou seja, há uma facilitação nesta fase do acolhimento; também está a ser garantido acesso imediato ao número da segurança social e também do Serviço Nacional de Saúde; e foi criada uma plataforma para que as empresas carreguem as oportunidades de emprego e, assim, possa haver uma conciliação entre aquilo que é a oferta de trabalho em Portugal e a procura por estes cidadãos.

Penso que – estas são informações ainda desta semana – já há 1245 vagas disponíveis em termos de alojamento, daí ser importante saber se já estão inseridas, neste cômputo global, as oportunidades que certamente o Governo Regional terá informado o Governo da República. Mas também, já há – desde ontem – uma resposta específica da União Europeia para que os países membros possam de facto responder a esta crise humanitária. E, neste sentido, foi aprovado ontem, por proposta da Comissária Elisa Ferreira, a criação dum novo programa de ação para a coesão em favor dos refugiados da Europa que se chama *CARE*, que pretende financiar a 100% estruturas de acolhimento, centros de receção, cursos de língua, formação profissional, apoio jurídico, aconselhamento e assistência psicológica. É, portanto, fundamental que o Governo Regional possa também aceder a estes recursos e colocá-los em favor desta comunidade.

Numa 1ª fase, penso que estas respostas são as principais questões que nos devem preocupar, mas há naturalmente consequências económicas. Sobre estas, eu gostaria de transmitir a nossa leitura. Há questões que são de facto novas, sobretudo pela sua dimensão. Mas há outras que já não são novas, tais como a escalada dos preços dos combustíveis, do aumento do preço dos fertilizantes ou dos cereais também não são de hoje; o impacto destes aspetos no preço dos bens essenciais; a questão do ferro e do alumínio, com consequências no mercado da construção civil e no preço das obras públicas e particulares; a inflação e as taxas de juro; a necessidade de promovermos a auto-suficiência. Todas estas questões foram levantadas pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista em novembro aquando da discussão do Plano e Orçamento, pela voz do Sr. Deputado Vasco Cordeiro nessa altura.

Era nossa preocupação, então, que o Orçamento da Região não dava resposta a estes problemas. É nossa preocupação (redobrada) agora pela amplificação destas consequências, mas também porque há oportunidades que, entretanto, surgiram. Para nós, o Orçamento da Região foi realmente uma oportunidade perdida nesta matéria. Tivemos a questão das agendas mobilizadoras que pretendia exatamente a recuperação e tornar as nossas empresas mais resilientes, sendo que foi uma 2ª oportunidade perdida. E temos agora o Plano Operacional 20/30. A este propósito, o Governo Regional de que vai promover uma revisão do documento e era importante que aproveitasse essa oportunidade para que (esse documento) a alocação de recursos pudesse dar resposta aos desafios. E como disse o Sr. Deputado Nuno Barata, tornar estes desafios em oportunidades.

É neste sentido que alerto para aquilo que foi transmitido pelo Sr. Deputado António Lima, isto é, de que é preciso ter em atenção as questões associadas à competitividade empresarial e às respostas às famílias, porque de facto estamos num momento de acentuação da crise a nível regional, nacional e internacional.

Gostava de terminar dizendo, Sras. e Srs. Deputados, pese embora o caminho que algumas das intervenções – é opção de cada um dos Srs. Deputados sobre esta matéria – foi o de divergir para outras questões acessórias, na minha opinião, a este propósito, mas parece-me que foi oportuna a intenção do PPM quando traz ao Parlamento esta discussão, porque esta é uma questão que interessa aos açorianos que se interessam pelas respostas efetivas a um povo que sofre os horrores da guerra. Prova disso são os movimentos solidários um pouco por toda a nossa Região e, portanto, era fundamental que hoje obtivéssemos aqui respostas sobre que apoio é que o Governo Regional está a prestar a estes movimentos solidários que surgem um pouco por toda a Região?

Que respostas está o Governo a preparar para acolher e integrar os refugiados?

Que respostas está o Governo a preparar para responder aos enormes desafios que se colocam às famílias e às empresas?

Por fim, dizer-vos que na minha modesta opinião, não há de facto, neste momento, limites para a solidariedade.

Obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

A Mesa ainda tem inscrições. Porém, vamos fazer o nosso intervalo regimental.

Eu agradecia, então, que o Sr. Secretário desse os tempos remanescentes.

Voltaremos às 12h10.

Secretário: Obrigado Sr. Presidente.

O Governo Regional dispõe de 15m e 6s; o Partido Socialista 16m e 41s; o PSD 2m e 57s; o CDS 8m e 21s; o Bloco de Esquerda 20s; o PPM 18m e 59s; o Chega e o PAN 10m; a IL 20s; o Sr. Deputado Independente 5m.

Presidente: Muito obrigado. Vamos então fazer o nosso intervalo.

Eram 11 horas e 42 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 16 minutos.

Está inscrito o Sr. Deputado Rui Martins do CDS/PP. Faça favor, tem a palavra.

(* **Deputado Rui Martins (CDS/PP):** Obrigado Sr. Presidente.

Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na verdade, não era para participar neste debate, porque a minha líder parlamentar já tinha feito um enquadramento daquilo que é o posicionamento do Grupo Parlamentar do CDS relativamente a esta situação que estamos a presenciar e que tem a ver com o conflito armado da invasão da Rússia ao território ucraniano e que, naquilo que era a indicação que este debate de urgência tinha a ver com a perspetiva que podíamos ter sobre as implicações para a Região e um rumo de futuro.

Efetivamente o Grupo Parlamentar do CDS focou-se mais nas necessidades de aproveitar as oportunidades criadas, como muito bem disse o Sr. Deputado Nuno Barata, para priorizarmos e definirmos o rumo dos nossos investimentos, tendo em vista as questões energética, alimentar e agroalimentar. E isso foi para nós o mais importante.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista também seguiu a mesma lógica de contribuir para essa sinalização das necessidades imediatas, do que devem ser os objetivos imediatos. E, obviamente, também tendo esse entendimento a

médio e longo prazo, dos desafios que se impõem à Região e à nossa realidade.

Eu inscrevi-me no seguimento da intervenção do Sr. Deputado António Lima, porque faz lembrar que o tema do debate era esse. Vários partidos seguiram o rumo de falar dos Açores, mas o Sr. Deputado António Lima – vai-me desculpar – viu o *isco* e mordeu-o logo. Ou seja, falou-se em NATO e o senhor perseguiu logo esse *isco*.

Na sua intervenção parece que tem saudades do *Verão Quente de 75*, da UDP, sei lá, da Jugoslávia ou das invasões à Hungria. Eu não sei o que é que pretende com esse posicionamento.

Deputado António Lima (BE): Jugoslávia?!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Albânia!

O Orador: Eu digo isto, porque o Sr. Deputado também falou no Governo PSD/CDS. E eu só pedi a palavra para participar no debate exatamente por isso, porque o Governo PSD/CDS aparece após uma crise financeira gravíssima internacional que afetou obviamente Portugal e porque foi o Governo que, no fundo, robusteceu o País. Isso é um facto.

Foi esse Governo (PSD/CDS) que permitiu que o seu Governo (de geringonça) viesse a seguir dizer que vem devolver rendimentos. Ainda que da parte do Bloco de Esquerda, o que fizeram foi taxar, em sede de IMI, quem apanhasse sol na varanda (passa a pagar mais).

Deputado Carlos Silva (PS): Nos Açores também se aplica essa teoria?

O Orador: Ó Sr. Deputado Carlos Silva, eu digo-lhe já.

Foi o próprio Ministro das Finanças dos PEC's, na altura o Ministro Teixeira dos Santos, que veio dizer ainda recentemente que, após o Governo PSD/CDS, após o Governo da Troika, o País estava mais robusto e mais preparado para os desafios. Foi o que disse o Ministro dos governos do seu partido.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Na altura em que ele foi Ministro era ainda do PSD!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): E o Sr. Deputado Rui Martins era do PS!

O Orador: Pronto, peço desculpa, Sr. Deputado Paulo Estêvão, mas não era. Ser...não é bem isso.

Recentrando o debate, a realidade é que foi esse governo, e esse robustecer, que permitiu que o governo do Partido Socialista na República também estivesse preparado para poder combater a situação pandémica que atravessámos. E não podem dizer que tiveram uma herança que não lhes permitiu defender cabalmente essa situação.

Pese embora o Bloco de Esquerda, nos Açores, tenha de certo modo tentado sempre tratar deste assunto da invasão russa à Ucrânia *com pinças*, ou seja, para não se comprometer e para *passar entre os pingos da chuva*, face às declarações e posicionamentos do Bloco de Esquerda a nível nacional e europeu, mas depois mordeu o *isco* e caiu aqui na esparrela, porque a realidade – tenho que lhe dizer – é que o Bloco de Esquerda é aquele partido que na Europa votou contra os apoios financeiros à Ucrânia...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e que depois, no dia a seguir, veio dizer que a ajuda financeira tinha que chegar rapidamente!

Deputado António Lima (BE): Isso é mentira!

O Orador: Isso é notório e indicador daquela que é a posição do Bloco de Esquerda.

Realmente numa coisa são coerentes: na República, na Europa e aqui nos Açores os senhores nunca estão ao lado da (re)solução dos problemas. Sejam propostas de resolução do Partido Socialista, do Partido Social Democrata ou do CDS, há sempre uma vírgula que não vos agrada e que, por isso, não contribuem para a resolução dos problemas. E a realidade é que naquele caso, não estão do lado da resolução do problema e colam-se, depois, ao lado da solução organizada pelos outros.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado.

O Sr. Deputado António Lima pediu a palavra para?

Deputado António Lima (BE): Para uma interpelação.

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado António Lima (BE): Muito obrigado.

Sr. Presidente, vou fazer chegar à Mesa os resultados de duas votações que ocorreram no Parlamento Europeu, nomeadamente no dia 14 de fevereiro...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Votou a favor?! Não votou!

O Orador: ... e noutra data que eu não tenho presente, já depois da invasão à Ucrânia, na semana passada, e que são duas votações distintas.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Não fale mais nisso, porque toda a gente sabe!

O Orador: Uma votação que previa um apoio financeiro...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso não é uma interpelação!

O Orador: ... condicionado à implementação de medidas do tipo *programa de intervenção da troika*, resolução essa na qual o Bloco de Esquerda se absteve, ao contrário da mentira que disse o Sr. Deputado Rui Martins.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Uma interpelação para chamar mentirosos aos outros?!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Mas o que é isto, Sr. Presidente?! Isto é uma interpelação?!

Ó Rui, faz um protesto!

O Orador: E outra votação que se passou, já depois da invasão, na passada semana, em que o Bloco votou a favor dum apoio financeiro à Ucrânia e a favor da condenação da invasão russa àquele país.

Isto para que fique reposta a verdade, porque à mentira só se deve responder com factos e com a verdade.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): O senhor é que mente!

Hipocrisia e mentira é o melhor que vos define!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Quando chegar à Mesa a documentação que referiu será distribuída conforme requerido.

Neste momento, dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão para intervir no debate.

Entretanto, o Sr. Deputado Rui Martins pede a palavra para?

(*) **Deputado Rui Martins** (*CDS/PP*): Para um protesto às declarações do Deputado António Lima dizendo que eu sou mentiroso.

Presidente: Sr. Deputado, eu percebo que queira responder, analogicamente ou duma forma extensiva, como tendo sido dirigido a si, mas não foi essa a interpretação que a Mesa fez.

Foi referido que era uma mentira e já muitas vezes aqui foi utilizada a expressão de “faltar à verdade” ou “mentira”.

Considero que não existe razão para o protesto, Sr. Deputado, por isso não lhe vou conceder a palavra.

(*) **Deputado Rui Martins** (*CDS/PP*): Sr. Presidente, eu peço imensa desculpa, mas fui interpelado diretamente pelo Sr. Deputado António Lima, dizendo que o *Sr. Deputado Rui Martins mentiu*.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Ele disse “Rui Martins”, o senhor não ouviu!

Presidente: Sr. Deputado Rui Martins, eu percebi a sua argumentação e a razão que aqui invocou. E considero que não existe razão para o protesto, portanto agradeço que se sente por favor.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão para intervir no debate.

(*) **Deputado Rui Martins** (*CDS/PP*): Pronto, olhe, fica o protesto registado à Mesa.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Ele chamou mentiroso e o Sr. Presidente aceita?!

Isso é lamentável aqui dentro!

Há pessoas realmente que não podem chegar a determinados cargos!!

Deputado Berto Messias (PS): Subscrevo essa sua afirmação!

(*) **Deputado Paulo Estevão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo Regional, Sr. Deputado António Lima:

O senhor não pode, a partir do momento em que é confrontado com uma situação que representa uma dificuldade política para o seu partido, chamar mentirosos aos outros, não pode ofender e desclassificar as pessoas. Isso não pode acontecer!

O debate tem que acontecer numa forma civilizada e o que estamos aqui a apresentar são argumentos.

V. Exa. está em dificuldades e quero lavrar aqui o meu protesto, porque o senhor está a utilizar um vocabulário inadmissível, ofendendo os Srs. Deputados que aqui estão!

Não é assim que se debate de forma civilizada!

Portanto, o senhor está com uma dificuldade objetiva. E sabe qual é? É que o Bloco de Esquerda não apoiou um programa de assistência financeira à Ucrânia! Isto é factual!!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Aliás, como em Espanha, as mesmas posições que o PODEMOS tem tomado em relação a esta crise e à invasão russa à Ucrânia!

Há uma opinião pública que está revoltada contra o PODEMOS em relação às atitudes que a extrema-esquerda está a tomar nesta questão. Como em Portugal em relação ao Partido Comunista e ao Bloco de Esquerda.

Eu sempre soube que era assim, mas agora com esta crise, tornou-se visível qual é a posição do Bloco de Esquerda e do Partido Comunista nestas questões!

V. Exa. ficou muito ofendido, porque eu no meu discurso de 6 páginas, tenha 2 parágrafos sobre a NATO.

Eu reconheço que a NATO é essencial, porque se ela não existisse, neste momento, os russos já estavam na fronteira polaca, nos países bálticos e tudo isso. E só não o fazem, porque existe um sistema de defesa comum que o Sr. Deputado não quer que exista e que quer destruir! Destruindo, assim, a segurança dos povos europeus.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: E perante isto que são factos e são argumentos, o Sr. Deputado não tem outra coisa, a não ser o insulto, respondendo com insulto àqueles que lhe apresentam estas posições factuais do Bloco de Esquerda!

Por isso, Sr. Deputado, o que lhe quero dizer é que essa não é uma postura civilizada, nem é uma postura aceitável por parte do Bloco de Esquerda!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Quero também dizer-lhe que da parte do PPM, tal como do Partido Socialista, do CDS, do PSD, ou da Iniciativa Liberal, das forças políticas que já falaram sobre esta questão, há aqui uma postura construtiva em relação a esta matéria.

É evidente que a invasão russa está a provocar consequências políticas, económicas e sociais. E é preciso responder a estas questões. Eu apresentei várias soluções, tal como outros partidos, aliás, uma posição muito construtiva do Partido Socialista nesta matéria, dando várias ideias e prioridades que, desde já, eu subscrevo. E devo dizer que adotar as medidas

que foram criadas por uma situação que os próprios políticos portugueses e açorianos apresentaram como sendo uma situação de guerra à Covid, estas medidas que foram adotadas devem ser revisitadas, para se perceber, perante as circunstâncias que estão a ser criadas pela intervenção militar da Rússia e das consequências do plano económico e social, algumas destas medidas devem continuar, prosseguir e deve-se adotar medidas do mesmo tipo. Isto é uma posição construtiva. Nós temos que fazer isto. E o Governo dos Açores tem que fazer isto. O Parlamento dos Açores deve apoiar medidas deste tipo. Em relação ao imposto sobre os combustíveis, em que nós podemos também ter uma intervenção direta nesta matéria, como aqui já foi referenciado por vários partidos. Há também da parte do Governo dos Açores a predisposição de agir nesse sentido.

Em relação a uma questão que foi aqui levantada creio que pela Iniciativa Liberal, sobre ao esforço a fazer relativamente às energias limpas, cujo investimento está a ser feito pela EDA, em que este ano vai fazer um esforço muito significativo na ilha do Corvo, onde há um investimento muito significativo que nos vai permitir ser autossuficientes em mais de 55%. Este é um esforço que tem que continuar a ser feito, mas mais do que isso, tem que ser incrementado perante as circunstâncias energéticas que estão a ser criadas. Este era um caminho que estava a ser seguido pela Região com sucesso, mas que temos que incrementar e aumentar, porque uma Região periférica como a nossa, fica ainda mais desprotegida perante uma crise energética e as suas consequências.

Devo dizer que também aqui levantei, em relação ao PRR, uma preocupação sobre a sua calendarização, porque como sabem, é muito rigorosa. E preocupa-me a sua execução que, neste momento, se torna mais difícil e ocorre em circunstâncias mais difíceis e perante uma situação de grande incerteza. E, por isso, é necessário também fazer chegar às autoridades europeias e nacionais, a dificuldade acrescida que se vive e, sobretudo, numa região periférica e tão dependente como a nossa, no âmbito da execução do

PRR, para que não se percam verbas que são essenciais à recuperação dos Açores.

Em relação às questões humanitárias, até nem vou prolongar muito a minha descrição, porque concordo com aquilo que aqui foi descrito pela Sra. Deputada Andreia Cardoso e que é essencial que o governo faça, juntamente com entidades da sociedade civil, para que haja um esforço acrescido nesta matéria e que permita também uma resposta muito objetiva.

Portanto, nós todos estamos unidos neste esforço, neste conjunto de vertentes que nos une a quase todos. É evidente que existem diferenças ideológicas, desde logo, acentuada, neste caso em particular, pelo Bloco de Esquerda que está sozinho, que justifica o injustificável. Está a acontecer nos Açores e também a nível nacional, em Espanha e em toda a Europa, ou seja, a extrema-esquerda está a ter uma posição que a população europeia condena e não aceita!

Vozes do Deputado Gustavo Alves e de alguns Membros do Governo:
Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco do CHEGA. Faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente. Aproveito para lhe desejar um bom trabalho nesta nova função.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ainda ontem estávamos a falar do mesmo tema, noutras circunstâncias, condenando uma guerra cruel e que já não faz sentido nos tempos de hoje.

O nosso foco tem que estar nas pessoas, estejam elas onde estiverem.

O nosso foco tem que estar na resolução dos problemas, sejam eles quais forem.

Ainda ontem dissemos aqui que não precisamos duma guerra para chamar a nossa atenção. Mas às vezes é assim que acontece.

Ontem falávamos da democracia e da liberdade, como o garante que temos que defender. E a democracia faz-se com todos. A democracia às vezes também precisa ser policiada. Isto leva-nos a um tema que, para mim, não é de grande polémica e que é o tema da NATO.

Se me perguntassem “gostavas de ter a NATO”? Eu se calhar dizia que não. No entanto, se me perguntarem “gostavas de ter polícia à porta?” Eu também não gostava e ninguém gosta. Mas nós temos que perceber se temos que ter. Somos seres humanos, vivemos numa sociedade imperfeita, por isso, neste caso, temos que ter policiamento. E temos que tratar bem o policiamento.

A visão que eu tenho disto é que se não fosse a NATO - e isto já foi referido aqui, não era só a Ucrânia a invadida. Era a Eslováquia, a Moldávia, a Roménia, ia tudo a eito. E nós teríamos problemas de democracia muito mais graves.

A pluralidade da democracia tem que existir. Eu não tenho é que concordar. Eu estou aqui sentado, porque não concordo com aquele senhor. Mas gosto dele enquanto pessoa, tenho-lhe estima e respeito, como tenho pela maioria das pessoas que aqui estão.

Nós não podemos é nos ofender em nome dum ideal e depois fechar portas como constantemente tem acontecido, apelidando disto, disso e daqueloutro. Temos que fazer valer a nossa visão e estou cá eu para demonstrar que a visão deles não passa. Agora, ofender constantemente com insultos, como já ouvi aqui, não demonstra nada. Só revela que nós não estamos preocupados com aqueles senhores que estão em casa e que nos puseram aqui. Estamos, sim, preocupados em defender a nossa bandeira ideológica. E não pode ser assim. Isso não pode ser o nosso feudo. Nós estamos aqui para defender as pessoas. Já disse isto várias vezes em nome do meu partido.

A senhora quer dizer alguma coisa?

Deputada Alexandra Manes (PS): E o Salvini?

(Neste momento a Deputada Alexandra Manes mostra uma imagem no computador à Câmara)

O Orador: Eu não conheço, nunca me foi apresentado. Se um dia tiver a oportunidade de mo apresentar, tenho todo o gosto!

Deputada Alexandra Manes (BE): E o Salvini na Rússia?

O Orador: O problema desta Casa é nós termos esse tipo de comportamento! Quando estamos a falar de assuntos sérios, começa-se a disparar para o lado e a falar de tolices.

Deputada Alexandra Manes (BE): É, é!

O Orador: Os açorianos que estão em casa, na próxima vez que forem às urnas, devem perceber bem onde é que estão a pôr a cruz. Porque, hoje, eu gostei muito de ouvir a Sra. Deputada Andreia Cardoso, em nome do Grupo Parlamentar do PS, apresentar uma série de soluções. Gostei de ouvir. Apresentou uma série de caminhos.

O Sr. Deputado António Lima veio falar da NATO, quando nós devíamos hoje estar a falar dos Açores. Nós temos um problema com os combustíveis que é um problema ideológico. É pôr impostos em cima dos combustíveis e andamos aqui a pagar um disparate, em que temos um governo nacional que a única coisa que sabe fazer (aos combustíveis) é aumentar o preço, mas não sabe reduzir nos impostos. Nos Açores, fruto da nossa autonomia, temos um preço mais baixo de combustíveis, mas não é perfeito; é fruto duma mecânica apenas.

Onde é que está a geotermia?!

Desde os meus 14 anos que ouço falar da geotermia. A geotermia é que vai ser.

Onde é que ela está?!

Hoje dizem-me que não é possível. Andamos aqui a brincar.

Porque é nós andamos constantemente dependentes do fuel óleo e dos combustíveis fósseis?!

Porque há alguém que tem interesse nisso!

É preciso dizer estas coisas ao povo açoriano!

Eu não preciso duma guerra, nem de oportunidades. Eu preciso, sim, de governar a coisa e pensá-la!

Se agora, infelizmente, nós temos este cenário, está na altura de começar a pensar, ou melhor, agir.

Temos que começar a pensar, por exemplo, no turismo. O que é que vai acontecer ao turismo?! Vai vir na nossa direção ou vai fugir para outra paragem?

(Neste momento a Deputada Alexandra Manes mostra uma foto através do computador)

O Orador: A senhora tem um computador muito giro. Eu gosto bastante.

Deputada Alexandra Manes (BE): É para que veja!

O Orador: Eu não conheço!

Sabe eu também não conheço o Che Guevara! Era um senhor que era assassino homofóbico e os senhores andam com barretes e t-shirts dele!

Enfim, isto é uma alegria!

É por isso que eu estou aqui, hei de continuar e hei de gritar as vezes que eu quiser!

Os senhores podem me chamar racista, homofóbico, xenófobo... o que que é que chamam mais? Chamam-me tanta coisa! Mentiroso.

Eu não me vou calar, enquanto os senhores tiverem essa bandeira e essas palas nos olhos!!

E há outra coisa que vão começar a aprender a aceitar. As coisas que defendemos aqui são a favor dos açorianos. O que nós discutimos aqui é a

favor dos açorianos. Nós fomos eleitos para defender os Açores. Não fomos eleitos para defender aqui as ideologias dos *Lenines* e companhia limitada!

Se calhar, nós estamos aqui também para discutir uma coisa da qual falámos há muito tempo: os Açores terem o seu eurodeputado, um, dois, três, o que for necessário. Isto tem sido já várias falado. É tempo de avançar. Vamos avançar, porque se calhar é no Parlamento Europeu que nós podemos defender a geografia que aqui temos. Podemos ter deputados legitimamente eleitos, como temos na Assembleia da República – e temos aqui dois deputados eleitos. Podemos ter a voz dos Açores noutras geografias, não obstante o que já existe. É isto que temos que fazer, arranjar soluções.

Por exemplo, temos que arranjar soluções para a alimentação dos animais. Somos uma região que vive da lavoura. É preciso arranjar soluções para as pescas, mas tem que ser já.

Ontem conseguimos falar, e muito bem, unanimemente. E assim é que deve ser. É isto a democracia. Somos a favor do diálogo. Temos que cada vez mais ajudar a Ucrânia. Mas também é verdade que não vamos virar as costas aos nossos problemas, com a desculpa da guerra. Não vamos fazer isso. Temos que continuar a resolver os problemas dos Açores. E perdoe-me, Sr. Deputado Paulo Estêvão, mas eu não quero perder mais tempo com isso. Quero, sim, debater os problemas dos Açores, dar o meu contributo.

Muito obrigado.

Deputada Alexandra Manes (BE): Olhe aqui a amiga do Ventura mais o Putin!

Vocês têm um grupo parlamentar que defende o Putin, mais nada!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima. Informo-o de que tem realmente muito pouco tempo, pelo que apelo à sua capacidade de síntese.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No fim deste debate, fica claro, por um lado, que soluções da parte do Governo ou do partido que o apoia, não ouvimos nada! Zero!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): O senhor vai dizer que é mentira. Não vale a pena responder!

O Orador: A intenção deste debate não foi a de debater, nem procurar soluções. Foi a de aproveitar, tão somente, a tragédia...

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): O Sr. Secretário das Finanças está inscrito há horas! Mas o que é isto, Sr. Presidente?!

Deputado Miguel Costa (PS): Também quer interferir na ordem de inscrições da Mesa?

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Tenha juízo!

Deputado Miguel Costa (PS): Tenha juízo?! Está a ameaçar-me?!

Presidente: Sr. Secretário Regional da Saúde, o Sr. Secretário das Finanças está inscrito no tempo certo, a seguir ao Sr. Deputado Carlos Furtado.

Portanto, vou-lhe pedir o favor de não ser indelicado, ao ponto de pôr em causa a inscrição que aqui está.

As inscrições foram chegando à Mesa e a ordem das mesmas está a ser cumprida.

Deputada Alexandra Manes (BE): Sr. Presidente o Sr. Secretário da Saúde está a corrigir o seu trabalho!

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Não é verdade!

Presidente: Desculpe...?

Eu penso que isso não é assunto.

Eu não ouvi o que o senhor disse.

Deputada Alexandra Manes (BE): Ouviu, ouviu! Se os Deputados ouviram, o senhor também ouviu!

Presidente: Sr. Deputado António Lima, peço desculpa por tê-lo interrompido. Mas, de facto, foi desencadeado aqui um incidente sem necessidade nenhuma.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde para uma interpelação.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto** (*Clélio Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

A minha interpelação decorre da interpelação que o Sr. Presidente me fez. E apenas para esclarecer que vi que o Sr. Secretário Regional das Finanças estava inscrito primeiro que o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda. Porque ele já falou duas vezes depois do Sr. Secretário se ter inscrito.

Deputada Alexandra Manes (*BE*): Onde é que já se viu um Secretário a corrigir o trabalho numa Mesa!

O Orador: Sr. Presidente, o Sr. Deputado António Lima do Bloco de Esquerda falou duas vezes depois do Sr. Secretário já se ter inscrito.

Deputada Alexandra Manes (*BE*): O Sr. Secretário pode ir para a Mesa!

O Orador: Isto é verdade!

O objetivo aqui é apenas ajudar, tendo em conta a dificuldade que está a ter na gestão deste processo político, e colaborar, porque foi inscrito duas vezes. É só isso, Sr. Presidente.

Admito que não tenha visto, mas foi inscrito duas vezes. A verdade é esta, Sr. Presidente.

Deputada Alexandra Manes (*BE*): Que vergonha!

Sr. Presidente Bolieiro, ponha ordem no seu Governo!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário da Saúde:

Primeiro que tudo, eu não lhe admito que ponha em causa a minha idoneidade! Primeiro assunto.

Segundo ponto, e apenas porque interpelou, eu vou esclarecer: o Sr. Secretário das Finanças inscreveu-se e foi regularmente inscrito. Está na ordem de inscrição.

O Sr. Deputado António Lima de facto falou no meio para uma interpelação, se bem se recorda, foi essa vez que falou. E já se tinha inscrito antes disso.

Portanto, não é verdade o que senhor diz e eu não lhe admito que ponha em causa a minha idoneidade. E acho muito triste que enverede por esse caminho!

Sr. Deputado António Lima, se faz favor, pode continuar a sua intervenção.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem, Sr. Presidente. E há um Secretário dos Assuntos Parlamentares para isso, não é o senhor que tem de fazer esse papel!

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado Sr. Presidente.

Peço que naturalmente seja dado o devido desconto, pois vou ter que repetir a parte inicial da minha intervenção.

Julgo que o respeito pelas intervenções de todos os Deputados deve ser mantido e, infelizmente, o Governo não o soube fazer, interrompendo a minha intervenção...

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): O Sr. Presidente é que interrompeu!

O Orador: ...e fez questão de fazer uma interpelação a meio da intervenção dum

Deputado. Isso demonstra a absoluta falta de respeito do Governo relativamente a este Parlamento e aos deputados que aqui estão.

Como referi, neste debate ficou mais do que claro que o objetivo não era debater e procurar soluções para os efeitos da crise que se aproxima.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É preciso ter lata!

O Orador: Soluções da parte do partido que suscitou o debate ou do Governo, não tivemos nenhuma.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é falso!

O Orador: E às perguntas daquela tribuna sobre as soluções que o Governo estava a preparar, bem como aos desafios que fiz, tivemos... zero!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: A intenção deste debate foi propagandear a NATO, aproveitando a tragédia de um povo. E isso é lamentável.

Há uma coisa que deixo claro: nesta Casa, e fora dela, os açorianos sabem que da parte do Bloco de Esquerda, só verão a defesa da democracia, contra os atentados aos direitos humanos e a defesa da liberdade e do direito internacional.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Nicolás Maduro!

O Orador: Quer sejam perpetrados na Ucrânia, na Venezuela, na Palestina, na China ou no Iraque, cuja guerra foi preparada aqui nos Açores.

São estes os valores pelos quais o Bloco de Esquerda se rege e não andamos a zigzaguear nem a branquear outras guerras e outros atentados.

Disse.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Nicolás Maduro!

Deputada Alexandra Manes (*BE*): Não fomos nós que fomos dar abraços para o aeroporto!

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): É preciso ter educação, percebe isso?

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Está inscrito o Sr. Deputado Pedro Neves. Tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Neves** (*PAN*): Obrigado Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Estamos a ver que este debate é premente, mas mais de metade dele ao invés de falarmos sobre as necessidades, soluções e as oportunidades, como disse o Sr. Deputado Nuno Barata, e muito bem, estamos a falar de posicionamentos políticos relativamente às bancadas parlamentares. E não estamos a falar daquilo que nos Açores o impacto da guerra pode provocar em ricochete.

Ouvi várias coisas com as quais não posso concordar. E consigo distanciar-me quase completamente de vários partidos que falaram. Até acho um bocado de graça, porque estamos a correr sempre atrás do prejuízo. Em vez de sermos mais proativos, de forma preventiva, pensarmos naquilo que vai acontecer daqui a 5, 10 ou 15 anos. Pensamos só apenas legislatura após

legislatura, não fazemos absolutamente nada e depois ficamos exatamente na mesma.

Vou dar o exemplo da balança comercial, porque desde 86 que não temos uma balança – é falso! – homogénea e harmonizada. Pelo contrário, desde 1986, e porque não consigo mais dados anteriores a esse ano, nós não temos uma balança comercial que beneficie os açorianos e a Região Autónoma dos Açores. E falo das importações e exportações, intra e extracomunitárias. E porquê? Porque aí é que fica demonstrada a nossa soberania alimentar, para não estarmos dependentes de energia de terceiros dentro da nossa Região. E é preciso vir uma guerra, para estarmos todos a fazer uma convergência. Mas já vem tarde demais, porque estamos a correr atrás do prejuízo, ao invés de verificarmos muito antes o que é que é importante relativamente aos pilares da autonomia.

Engraçado que ouço o PS a referir que disse no Orçamento Regional anterior sempre tentou meter alguns pontos, como se fizesse alguma mudança, quando nos 24 anos para trás não fizeram absolutamente nada em relação á soberania alimentar, seja ao nível dos cereais, ou à diversificação de hortícolas e frutícolas. E continuamos exatamente com o mesmo tipo de produção que não vai valer de nada com uma guerra que atingirá a Região Autónoma dos Açores e porquê? Os cereais vão aumentar e quais são os únicos (cereais) que nós produzimos aqui? Milho. Qual? Milho forrageiro que nem serve para o ser humano, serve apenas para a produção animal. São os únicos cereais que produzimos. E não conseguirmos ter independência alimentar aqui nos Açores, porque importamos 85% da produção agrícola animal e de silvicultura.

Esta é a verdade e estou a dar dados de 2021. Nem preciso ir muito atrás. Aliás, conseguimos ter até uma percentagem um pouco mais positiva, do que nos anos anteriores, o que demonstra que este Governo está a ter um pensamento diferente. Mas o mais engraçado é que esse pensamento

(diferente) está a ser um bocado letárgico, porque não estamos a mudar absolutamente nada.

Continuamos exatamente com as mesmas políticas. Uma política de monocultura e não pensar na soberania alimentar.

Estamos dependentes do mercado externo, dos cereais. E os cereais vão aumentar, o combustível também.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Diga o resto que eu disse! Porque é que o senhor não diz o resto?

O Orador: O Sr. Deputado Bruto da Costa diz que amanhã não vai haver aumento dos combustíveis nos Açores. Pois não, amanhã de certeza que não vai. Mas no dia 1 de cada mês vai haver aumento de certeza absoluta!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Diga o resto que eu disse!

O Orador: Não há nenhuma bancada parlamentar que venha dizer o contrário. A única hipótese que nós temos é tentar agarrar o ISP relativamente aos combustíveis.

Sr. Deputado Bruto da Costa: posso continuar a falar sobre aquilo que você disse!

Em que é que falou a seguir? Em racionamento.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não, não!

Está enganado!

O Orador: Ao invés de todas as bancadas defenderem independência alimentar nos Açores, não. Vamos ter é o racionamento nos Açores. Já parece a 2ª Guerra Mundial em 1941, em que a Inglaterra fez um racionamento à população, porque os *U-boats* estavam a rebentar com os navios que vinham das colónias que produziam para os ingleses comerem. Esta é a realidade. E nós nos Açores continuamos igual, porque está a ser pedido pelo Grupo Parlamentar do PSD para fazermos racionamento.

Não, Sr. Deputado Bruto da Costa!

Durante estes últimos anos, devíamos ter olhado para a diversificação da agricultura que nós temos. E devíamos ter continuado a ver quais são os

cereais que estamos a produzir, porque produzimos unicamente um cereal. Os dados estão lançados. Portugal, como um todo, também produz uma quantidade muito pequena de cereais. Não serve absolutamente nada perante uma guerra. Vamos ter uma guerra mais de cereais do que de combustível, porque este é um problema premente agora. Mas quando deixarmos de comer, o combustível não vai ser importante. Este é o grande problema que poderemos ter. Mas optamos por estar aqui a ver quais são os posicionamentos, seja da esquerda ou da direita relativamente à guerra. Não. Nós temos é que arranjar soluções e temos que correr atrás do prejuízo sobre essa questão.

Transição energética. Sempre houve um posicionamento de que temos que fazer uma alteração relativamente a uma transição, neste caso, para produzirmos mais energia para não estarmos dependentes, exatamente como o Sr. Deputado Paulo Estêvão disse, mas o Corvo é um projeto-piloto, após a Graciosa, que diz que a EDA está a fazer um esforço enorme. Mas a EDA está a fazer um esforço enorme com o quê?! Com o PRR. Não está a fazer esforço nenhum. Tem o dinheiro, está simplesmente, a fazer o trabalho. Já que não há outras empresas para fazerem uma transição energética nos Açores. Foi tudo dado à EDA.

Nós temos que olhar a transição energética doutra forma.

Sr. Deputado Pacheco do Chega, a geotermia está a funcionar bem. O problema é que precisamos de mais. Não é só geotermia. Precisamos de energia solar, de energia eólica.

Deputado José Pacheco (CH): E mais!

O Orador: E é isso que nós temos que ver.

Se é difícil? É difícil.

Por um lado, é fácil nos Açores, mas por outro lado, é difícil por causa da canalização de energia, porque obviamente não conseguimos partilhar energia entre ilhas. E essa é a nossa dificuldade.

É preciso ver que o aumento dos combustíveis será inevitável, não vai ser amanhã – seja metafórico ou realista – mas para o mês que vem vai ser de certeza.

Sr. Deputado Bruto da Costa, vai acontecer, porque nós não conseguimos sequer alterar, mesmo que se reduza o ISP, nós não temos culpa. Em termos da política internacional, seja nos Açores, em Portugal ou a nível europeu e mundial, porque andámos a dar as mãozinhas a oligarcas russos e demos apoio ao Kremlin, seja à direita (que também deu esse apoio e agora não está a ser coerente) seja à esquerda. Mas quando existe uma invasão, também acredito que a gente pode e deve mudar posicionamentos. Isso sem dúvida demonstra que podemos ser diferentes. É nisto que temos de falar.

Mais, ainda. Sobre o facto de que temos e devemos abrir as portas aos refugiados, o que é que podemos fazer em tão pouco tempo, quando à partida, há 30 anos, tínhamos a oportunidade de mudar completamente os Açores? E agora estamos a ir atrás do prejuízo e seremos apenas mais uma região a ter graves problemas, tanto a nível alimentar como em termos de combustíveis.

Obrigado.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo por felicitar a intervenção do Sr. Deputado Pedro Neves que foi muito oportuna, muito prática e centrada num tema muito pertinente que é a nossa auto-suficiência (ou caminha para ela) que é o que não tem acontecido. Felicitar, também, a Sra. Deputada Andreia Cardoso pela intervenção de teor muito prático e objetivo sobre a carga que temos às nossas costas que é tentar resolver a nossa parte, enquanto ato de cidadania a nível europeu, àqueles que têm de sair da sua terra e da sua casa para procurarem refúgio noutros países. Queria lembrar que os números trazidos ontem relativamente à dimensão dos refugiados que podem efetivamente ter necessidade de sair da Ucrânia,

nomeadamente no número falado aqui de 10 milhões de pessoas, devo dizer que fazendo uma conta muito prática, em termos de população europeia, 10 milhões de pessoas caberá, em média, aos Açores cerca de 3 mil pessoas. Isso é um pouco mais que 1% da nossa população. Obviamente que temos consciência de que não vão chegar cá 3 mil ucranianos, mas também temos que estar conscientes de, em termos quantitativos e da nossa responsabilidade social no contexto europeu, isso representa 3 mil pessoas num cenário de 10 milhões. E é essa responsabilidade que temos que, agora, assumir. E, contrariamente que eu tenho visto aqui nesta Casa, algumas até – sinceramente – envergonham-me, porque temos que centrar a questão. Ou seja, cada um de nós vai ter que fazer concessões àquelas que foram as suas agendas políticas, as suas promessas eleitorais, porque provavelmente teremos que acudir a algo maior do que aquilo que é o *amiguismo* de alguns partidos, das agendas políticas, das satisfações de alguns partidos e até do Governo sobre o que eram os seus propósitos, pois agora, sim, existe uma urgência maior que é assumirmos a nossa quota de responsabilidade neste grave problema dos refugiados da Ucrânia.

Nós que durante muitos anos fomos acarinhados pela União Europeia como uma região desfavorecida, tendo cá chegado inúmeros valores para compensar o nosso estatuto de região desfavorecida, agora, nesta altura, não podemos fingir que o assunto não é nosso. Não. O assunto é nosso e é com a objetividade da Sra. Deputada Andreia Cardoso, e também com a minha, acho que também estou a tentar centrar o assunto, de que as 3 mil pessoas que eventualmente terão que ser assumidas por esta Região.

Aqui o assunto não é política. O assunto deixou de ser de direita, de esquerda, com mais NATO ou com menos NATO. O assunto aqui são as pessoas que estão fora das suas casas e que precisam de apoio, o qual tem de ser diluído no tempo, porque a mim não me impressiona nada que em 3 ou 4 dias tenha-se conseguido encher um contentor de m40 pés para chegar até perto da Ucrânia. O difícil nunca será encher o 1º contentor. O difícil será encher o 3º,

4º ou 5º contentor daqui a 1 ou 2 meses. Essa é que é a grande questão. Encher o 1º contentor e tirar *selfies* à beira do contentor é a coisa mais fácil deste mundo. É preciso perceber que há mais contentores para encher. É preciso perceber que há casas que têm de ser identificadas como possíveis sítios para essas pessoas que vão procurar a Região ficarem. Essas pessoas têm que ter uma casa para ficar, têm que ter acolhimento social, tem que se integrar na nossa sociedade. Este, sim, é que é o grande desígnio. Não é a NATO, Sr. Deputado Paulo Estêvão, que referiu, e bem que é, no fundo, o elemento determinante para a segurança dos povos europeus. Mas eu acho que, com mais ou menos NATO, isso não deve ser vir de arma de arremesso. Temos que nos centrar naquilo que é objetivo. E da minha parte digo sim, porque é esse o objetivo desta minha intervenção. Ou seja, é saber o que é que cada um de nós está disponível abdicar da sua agenda política, em nome desse esforço humanitário que é preciso fazer. E, sim, eu estou disposto a abdicar dos compromissos que tive para com o eleitorado, na medida daquilo que tiver de ser feito para assumirmos aqui esse esforço humanitário que terá de ser feito.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado.

Atingimos a nossa regimental.

Regressaremos às 15 horas com a ordem das inscrições.

Peço só ao Sr. Secretário da Mesa que atualize os tempos.

Muito obrigado.

Bom almoço.

Secretário: O Governo Regional dispõe de 15m e 06s; o PS 16m e 41s; o PSD 2m e 57s; o CDS 2m e 07s; o BE esgotou o seu tempo; o PPM 11m e 49s; o CHEGA 2m e 49s; a IL 20s; o PAN 2m e 16s; o Sr. Deputado Independente esgotou o seu tempo.

Eram 13 horas.

(Após o intervalo o Presidente da Assembleia, Deputado Luís Garcia, ocupou o seu lugar na Mesa e a Sra. Deputada Elisa Sousa substituiu o Deputado Marco Costa no lugar de Secretário da Mesa)

Presidente: Muito boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos, com o debate que estávamos a ter da parte da manhã.

Eram 15 horas e 07 minutos.

Presidente: Está inscrito o Sr. Secretário Regional das Finanças a quem dou a palavra.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Já está o Sr. Presidente aqui, o Governo já pode falar!

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Joaquim Bastos e Silva): Muito obrigado Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Numa breve intervenção, vou-me referir à forma como o Governo está a encarar as questões do impacto económico na Região Autónoma dos Açores. A situação que o quadro de guerra cria, tem expressão principal, em termos de impacto económico, num previsível aumento da inflação, nomeadamente nas áreas ligadas aos bens energéticos e alimentares certamente com expressão também na área dos fertilizantes, dos materiais de construção. Mas basicamente a questão energética e dos produtos alimentares assume aqui uma particular relevância.

Contamos, como é óbvio, com um abrandamento do consumo e também do próprio investimento. E, portanto, é previsível que surjam problemas em setores específicos que não necessariamente os mesmos, embora possa haver

setores que repitam os problemas do Covid, mas, no geral, através da retração do consumo, haverá problemas em setores empresariais.

Há medidas que já estão testadas e terão naturalmente o seu prolongamento. Vamos encontrar com certeza soluções para isso e já temos um diálogo aberto com o setor económico e com os parceiros económicos, sendo que também já vou falar dessa matéria do diálogo social.

Queria também referir que programas como o **Apoiar.pt**, naqueles formatos generalistas que podem acudir a quebras de faturação em setores diversificados da economia regional, podem ser revistos e prolongados.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Só agora é que abriu!

O Orador: Como sabem, esta semana foi aberto e aprovado pela União Europeia mais um período de 3 meses do **Apoiar.pt** onde já temos apoios de várias dezenas de milhões de euros.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Cinco milhões!

O Orador: Há também um problema que temos de enfrentar ao nível da instabilidade dos mercados financeiros que muito nos preocupa. Pode ser mais conjuntural e pode ter uma expressão mais intensa. Estamos a acompanhar. Estamos em contato com o Instituto do Crédito Nacional, para partilharmos experiências sobre esta matéria.

O setor dos transportes também terá que merecer uma análise particular, porque é vital para ilhas e num ambiente em que se fala de forma quase de “cenário base” de petróleo a 200 dólares por barril – valor que nunca atingiu, chegou lá perto, e há já quem especule valores mais elevados – tudo isso tem de ser enquadrado.

Relativamente aos combustíveis, o que se verifica neste momento é que fruto dos aumentos que já tem havido no continente, nós temos um sistema que é mensal e cuja racionalidade tem de ser conversada e, neste momento, estamos com um diferencial muito significativo, muito para além das diferenças habituais que estão em gráfico (temos sempre um gráfico muito abaixo do nacional), ou seja, o aumento de 14 cêntimos na 2ª feira no gasóleo e de 8

cêntimos na gasolina, criou uma distância ainda maior. E o impacto de fazer aumentos muito bruscos, mesmo usando o ISP como amortecedor, pode ser uma situação que também mereça reflexão. Essa reflexão está a ser feita no departamento adequado, com o Fundo de Coesão e, portanto, tem o seu fórum próprio.

Em relação à metodologia que se tem feito?

Para além do diálogo que tem decorrido nos últimos tempos, desde que esta situação ganhou expressão, em particular quando se concretizou há 2 semanas a invasão, o Sr. Presidente do Governo já convidou os parceiros sociais – o CESA – para reunirem na próxima 3^a feira, numa reunião onde estarão os Membros do Governo que têm as áreas económicas. E, portanto, será uma forma de diálogo social, sendo que o Sr. Presidente do Governo também terá oportunidade de estar no Conselho de Estado na 2^a feira e poder fazer essa reunião no dia seguinte e, no fundo, estarmos também a partilhar, primeiro com a experiência nacional a nível do Conselho de Estado. Recordo, por exemplo, que em matéria de energia e do seu preço (regulado pela ERSE), o Governo da República fez a semana passada uma transferência de 150 milhões de euros para o setor elétrico nacional que também nos engloba, visto que somos também regulados pela ERSE. Tudo isto são matérias que temos acompanhado.

No caso do gás, ele estará também como os combustíveis. O gás natural não é um problema da RAA, o gás em botija, que tem uma expressão significativa para os agregados familiares e para os seus lares.

No fundo, temos que estar com um espírito de colaboração na sociedade, de diálogo social intenso, de adequação das medidas, por um lado à situação e, por outro, também aos nossos recursos e disponibilidades. Temos que acompanhar intimamente o trabalho nacional. E, nesse sentido, estamos a ter um diálogo nacional sobre estas matérias. E fazemos assim o nosso trabalho de casa. Portanto, eu diria que esta é uma matéria que está em curso.

Em relação às questões mais estruturais, se a linha de descarbonização já tinha muito sentido para o mundo atual, tendo em conta a situação das alterações climáticas, esta situação de guerra acabou por definir ainda mais uma premência da transição energética. E ela está em curso na Região em várias atividades, seja nos projetos relativos às baterias e às eólicas em várias ilhas; na expansão da geotermia; na questão ligada à descarbonização das empresas; e à substituição de equipamentos para os quais têm sido lançados vários avisos e que constituem oportunidades de fazer esta transição com apoios, uma vez que há calendários até 2030 e objetivos a 2035. Tudo isto tem um afunilamento grande. Portanto, estamos cientes da urgência destas matérias e da boa oportunidade dos fundos comunitários sobre esta matéria.

Resumindo, em relação a isto, eu penso que na próxima semana e na sequência do diálogo feito na 3ª feira, o Governo estará em condições de, à medida que se verificam as necessidades e a concretização das oportunidades, dar resposta de forma empenhada e proativa, com a colaboração obviamente da sociedade, uma vez que este não é um problema a que se assista ao trabalho do Governo. É um problema da sociedade em que o Governo está atento e com os meios de que dispõe, e que são públicos, intervém de forma eficiente, minimizando (dentro do possível) os danos que uma situação destas nos traz.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ressalvado o devido respeito a todos, consta que no século XV ou XVI, quando os turcos estavam à porta de Constantinopla...

Deputado Joaquim Machado (PSD): É mais século XV!

O Orador: Século XV, muito obrigado Sr. Deputado Joaquim Machado. Dizia eu, para tomá-la do Império Romano do Oriente, os habitantes de Constantinopla em vez de estarem preocupados em montar as defesas e em defender-se, estavam a discutir o sexo dos anjos.

Com o devido respeito por todos, eu acho que até este momento, este debate na sua globalidade, salvo raras exceções, tem sido uma discussão do *sexo dos anjos*.

Eu acho que o Sr. Deputado Paulo Estêvão está profundamente desiludido com esta oportunidade falhada quanto àquilo que se propõe a discutir aqui.

O seu debate de urgência visava uma coisa muito simples: “Consequências políticas, sociais e económicas nos Açores da invasão da Ucrânia: medidas e respostas”.

Até este momento, medidas não tivemos nenhuma e respostas tivemos bem poucas!

Eu não cometo a injustiça de pensar que o PPM propôs este debate de urgência, para considerações gerais de análise quanto àquilo que nós temos. Não cometo essa injustiça, porque sei o quanto, nestas matérias, o Sr. Deputado Paulo Estêvão é um homem atento e consciente da importância e da gravidade do momento que vivemos.

A situação é séria e é grave. E é, sobretudo para quem está fora desta Casa. Para os empresários. Para aqueles cuja vida é afetada e sofre o impacto do aumento dos combustíveis, dos cereais, das rações, da farinha para a panificação, dos fertilizantes. E esta gente que, por ventura, esteve a olhar para este debate, o que é que leva até este momento? Acho que nos devíamos perguntar sobre isso.

Cada um fará a sua análise. Eu tenho a minha, já a partilhei convosco. Mas acho que vale a pena pensarmos nisso.

Do ponto de vista político, a mim, basta-me a unanimidade que foi alcançada ontem.

Sras. e Srs. Deputados, com todo o respeito, mas com toda a frontalidade, neste momento, eu não quero saber o que é que o Bloco de Esquerda pensa sobre a NATO.

Eu não quero saber o que é que os governos do PS ou do PSD fizeram para facilitar a entrada de dinheiro de oligarcas russos em Portugal.

Eu não quero saber das alegadas ligações do CHEGA com o regime russo - eu não quero saber nada disso!

O que nós precisamos de saber é exatamente aquilo que propôs o Sr. Deputado Paulo Estêvão: medidas e respostas.

Não quero terminar esta intervenção sem contribuir para este debate.

Nós achamos que o Governo deveria dividir a sua abordagem a este assunto em duas grandes áreas; uma área relativa à ajuda humanitária, aos refugiados e às populações deslocadas; e uma outra área dedicada às medidas dirigidas àquilo que tem a ver com a situação económica.

Medidas concretas.

Não é a análise. Não é “temos que estar todos unidos, vamos discutir o que é que o Governo está a fazer”.

O Governo está a dialogar – ótimo!

Mas do ponto de vista concreto o que está a fazer o Governo?

Vamos à 1ª parte: com que números trabalha o Governo quanto à nossa capacidade de acolher refugiados?

Mil...? Dois mil...? Três mil...? Cem...? Quinhentos...?

Está feito o levantamento, por exemplo, ao nível da habitação? E sobre a educação?

A barreira da língua vai ser um problema?

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): O trabalho da habitação está feito e o senhor sabe que está!

O Orador: Muito bem. Parabéns, Sr. Vice-Presidente! Mas isso ainda não foi dito aqui.

Com que números é que estão a trabalhar ao nível do emprego? Que medidas?

O Governo tem apelado à generosidade dos açorianos. E os açorianos têm correspondido de forma exemplar.

O Governo já fez algum donativo? Quanto?

O Governo avalia a possibilidade, por exemplo, de destacar verbas para adquirir laticínios dos Açores?

Contratar a SATA para levar essa carga até a um país vizinho da Ucrânia e trazer refugiados?

O Governo pondera isso?

Nós não temos respostas.

Acho que o momento, agora e aqui, era exatamente para termos este debate.

Das duas uma: ou o Governo tem essas respostas e não quer partilhá-las com o Parlamento, ou o Governo nem sequer tem essas respostas.

Qualquer uma das situações é má para o Parlamento dos Açores.

Na parte da economia, Sr. Secretário, nós discordamos de si.

O problema não é uma quebra de faturação. O problema é o aumento de custos.

Pegar em programas que estão dirigidos, como o **Apoiar.pt**, para fazer face a quebras de faturação, querendo que eles resolvam um problema de aumento de custos, não vai dar certo.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Joaquim Bastos e Silva*): Há um abrandamento do consumo!

O Orador: Convido-o a repensar esse aspeto.

Na parte dos combustíveis, entre o princípio de 2021 e o princípio de 2022, a gasolina subiu 29%; o gasóleo subiu 42%; o gasóleo agrícola subiu 77%; e o gasóleo pescas subiu 113%.

Isto não tem nada a ver com a Guerra da Ucrânia.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Pois não!

Tem a ver com o Governo da República!

O Orador: O Governo, só em receita fiscal do ISP, tirando a parte do IVA, arrecadou mais 8,5 milhões de euros. E esse número já foi apresentado aqui dentro.

Pergunta concreta: o Governo, utilizando a banda que nós temos direito para fixar o ISP, pondera fixá-lo no limite mínimo?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E isso não foi dito?

O Orador: Não, não foi.

A pergunta é concreta: fixar durante um ano, por exemplo? Ou um ano e meio?

Fixar o nível fiscal, e nós temos a possibilidade de mexer nele, no limite mínimo?

Deputado Joaquim Machado (PSD): O senhor mexeu, mas foi para cima!

O Orador: Ó Sr. Deputado Joaquim Machado, eu fiz o que fiz, já fui julgado por isso.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Mas é preciso que isso seja dito!

O Orador: O senhor acha que essa é a resposta que alguém que está lá fora quer, ao ver um aumento de combustíveis na 2ª feira?! É isso?!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Sr. Secretário Regional: o que é que quer dizer quando diz - e corrija-me se eu estiver enganado - “temos que rever o sistema de aumento mensal de combustíveis”? O que é que isso quer dizer?

Quer dizer que vamos ter aumentos com outra periodicidade? Com outros limites ou percentagens de diferenciação?

Tudo isto parece-me que são respostas e perguntas perfeitamente legítimas, dentro daquilo que é o debate de urgência.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Joaquim Bastos e Silva): Mas não é hoje!

O Orador: Sobre a produção de energia, ela não é apenas um problema de se aumentar a energia renovável.

Os senhores se olharem para os gráficos de produção, perceberão que o nosso principal problema, para além da questão da produção, é da utilização das fontes de energia renovável.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: É preciso ter uma abordagem integrada em relação a isso, sob pena de com aquilo que está para análise neste Plenário, por exemplo, criar-se um sistema de incentivos à aquisição de painéis solares em que vamos agravar um problema de desfasamento, entre aquela que é a nossa capacidade de produção e a nossa utilização. E isso tem complicações graves.

Deputado Francisco César (PS): Se ainda não perceberam isso, então não perceberam nada!

O Orador: Sr. Secretário Regional: o Governo Regional já fez algum contato...

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Joaquim Bastos e Silva): Sou das **Finanças**, Sr. Deputado!

O Orador: Eu acho que não estou a faltar-lhe ao respeito!

O Governo tem alguns contatos em curso quanto ao Porto da Praia da Vitória e ao gás natural liquefeito?

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Joaquim Bastos e Silva): Sou das **Finanças**!

O Orador: Então dirijo-me a todo o Governo.

Sr. Secretário Regional da Energia: que contatos é que tem o Governo com a República, para a utilização do Porto da Praia da Vitória na instalação de depósitos de gás natural liquefeito?

Esta não é uma pergunta que caiba aqui?!

Esta não é uma pergunta que tenha a ver com a nossa capacidade futura?!

Deputado Carlos Silva (PS): Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado Paulo Estêvão: há uma coisa em que nós estamos radicalmente em campos opostos.

O tempo não é para abrandar o PRR. O tempo é para acelerar a utilização do PRR.

Deputado Carlos Silva (PS): Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Abrandar?!

O Orador: Aquilo que o senhor sugeriu dali da tribuna foi: “nós temos que encontrar uma justificação e a compreensão para o abrandamento”.

E sabe qual é a consequência que isso tem?

Não é a de abrandar o PRR. Quando muito, o que obrigará é o Governo -e nós todos, se assim o Governo entender – a reavaliar aquilo que são as prioridades. É o que se faz em tempo de crise, como a que nós vamos passar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A conclusão a que eu, infelizmente, chego no final deste debate, é que nós vamos entrar numa tempestade e não temos nem marinhagem nem comandante para este barco!

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está inscrito o Sr. Deputado Rui Martins a quem dou a palavra.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Sr. Presidente, eu tinha-me inscrito na sequência dum protesto, mas por uma questão de respeito, uma vez que já não está o Presidente em exercício, e o assunto está sanado, vou prescindir.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): É melhor prescindir para dar a palavra ao Governo!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro acordou para o debate!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Não, foi o almocinho!

O Orador: Deputada Andreia Cardoso (PS): Já estava inscrito há horas!

O Orador: Esteve aqui a manhã toda e não se lembrou de dizer nada sobre este assunto.

Agora veio falar, já depois do Partido Socialista ter realizado uma intervenção sobre a matéria, a qual eu até aplaudi, porque considero que foi uma aportação importante sobre questões humanitárias, ideias, projetos, iniciativas, porque a ideia é que aqui se estabeleça um diálogo sobre estas matérias. E que o Governo faça aquilo que já está a fazer. Que já tenha apresentado as iniciativas, as ideias e aquilo que é preciso fazer.

O Sr. Deputado esteve a manhã toda sem dizer nada.

Sr. Deputado, qual foi o seu contributo para este debate, como líder parlamentar?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Foi feito agora!

O Orador: Nada, Sr. Deputado!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Foi esta agora! Acabei de intervir.

Deputado Berto Messias (PS): Que conversa tola é essa agora?!

O Orador: O senhor levou a manhã toda em hibernação, não disse nada sobre esta matéria, que é para o final dizer que não foi dito nada!

Deputada Andreia Cardoso (PS): O Governo também só interveio agora!

O Orador: Os outros Deputados intervieram de acordo com a sua inscrição.

O Sr. Deputado agora é que descobriu *a luz* do debate!

Eu quero-lhe dizer que por ter estado em hibernação, não estive atento!

Em relação às fontes renováveis, e à produção de energia, esse é um tema que já foi aqui debatido e levantado por vários Deputados. E também o Governo tem uma estratégia nessa matéria, tanto que aqui já foi dito que irá incrementar em investimentos muito avultados.

Deputado Carlos Silva (PS): Quais são?!

O Orador: Não ouviram?!

Os senhores não sabem que está previsto um investimento tremendo por parte da EDA em energias renováveis? Não sabem?! Todos sabemos! O que nós queremos é que isto se incremente. O que não foi feito no tempo do Partido Socialista está a ser feito agora por estes *comandantes* e por esta *marinhagem!*

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Oiça, Sr. Deputado.

Ideias concretas, eu apresentei ali no início do discurso. Até tive o cuidado de dizer medidas que foram implementadas pelo anterior Governo e por este Governo. Porque as respostas que foram dadas no âmbito do Covid, resolveram muitas situações. E tive o cuidado de não ter sectário na análise que diz. E disse que muitas dessas medidas têm que ser revisitadas. São medidas concretas para a agricultura, para as pescas, para o apoio ao setor empresarial.

Deputado Carlos Silva (PS): Quais medidas para as pescas?!

O Orador: É necessário olhar para estas medidas, modificá-las porque o contexto é diferente, mas muitas dessas medidas que protegeram o setor

empresarial, quer no âmbito do seu Governo quer no âmbito do atual, resultara, Sr. Deputado!

Portanto, o que nós temos que fazer é contextualizar estas medidas, pensar nelas e analisá-las uma a uma.

Foi isso que eu disse, Sr. Deputado. O senhor não esteve atento e devia ter estado atento em relação a esta matéria.

Depois, em relação ao Plano de Recuperação e Resiliência, ó Sr. Deputado, discordo em absoluto de V. Exa. O que eu não quero é que os Açores percam dinheiro. E, como sabe, em relação á execução e aos prazos, há um rigor muito grande. Não se cumpre, não se faz, não há desculpas. Perde-se o dinheiro. E eu não quero que isso aconteça!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Então mexam-se!

O Orador: Então *mexam-se*?!

É o que nós estamos a fazer, Sr. Deputado!

Tivemos que começar a correr e a fazer muita estrada, porque V. Exa. não tinha percorrido a estrada que lhe cabia a si percorrer, Sr. Deputado!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do PPM: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Em relação às medidas humanitárias, Sr. Deputado, já lhe disse que concordo com as prioridades que o Partido Socialista anunciou e que o Governo reiterou e eu próprio também reiterei.

Portanto, é este conjunto de medidas que vai ser feito.

Pergunta o que é que está a ser feito na área social?

Estão a ser feitos levantamentos? Estão. Mas o Sr. Deputado não me diga que quer levar aviões da SATA para a Ucrânia!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não foi isso que ele disse!

Deputado Francisco César (PS): Mas alguém disse isso?!

O Orador: O que nós temos que fazer nesta matéria é coordenar-nos.

Disse, disse. Ou então eu percebi mal.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não disse nada!

Deputado José Ávila (PS): Ele disse foi levar material e trazer refugiados.

O Orador: O que nós temos que fazer é coordenar o nosso esforço com o esforço nacional que está a ser feito por parte do estado. É isso que nós temos que fazer.

Secretário Regional da Juventude, Emprego e Qualificação Profissional

(Duarte Freitas): Vamos oferecer o “Cachalote” à Ucrânia!

O Orador: Os Açores têm de ter um compromisso que enquadre, dentro do esforço que está a fazer a União Europeia e dentro daquilo que o estado português está a fazer.

Ou não acha que esta é a melhor solução?

Acha que devemos agir de forma isolada?

Deputado José Ávila (PS): Isso é falso!

O Orador: Nós não somos uma região com muitos recursos. Por isso, temos que aproveitar as sinergias que se podem estabelecer com o estado português, os seus meios e os meios da União Europeia.

Diz v. Exa. que se perdeu tempo em questões laterais.

Ó Sr. Deputado, vou lhe dizer o seguinte: eu já estou arrependido de ter pronunciado a palavra NATO.

Se eu soubesse que o Bloco de Esquerda teria esta reação e que teria pulverizado o debate com todo o tipo de expressões e que teria ficado naquele nervosismo e naquela instabilidade, só porque tomou determinadas posições a nível nacional que obviamente significam uma responsabilidade imensa, do ponto de vista político, para o BE, eu nem sequer teria feito a referência à NATO.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Oh sim, sim!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O problema é que o senhor sabe muito!

O Orador: A sério!

Se eu soubesse que a reação seria tão epidérmica por parte do Bloco de Esquerda...

Deputado Berto Messias (PS): Ah estou tão comovido!!

O Orador: Eu já sei que não se pode falar na NATO. Mas, Srs. Deputados, esta referência era obrigatória, do ponto de vista da contextualização da atual crise. Foi um parágrafo e uma referência nesse parágrafo que para o Bloco de Esquerda passou a ser todo o debate. Eu não tenho culpa que o debate se tenha transformado num desastre para o Bloco de Esquerda que não conseguiu as suas posições sobre a crise humanitária e sobre a assistência à Ucrânia. E, portanto, Sr. Deputado, o que é que eu posso fazer quando o Bloco de Esquerda se meteu neste labirinto?

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, eu não tenho culpa dessa situação, a não ser não fazer mais referências. Como lhe digo, estou bem arrependido de ter feito essa referência.

Quero-lhe dizer outra coisa: o debate decorreu de forma construtiva. Todos aqui apresentaram as suas ideias. E o Governo comprometeu-se com objetivos nesta matéria.

Deputado Berto Messias (PS): O Governo vai “refletir”!

O Orador: Eu tenho a certeza absoluta de que vamos dar uma resposta, como os Açores dá sempre em todas as situações. Historicamente, os Açores é sempre uma das regiões mais solidárias deste país.

Eu tenho a certeza que quer a sociedade civil, quer o Governo Regional, quer as diversas forças políticas aqui representadas, darão uma resposta positiva. E podem contar connosco para resolver a questão humanitária – não tenho nenhuma dúvida sobre esta matéria.

Como já disse, o Governo está a preparar-se, a agilizar os meios, a preparar uma resposta efetiva a esta matéria.

Que mais lhe podemos dizer?!

V. Exa. diz-me que temos que nos comprometer com um número exato – 100, 200, 300, 400, 500. Bom, esse número depende obviamente das condições que nós temos e também depende daquilo que nos é solicitado em termos de esforço, no âmbito da União Europeia e do estado português.

O que eu acho é que nós não temos que fazer essa valorização e quantificação sozinhos. Temos que a fazer no âmbito – e isto já lhe foi dito, Sr. Deputado Vasco Cordeiro – que há uma articulação das autoridades regionais com o Governo da República nesta matéria. E o esforço que nos for pedido A Região irá certamente executá-lo no âmbito dos nossos recursos que V. Exa. conhece bem, tendo em conta a sua experiência governativa.

Por isso, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, a sua análise está errada, na minha perspetiva. Este debate valorizou uma questão fundamental, terá um impacto tremendo. A crise está a ter um impacto tremendo. Não é quantificável e ninguém consegue quantificar quanto tempo irá durar a guerra. Quanto tempo é que se vão manter as sanções? Ninguém sabe, neste momento, dizer isso.

Portanto, nós temos que ir analisando a crise e o seu impacto crescente. É isso que nós temos que fazer, ou seja, ir preparando respostas para uma conjuntura que se altera todos os dias.

Em relação às medidas, pois o Governo está disponível e está a implementá-las, como deveria ser e como está a ser feito. É isso que eu considero que é fundamental. E há aqui um compromisso por parte do Governo nestas matérias.

Quanto à questão dos combustíveis, pois o Sr. Secretário das Finanças teve oportunidade de lhe descrever a nossa atual situação. E veja bem, não corresponde ao quadro negro que V. Exa. desenhou, porque vamos ver, preço do gasóleo, está ou não está mais cedo do que no resto do País? Está, muito mais baixo.

O preço da gasolina está ou não mais baixo do que no resto do País? Está muito mais baixo também.

O gás também está muito mais baixo do que no resto do País.

O que o senhor não viu foi o Governo aqui vir aqui vangloriar-se por termos melhores resultados do que aquilo que está a acontecer a nível nacional.

Temos é que prosseguir este esforço, temos que adaptar o nosso esforço e criar um conjunto de medidas para uma situação que é muito específico.

Por isso, Sr. Deputado, também nesse quadro negro, V. Exa. esqueceu-se de dizer o ponto de partida onde nós estamos, até em comparação com o quadro nacional.

Por isso, Sr. Deputado, este debate vale a pena, é muito importante e, aí concordo consigo, é um debate numa altura em que enfrentamos uma situação muito difícil. Ainda não recuperámos da pandemia da Covid-19 e já estamos a enfrentar uma nova crise provocada pela guerra. É evidente que é uma conjunta muito difícil. Nenhum governo gosta de ser confrontado com duas crises sucessivas. É evidente que gostaria de ter um tempo para respirar, para implementar outras medidas com outra ambição num quadro normal. Mas esse quadro normal não existe. E digo-lhe uma coisa: “dos fracos não reza a história”.

Estas condições muito específicas, com duas crises sucessivas, é um grande desafio. Mas o Governo dos Açores já demonstrou que está disponível e tem as condições para enfrentar com êxito este enorme desafio.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Um ponto prévio para repor a verdade relativamente a uma afirmação do Sr. Deputado Pedro Neves.

Eu nunca disse ou defendi qualquer racionamento, muito pelo contrário. Eu disse que **não estava a falar** de racionamento. Que fique reposta a verdade. Certamente foi defeito meu na minha explicação e daí a sua interpretação incorreta. Peço-lhe que também reveja aquilo que eu disse.

Deputado Carlos Silva (PS): Deve ser defeito seu!

O Orador: Sr. Deputado Vasco Cordeiro: eu fiz um apelo e até achei que depois da intervenção que o Partido Socialista fez, o mesmo tinha achado que ele tinha sido válido em termos de trabalharmos em conjunto para enfrentarmos os tempos difíceis que aí vêm.

Temos uma guerra há 15 dias e o senhor fala como se estivéssemos há anos a tentar resolver um problema.

Deixe-me dizer-lhe algumas coisas no pouco que tempo que tenho para evitar o populismo a que V. Exa recorreu nas suas afirmações.

Deputado José Ávila (PS): Se são como aquelas que costuma dizer não vale a pena!

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

V. Exa. falou do aumento de receita do ISP de 2020 para 2021. Pois, Sr. Deputado, comparou com um ano de estagnação. Devia ter comparado com 2019 que é exatamente o mesmo valor de 61 milhões. O que o Sr. Deputado não disse é que entre 2015 e 2019, o Governo Regional aumentou a receita de ISP de 43 para 60 milhões de euros, ou seja, mais 17 milhões!

O que é que o senhor fez para libertar os açorianos desse peso e dessa carga fiscal?!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Deputado, o seu Governo teve 30 meses a tabelar o gasóleo acima do limite legal!

O que é que o senhor fez para corrigir essa situação e devolver aos açorianos aquilo que tinha cobrado ilegalmente?!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Deputado, nós fizemos aqui, esta nova maioria parlamentar, uma baixa de impostos.

Baixámos o IRS, o IRC, o IVA.

E como é que o Partido Socialista votou?! Votou contra, Sr. Deputado!!

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E vem agora o senhor com esse ar de *virgem ofendida* dizer que temos que baixar o ISP a correr, quando o Sr. Secretário já demonstrou e referiu mesmo antes da sua intervenção que estamos a trabalhar para tentar encontrar soluções, para que este peso não seja tão sentido nas famílias?!

Deputado Carlos Silva (PS): Também dizia das agendas e olha no que deu!

O Orador: Sr. Deputado, temos esta semana uma Urgência do Governo relativamente aos painéis solares...

Deputado Francisco César (PS): O que é que os painéis solares têm a ver com isto?

Deputado José Ávila (PS): Vem atrasado!

O Orador: Significa que o Governo já está a apresentar alguma coisa para a transição energética, a fim de melhorarmos a nossa dependência (energética). Já existe qualquer coisa e o Governo está a trabalhar.

Ó Sr. Deputado Vasco Cordeiro, perdoe-me a expressão, V. Exa. tem a *distinta lata* de falar do GNL da ilha Terceira?!

Em abril de 2016, numa declaração conjunta do seu Governo com o Governo da República, “o Porto da Praia da Vitória para o abastecimento de GNL”, ficou fora da Estratégia Nacional para o Mar de 2021/2030, Sr. Deputado!!

Deputado Flávio Soares (PSD): Bem lembrado!

O Orador: Onde é que está a sua indignação?!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Deputado, eu reafirmo e reforço o meu pedido a todas as bancadas: não vamos no populismo fácil!

Não vamos na crítica desgarrada a tudo o que aparece!

Deputado José Ávila (PS): Olha quem fala!

O Orador: Contribua para ajudar este Governo que, neste caso, significa ajudar verdadeiramente ajudar os açorianos, a enfrentar uma grande crise que aí vem, fruto duma guerra injusta e que nós todos devemos condenar e ajudar a combater naquilo que é possível em termos de ajudara solucionar os problemas que aí vêm.

Sr. Deputado, populismos de enviar aviões para ir buscar pessoas?!

Deputada Délia Melo (PSD): Já bastou a China!

Deputado Berto Messias (PS): Os senhores estão de cabeça perdida!

O Orador: Ó Sr. Deputado, não lhe vou recordar o que é que aconteceu com o avião que foi à China buscar as máscaras!

Muito obrigado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): O senhor não queria que eu falasse?!

Deputado José Ávila (PS): Eu queria que falasse?! Deve estar a brincar comigo!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Grupo Parlamentar do PSD esgotou o seu tempo para este debate.

Está inscrito o Sr. Vice-Presidente do Governo a quem dou a palavra.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em nome de todo o Governo...

Deputado Berto Messias (PS): E o Sr. Deputado Joaquim Machado volta a não falar neste debate!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Oh que chatice!

O Orador: Se o Sr. Deputado Berto Messias me deixar falar, gostaria de dar algum contributo a este debate.

Não participei no debate todo, mas ouvi a intervenção do Sr. Deputado Vasco Cordeiro e devo-lhe dizer que nós já estamos a trabalhar nesta situação há já alguns dias. E se me permite, com algumas das coisas que disse nós concordamos. E devo dizer-lhe, sem nenhum problema, que fui buscar (e trago aqui), um programa que os senhores fizeram em 2015, o PAIR, para acolhimento de refugiados, onde fui buscar algumas ideias.

Estamos a trabalhar com os diversos departamentos do Governo desde alguns dias a esta parte, quer a Vice-Presidência do Governo, quer a Secretaria Regional da Educação, a Secretaria Regional do Emprego e Qualificação Profissional, o ISSA, a AMRAA e também vamos contar algumas entidades como a Associação dos Emigrantes e a CRESAÇOR para, em conjunto, delinear um plano.

Por isso, Sr. Deputado, com toda a humildade, aceito os contributos que sejam positivos para acolhermos quem podemos acolher na Região Autónoma dos Açores.

Deputada Andreia Costa (PS): Muito bem!

O Orador: E, sim, o Governo tem uma estimativa de quantos emigrantes podemos mais ou menos acolher.

Eu diria, sem exagero nenhum, entre os 250 e os 500 refugiados. Não me parece exagerado.

Agora, como o Sr. Deputado Vasco Cordeiro sabe – e como eu lhe disse em aparte - na Habitação eu fiz o meu trabalho todo. Só que infelizmente, não tínhamos nenhuma reserva habitacional. E devo dizer-lhe que no Programa do XIII Governo está lá, por minha proposta, que a Região deve ficar com uma reserva habitacional. Ou seja, de cada conjunto de edifícios que façamos, 10% ficam como reserva habitacional para estes casos ou outros de catástrofes, etc. e por aí fora.

Portanto, estamos a trabalhar, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, em coordenação com os outros Membros do Governo.

Ainda agora a Sra. Presidente do ISSA está reunida para fazer o levantamento das necessidades, para depois podermos dar resposta articuladamente. Mas eu também entendo as suas preocupações, nessa perspetiva, isto é, de que nós, açorianos, também vamos sofrer as consequências da guerra. E nós também temos que olhar para nós e o que podemos fazer para mitigar...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ...aqueles que são os aumentos do combustível, dos cereais e até eventualmente a falta dalgum produto que pode acontecer.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Não sejamos ingénuos nessa matéria.

Portanto, sem precipitações, estamos a trabalhar organizadamente, tentando fazer desta situação, não uma situação de protagonismo político – tanto que este trabalho já vem da semana passada, fui buscar sem nenhum problema aquilo que já estava feito, fomos ver o que havia, ajudou-me para ver as entidades que tinham já colaborado da outra vez, atualizámos e juntamente com a Secretaria do Emprego fizemos um *draft* dum documento que está a ser tratado e que vamos implementar.

Com o que é que eu conto? Com a colaboração de todos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Porque eu já sei, como o Sr. Deputado Vasco Cordeiro também sabe (se lhe pedisse para fazer isso) a capacidade que a Região tem dalguns centros de acolhimento, nomeadamente as pousadas de juventude; somos capazes de lá acolher gente e em boas condições por 3, 4, 5 ou 6 meses; porque também estou convencido de que essas pessoas voltarão à sua terra, mas se quiserem cá ficar – e esse será um 2º momento – o Governo terá de preparar condições para os integrar na nossa sociedade. E também estamos a pensar nisso a médio e a longo prazo.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Portanto, neste momento, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, é acolher os refugiados nos centros de acolhimento – chamemos-lhe assim – onde possam ficar com dignidade com a sua família. As pousadas da juventude são um exemplo. Instalações de algumas IPSS's são outro exemplo, como o Solar da Glória, ou a Irmandade do Livramento na Terceira. Tenho isto já praticamente tudo organizado. E o Sr. Presidente do Governo anunciou e enviou a carta aos Negócios Estrangeiros, na 2ª feira se não me falha a memória. Já fiz contatos com o SEF, aguardamos todos esses contatos institucionais. E sabe que a informação chega aos Açores via SEF que depois entra em contato com o ISSA aqui na Região e depois aí é que ficamos a saber quantos emigrantes são. Neste momento, não temos.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Já chegaram alguns.

O Orador: Tem razão Sra. Deputada, mas tinham familiares cá e vieram diretamente para a casa desses familiares.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Claro, porque tinham apoio familiar.

O Orador: Também chegaram à Terceira algumas dessas pessoas. Mas estamos sobretudo atentos àqueles que não têm cá familiares e que vêm, principalmente mulheres e crianças, por aí abaixo. Por isso, é que é preciso aqui haver uma política integrada de resposta a esses refugiados (serão refugiados de guerra) que nós temos que atender. E repito, não estamos

esquecidos dos açorianos. Sabemos que todos vamos passar por dificuldades. Se dissesse aqui que não íamos passar, não estaria a dizer a verdade.

Relativamente às energias renováveis, mesmo neste ano, fizemos um aumento substancial. Por exemplo, a energia hídrica foi totalmente recuperada nos Açores. Estamos com uma produção fantástica de energia renovável a partir da hídrica que estava praticamente parada, como o Sr. Deputado Vasco Cordeiro sabe.

O Sr. Deputado tem razão quando diz que temos que acelerar o PRR. Mas é isso que nós já vimos fazendo. E sabe que, por exemplo, no Bairro de Nossa Senhora de Fátima, em meses, instalámos bombas de calor naquelas moradias todas. Aproveitámos o PRR, acelerámos a proposta, já fomos fiscalizados, porque foi rápida a instalação das bombas de calor nas 24 moradias daquele bairro.

Presidente: Sr. Presidente, agradeço que termine.

O Orador: Já vou terminar Sr. Presidente.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor é que devia tutelar a energia!

(Risos de alguns Deputados da bancada do PS)

Portanto, eu julgo que há oportunidades que temos que aproveitar para intensificar rapidamente. As energias renováveis é um exemplo. E, como se lembra, Sra. Deputada Andreia Cardoso, a proposta de aumento do Parque Eólico da Ilha Terceira foi feita – estava eu aí nessa bancada – e aprovada então pelo Partido Socialista. Estamos, portanto, a trabalhar, mas não é num ano que falta que vamos resolver o assunto. No entanto, não podemos perder a embalagem, o entusiasmo e devemos continuar. Julgo que a EDA, neste último ano, tem feito um trabalho extraordinário nessa matéria.

Sr. Deputado Berto Messias, e caro conterrâneo, antigamente quem falava pelo Governo todo era V. Exa.

Portanto, muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

O Governo também esgotou o seu tempo para este debate.

A Mesa não mais inscrições.

Pergunto se há mais alguém que se queira inscrever?

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, quero agradecer as informações que deu o Sr. Vice-Presidente nos deu em relação a algumas questões concretas colocadas. E, obviamente, que da nossa parte, temos perfeita consciência de que isso é uma estimativa. E, portanto, não é um número que tem que bater certo e refiro-me em concreto à estimativa de acolhimento de refugiados.

Agradeço-lhe, de qualquer das formas, as informações que trouxe a este Plenário que são muito úteis, quer para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista continuar a fazer o seu trabalho nesse aspeto, quer – julgo eu – para quem nos acompanha e quer ter conhecimento daquilo que está a ser feito.

Tenho consciência de que o Governo, quer o Grupo Parlamentar do PSD já não dispõem de tempo para contrapor qualquer questão que eu coloque. Gostava apenas de salientar duas precisões que me parece importante serem feitas a propósito de declarações que me foram imputadas.

A primeira tem a ver com uma pergunta que coloquei quanto à disponibilidade para, no caso dos combustíveis, fixarmos o mínimo que nos é permitido pela banda fixada, nomeadamente no Orçamento de Estado. Não é obrigatório que seja no Orçamento de Estado, mas era importante saber, no fundo, que avaliação faria o Governo sobre esse aspeto.

Em segundo lugar, gostava de dizer que a ideia de poderem ser adquiridos bens e a SATA poder ir levá-los aos países vizinhos da Ucrânia e trazer refugiados não é minha. Essa ideia vi-a referida em espaço público e entendi que ela mereceria ser colocada quanto a essa possibilidade.

De qualquer das formas, tenho pena que o entendimento que V. Exas. tiveram das minhas questões, porventura da forma veemente como eu coloquei algumas delas, seja aquele que foi revelado pela intervenção do Sr. Deputado João Bruto da Costa.

Na minha leitura, julgo que não é isso que precisamos neste momento.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem-vindo ao clube!

O Orador: Mas, obviamente, não sou eu que vou dizer, Sr. Deputado Paulo Estêvão, ao Grupo Parlamentar do PSD quando é que há de intervir e como há de intervir.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, o Governo já não dispõe de tempo e o Sr. Deputado Paulo Estêvão acho que também não...

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tenho, tenho.

Presidente: Tem que ser muito breve Sr. Deputado. Nem vou dizer o tempo que o senhor tem. Mas se quer gastar todo o tempo...

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Sr. Presidente, uma vez que só tenho 9 segundos, não é possível desenvolver um pensamento muito complexo sobre esta questão.

Já disse tudo o que tinha a dizer sobre esta matéria.

Presidente: Muito bem.

Deputado Berto Messias (PS): Foi a sua melhor intervenção de hoje!

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Já sabia que ia dizer isso.

Presidente: Damos, assim, por encerrado este Debate de Urgência. E vamos dar continuidade ao debate que estávamos a ter ontem à tarde, relativamente à discussão conjunta dos pontos 7, 8 e 9 da nossa agenda, ou seja:

Projeto de Resolução n.º 29/XII, Projeto de Resolução n.º 31/XII e Projeto de Resolução n.º 33/XII.

Na altura, estava inscrito o Sr. Deputado Pedro Neves a quem dou a palavra.

(O Deputado Pedro Neves deu a indicação de que prescinde do uso da palavra)

Tem então a palavra o Sr. Deputado António Lima.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Pensei que toda a gente ia prescindir, mas não.

O Sr. Deputado António Lima pediu a palavra. Os *Limas* nunca desistem!

(*) **Deputado António Lima (BE)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ontem ao ouvir a intervenção do Sr. secretário do Ambiente e Alterações Climáticas, fiz um exercício que foi fechar os olhos, abstrair-me e tentar perceber quem é que estava a ouvir. E a primeira pessoa que me veio à mente foi a ex-Secretária do Ambiente Marta Guerreiro, porque o seu discurso era tirado a papel químico do argumentário que o anterior Governo do Partido Socialista utilizava sobre esta matéria.

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (*Alonso Miguel*): Ó Sr. Deputado...!

O Orador: É exatamente o mesmo discurso de desresponsabilização, de atirar a responsabilidade para os municípios e de lavar as mãos.

Quando o Sr. Secretário refere que a construção da incineradora é uma opção da Associação de Municípios de S. Miguel, ou finge esquecer-se, de que a responsabilidade do Governo em fazer cumprir metas e de garantir que é cumprida a estratégia de gestão de resíduos para os Açores. E com este projeto não é possível cumprir metas.

Esquece-se o Governo que a incineradora de S. Miguel, se forem cumpridas as metas – que é a outra alternativa – só terá cerca de 24 mil toneladas de resíduos para incinerar em 2035.

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (*Alonso Miguel*): Aprovámos!

O Orador: Quando tem capacidade para incinerar 55 mil toneladas/ano. Ou seja, o que vamos ter é uma incineradora que trabalha a *part-time*, é uma espécie de precariedade da incineradora, porque não tem resíduos para trabalhar a tempo inteiro.

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (*Alonso Miguel*): Está enganado!

O Orador: A não ser que a estratégia do governo, relativamente aos resíduos, seja profundamente alterada. E é isso que o senhor apresenta na nova versão do que chama o PEPGRA 20 +, em que em vez de se reduzir a produção de resíduos, o senhor prevê aumentar a sua produção. O Sr. Secretário prevê, numa altura em que a população está a decrescer e todos os indicadores assim o revelam, um aumento de resíduos. Para quê? Para justificar a construção daquela incineradora.

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (*Alonso Miguel*): Não é verdade!

O Orador: E eventualmente até, a construção de mais uma incineradora, agora na ilha do Pico. Só falta uma no Corvo – tenho a certeza de que o Sr. Deputado Paulo Estêvão vai reivindicar também a construção de uma para o Corvo!

O que se propõe com esta proposta do Bloco de Esquerda não é, de maneira nenhuma, impor nada a ninguém. Nem invadir a esfera de competências dos municípios. O que se propõe é que o Governo cumpra metas, garanta o seu cumprimento e que negocie, estudando em conjunto com as restantes entidades com competência na matéria, neste caso, os municípios. E isso não é feito, por falta de vontade política, disso não tenho qualquer tipo de dúvida. O problema é que os Açores pagarão um preço muito sério pelas opções que este Governo também toma.

O que é surpreendente ao longo destes anos, e já lá vão muitos com este processo, são as *cambalhotas* dos vários intervenientes no processo.

Na minha intervenção inicial, já referi a grande *cambalhota* da TERAM que dizia que tinha capacidade para receber todos os resíduos dos Açores. Passou-se algum tempo e afinal já não tem. A mesma pessoa que dizia uma coisa num ano sobre determinada iniciativa, sobre outra iniciativa de cariz semelhante, diz que afinal o que disse não vale nada. Mas recordo que em 2016, aquando duma célebre visita do Presidente de então da Câmara Municipal do Funchal, Paulo Cafofo, admitia-se que a Terceira poderia receber resíduos – imagine-se! – da Madeira.

Se há tantos problemas logísticos para transportar resíduos de S. Miguel para a Terceira, parece que transportar da Madeira já era muito fácil!

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel): Mas foi este Governo que disse isso?!

O Orador: Aí já podíamos ter centenas de contentores a transitar pelo Atlântico a uma distância não sei quantas vezes superior e aí já não havia problema nenhum.

Felizmente, essa sim, ideia mirabolante, desapareceu.

Recordo também que, em tempos, para além daquela que foi a contradição que o Sr. Deputado Pedro Neves mostrou em relação ao CDS, em que o seu candidato por S. Miguel dizia que ia acabar com o processo e queria cancelá-lo, entretanto, foi para Diretor Regional e acabou-se a intervenção revolucionária, recordo que o CDS, através do Sr. Deputado Pedro Pinto, em 2018, na Assembleia Municipal da Praia da Vitória, dizia que “a incineradora tinha sido uma má aposta, um elefante branco”. Agora já defende, não só na Terceira, mas também mais uma em S. Miguel. Mas não ficamos por aqui.

Sr. Deputado Paulo Estêvão: como vê, não está sozinho na luta contra a incineradora. O problema é que alguns mudaram de opinião.

O atual Presidente da Câmara Municipal de P. Delgada, anterior líder da bancada do PSD, em 2017, comentava na televisão e dizia que era contra a construção duma incineradora. Agora é Presidente da Câmara e é promotor da incineradora.

Até no Governo - tenho pena que já não esteja aqui – há *ex-opositores* – já não são opositores, infelizmente! Um célebre comentador da RTP-Açores, eng. Bastos e Silva...

Deputada Alexandra Manes (BE): Já fugiu!

O Orador: ... insurgia-se contra o projeto da incineradora.

Dizia ele – e vou citar, para que fique registado, porque eu não quero nenhum processo: “se foi como tudo aponta, a incineradora está sobredimensionada. Não vai haver reciclagem, porque ela tem necessidades cada vez maiores de resíduos para a sua rentabilidade, porque ela custa uma fortuna, tem que queimar tudo. Existe falta de transparência em todo o processo”.

Deputada Alexandra Manes (BE): Xi!

O Orador: “Como é que se arranja um pretexto? Porque noutros concursos feitos pela MUSAMI, a técnica é sempre a mesma: exclui-se e fica só um a um preço mais elevado.

(...) Existe um rumor incomodativo que espero que seja falso, de que havia financiamento partidário de grande monta. Espero que seja rumor, porque isto

é crime” – fim de citação, para que fique registado, porque eu não quero processos.

Deputado Flávio Soares (PSD): O senhor está a disparar para todos os lados.

O Orador: O comentador de então, levantava suspeitas de corrupção. Hoje faz parte do Governo que dá cobertura política ao negócio.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, não está sozinho. Aliás, não **estava** sozinho, porque afinal o senhor não é nenhum *D. Quixote* e se quisesse tinha companhia para lutar contra este negócio. O problema é que muitos abandonaram a luta e o senhor ainda finge estar contra ela.

O que eu lhe pergunto é porque não se alia ao CDS? Porque não se alia ao Sr. secretário das Finanças? Porque é que não fazem uma coligação contra a incineradora e pelo ambiente?

A verdade é que a impopularidade deste negócio, levou a todo o tipo de oportunismo político, o qual é, hoje e aqui, desmascarado: os que eram contra, e agora têm poder e influência para parar o negócio, alguns até levantando suspeitas de corrupção em direto na televisão, meteram *a viola no saco!*

E porquê?! Porque o que tem de ser tem muita força. E é preciso proteger o negócio.

Disse.

Presidente: Muto obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Nem de propósito, Sr. Presidente. Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado António Lima: Eu agora nem sequer falei na NATO e já recebo a atenção de V. Exa.

(Risos de alguns Deputados das bancadas do PSD e PPM)

Veja bem o ridículo das suas observações!

Ontem tive oportunidade de lhe mostrar o pagamento que fiz ao Tribunal Constitucional do último recurso que fiz durante a atual Legislatura para prosseguir com o processo que iniciei e que, aliás, paguei tudo à minha custa. Ninguém me ajudou nada nessa matéria. Paguei toda a despesa do processo. Paguei o mês passado. E já lhe disse que vou voltar a colocar outra ação para tentar deter. Não é faz de conta. Ninguém gosta de brincar para perder 700 ou 800 euros, mil e tal euros. Isso não é brincadeira nenhuma.

Portanto, da minha parte, estou a fazer tudo o que posso. E também já lhe disse, Sr. Deputado, que voto favoravelmente a sua iniciativa. Concordo com os seus argumentos que são os meus. Já apresentei iniciativas semelhantes. E concordo também com a proposta que o PAN apresentou sobre esta matéria. E vou votá-la favoravelmente.

Portanto, as suas alusões à posição do PPM são descabidas.

São provocações gratuitas que V. Exa. está a fazer.

Deputado António Lima (BE): Olha quem fala!

O Orador: A minha convicção, nesta matéria, é a mesma de sempre, Sr. Deputado. É a mesma de sempre. Ou seja, eu estou contra a incineradora, exatamente pelos mesmos motivos que V. Exa. acabou de enunciar. Mais do que isso, eu já desisti? Não, não desisti. Estou preparando uma ação para tentar deter nos tribunais.

Politicamente, como é que nós conseguimos parar isto? Se juntarmos 29 Deputados.

V. Exa. tem o apoio dos 2 Deputados do PPM. E tem o apoio do PAN, da Iniciativa Liberal, de vários partidos.

Deputado António Lima (BE): Falta o Governo.

O Orador: Mas não juntamos 29. E V. Exa. critica o Governo nesta matéria. Bom, é a sua perceção deste assunto e também a minha.

Agora, V. Exa. critique também o Partido Socialista...

Deputado António Lima (BE): Já critiquei!

O Orador: ... que nesta matéria, mantém a posição que tinha. Esteve contra enquanto esteve no Governo e continua contra!

Defendendo os mesmos interesses que V. Exa. critica agora.

Deputada Ana Luís (PS): Pelo menos somos coerentes!

O Orador: E, portanto, Sr. Deputado, o que é que quer que eu lhe diga?

Deputado António Lima (BE): Não quero que diga nada. Quero é que faça!

O Orador: O que lhe vou dizer é que, da parte do PPM, V. Exa. não consegue encontrar nenhuma incongruência neste assunto, nenhuma!

Deputado António Lima (BE): Olhe, diga isso ao Sr. Deputado Rui Martins!

O Orador: Mas o Sr. Deputado Rui Martins não é do PPM.

Eu respondo pelo meu partido que, sobre esta matéria, mantém a posição de sempre. E já lhe disse que neste debate vou votar favoravelmente.

O que é que quer que eu lhe faça mais?! Diga-me só! Para o contentar, o que é que eu posso fazer mais?

O que eu não posso, obviamente, é obrigar os outros partidos a votarem duma forma diferente da que eles querem votar. Eu não posso fazer isso.

Agora, V. Exa. conta com o meu apoio em relação à sua iniciativa.

O PAN conta com o meu apoio em relação à sua iniciativa também.

E considero que V. Exa. está correto na argumentação que faz.

Portanto, não sei que mais lhe possa dizer, a não ser que a minha convicção é inabalável nesta matéria.

Eu considero que uma incineradora serve mal os interesses dos Açores e a ilha de S. Miguel. Constitui um risco para o ambiente. Esta é a minha convicção. É a que eu tinha e continuo a ter nesta matéria.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Como vê, não tive aplausos!

Deputada Alexandra Manes (BE): O senhor não tem apoio dos seus parceiros! Está a ver como não precisa deles?

Deputado Gustavo Alves (PPM): Posso bater palmas sozinho.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Não lhe ficava mal!

Deputado Gustavo Alves (PPM): Eu já disse “muito bem!” A ressonância não chegou aí?

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel): Muito obrigado Sr. Presidente. Srtas. E Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Estêvão:

Prometo que tentarei ser sintético nesta intervenção.

Começo por dizer ao Sr. Deputado António Lima que o único aspeto tirado a papel químico entre o meu desempenho e a do anterior Governo, é a interpretação da lei. E a lei não mudou. E não é por essa sua intervenção que o senhor a vai reescrever.

O PEPGRA já previa a construção duma central de valorização energética na ilha de S. Miguel. Portanto, não me diga que há incumprimento da lei. Ela previa essa construção.

Mais: os Srs. Deputados do Bloco de Esquerda no Parlamento Europeu, fizeram uma queixa e colocaram questões à Comissão Europeia e esta, em resposta, diz que não vê razão **absolutamente nenhuma** para retirar o apoio e o financiamento à construção da central de valorização energética da ilha de S. Miguel.

Portanto, nessa matéria, estamos conversados.

Por outro lado, o reafirmar dessa postura, demonstra um total desrespeito pelas competências próprias das autarquias locais dos Açores, Sr. Deputado António Lima. Mas essa avaliação será feita pelas próprias autarquias locais.

Depois, em relação a números, o erro do qual parte o Bloco de Esquerda é sempre o mesmo: as centrais de valorização energética quer da Terceira, quer a projetada para S. Miguel, não foram projetadas para tratar apenas resíduos sólidos urbanos, Sr. Deputado. Tratam outros resíduos não urbanos;

Deputado António Lima (BE): Os recicláveis são reutilizados!

O Orador: subprodutos de origem animal e vegetal. E a quantidade de resíduos, anualmente, não valorizados, ultrapassa as 50 mil toneladas, Sr. Deputado. Ou seja, só por si, é maior do que a capacidade licenciada da central da ilha Terceira.

Portanto, não há qualquer dúvida a nível dos números.

Mais: mesmo que se atinjam as metas – e nós todos trabalharemos para isso – a central de valorização energética da ilha de S. Miguel está preparada para funcionar a 60% da sua capacidade.

Deputado António Lima (BE): É a *part-time!*

O Orador: Portanto, nenhum desses argumentos colhe, Sr. Deputado!

Sabe qual é o problema da sal proposta?

Para já é legítima a opção da AMISM, como já disse ontem. E, depois, a sua proposta, é pior do que o projeto da AMISM, quer ao nível financeiro quer ao nível ambiental. Aliás, nem representa uma alternativa à proposta, porque não dá cabimento à gestão adequada dos resíduos da ilha de S. Miguel. E, por isso, é uma **não proposta**, isto é, não é uma alternativa.

(Risos do Deputado António Lima)

E esse é que é o seu problema.

O senhor ficou sem argumentos. E por isso é que começou a disparar em todas as direções. Foi buscar questões de transporte de resíduos da Madeira em 2016, o que é este Governo Regional tem a ver com isso?! E mesmo o anterior, o que é que tem a ver com isso?! Absolutamente nada!

Foi buscar exemplos de candidatos que defendiam na altura da campanha eleitoral uma determinada posição.

Deputado António Lima (BE): Ah não tem nada a ver com isso?! O senhor já não é do CDS?!

O Orador: Não é isso. O senhor conhece muito bem a minha posição.

Sabe porque é que o senhor, aí dessa bancada, não se pôs a fazer uma leitura das minhas intervenções de quando eu era deputado? Porque o senhor conhece muito bem a minha posição sobre a gestão dos resíduos nos Açores. E sabe perfeitamente que ficou sem argumentos e não consegue combater este argumentário, porque na verdade resumem-se a números. Existem 50 mil toneladas de resíduos que não são valorizados na ilha de S. Miguel. E que eu saiba, 50 mil ainda é maior do que 40 mil. Portanto, quanto a números também estamos conversados.

Relativamente às metas de prevenção e proposta preliminar do PEPGRA que está em consulta pública, já ontem tive oportunidade de lhe dizer que essas metas não são comunitárias.

A diretiva comunitária define um conjunto de medidas que cada estado-membro deve implementar. Não define, de modo nenhum, metas. Ou seja, estas metas de que o senhor fala – a redução de 5% até 2025 e de 15% até 2030 – são metas adotadas a nível nacional por Portugal.

Como o senhor sabe, e de acordo com o mesmo normativo legal existente a nível nacional, as metas a aplicar na Região são aquelas que estiverem definidas no PEPGRA, nada mais nada menos. Mas também vos assegurar, Sras. e Srs. Deputados, que as medidas que foram definidas e dispostas na diretiva europeia estão todas – ou quase todas – vertidas na versão preliminar do PEPGRA 20+. Aliás, como sabe e como já teve oportunidade de consultar, o PEPGRA 20+ tem 3 objetivos estratégicos: o 1º deles é exatamente prevenir a produção de resíduos e os seus impactos no ambiente, no âmbito do qual foram definidas 23 das 91 medidas que existentes no PEPGRA 20+, ou seja, 25% das medidas do PEPGRA 20+ são exatamente para a prevenção da produção de resíduos.

Por outro lado, esta opção por definir uma meta de abrandamento no crescimento da produção de resíduos, em vez duma meta de redução, prende-se com uma visão realística e com – passe o pleonasmo – a realidade arquipelágica e ultraperiférica que nós temos. E teve, nomeadamente, em

consideração aspetos que são importantes – nós importamos a maioria dos produtos que consumimos; o aumento significativo do fluxo turístico e os indicadores demonstram que voltaremos a crescer no âmbito da atividade turística; a retoma da atividade económica no período pós-pandemia;

Presidente: Sr. Secretário, agradeço que termine.

O Orador: Sim senhor.

O desenvolvimento das medidas socioeconómicas; a reduzida capacidade industrial que nós temos para produzir os nossos produtos. No fundo, o que quisemos foi limitar que houvesse um aumento exponencial. Mas, Sras. e Srs. Deputados, esta proposta estará aqui à discussão e teremos oportunidade de nos debruçar ela.

Julgo que terei respondido às questões todas. Queria apenas dizer que há muito trabalho feito neste último período e neste curto espaço de tempo. Para além do DLR que aprovámos para estabelecer medidas de redução de consumo de produtos de utilização única e promoção de reciclagem e reutilização, com as medidas do aumento da taxa sobre os sacos de plástico, temos também o sistema de depósito de embalagens não reutilizáveis de bebidas e os projetos REACT, EU, nomeadamente o roteiro da economia circular e de implementação de guia metodológico para implementação de sistemas PAYT.

Muito obrigado.

Secretário Regional da Juventude, Formação Profissional e Emprego

(Duarte Freitas): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

O Governo esgotou o seu tempo para o debate destes diplomas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Julgo que não será preciso abordar muitos dos argumentos, porque o Sr. Secretário, entre ontem e hoje, penso que já rebateu todo e qualquer ponto...

Deputado Nuno Barata (IL): *Avelinicamente!*

O Orador: *Exato. Avelinicamente!*

Como dizia, todo e qualquer ponto que tivesse sido levantado nestes Projetos de Resolução. E considero que do ponto de vista formal, esta Câmara está devidamente esclarecida.

Porém, e como é óbvio, o Grupo Parlamentar do CDS tem algumas considerações a fazer.

Achamos que de certo modo, há um equívoco que se tentou sempre estabelecer e que tem a ver com as metas que estão estabelecidas (metas nacionais), que não são regionais, mas que evidentemente não desresponsabiliza a Região naquilo que é o seu (pré) tratamento de resíduos. No entanto, pensamos que é também necessário perceber este enquadramento da nossa descontinuidade territorial e a necessidade de se encontrar soluções o mais próximo possível dos locais de produção de resíduos e não embarcar em soluções que têm impactos enormes, do ponto de vista da emissão de gases com efeito estufa...

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel): Com certeza!

O Orador: ...como seja, por exemplo, o transporte massivo de resíduos duma ilha para outra. Ainda para mais, duma ilha que tem a maior população e a maior produção de resíduos, para outra ilha. E também tendo em conta que uma parte destas contas que normalmente são feitas - para dizer que há uma capacidade da TERAM de processar os resíduos - não entram em conta os resíduos industriais e que também fazem parte do bolo e também são resíduos que devem ser devidamente tratados.

Não nos devemos esquecer que as ilhas são estações terminais. Infelizmente, com os hábitos de consumo, os produtos que agora chegam às ilhas, requerem outro tipo de processamento que antigamente não tinham, até porque nessa altura usava-se muito mais caixotes em madeira, até na construção de instrumentos. E atualmente não é o caso. E somos uma estação terminal, facto que nos obriga a ter investimentos e soluções para esse processamento de resíduos.

A realidade é que, após todos estes debates que já se fizeram acerca deste assunto, e após as audições, fica claro que o Bloco de Esquerda defende que todo o lixo da Região vá para a ilha Terceira. Essa é a defesa que o Bloco faz. Eu gostaria de perguntar, só mesmo para confirmar, se o Bloco de Esquerda afinal o que defende é o transporte marítimo de resíduos de S. Miguel para a Terceira?

É isso que defende Sra. Deputada Alexandra Manes? – gostaria de saber.

Por outro lado, o Bloco de Esquerda também fala na mineração de resíduos que é uma questão...

Deputada Alexandra Manes (BE): Porque é que não pergunta ao Sr. Deputado Pedro Pinto? Porque pergunta a mim?!

O Orador: Se a Sra. Deputada me quiser deixar continuar. E se quiser intervir, acho que ainda tem tempo, pode fazê-lo.

O Bloco de Esquerda fala muito na mineração de resíduos que efetivamente têm pouco valor energético. Mas a pergunta que se impõe é saber se o Bloco considera ou não relevante a reposição ambiental que está a ser feita às células de aterro na ilha Terceira? Ou se essa reposição ambiental não deve ser feita?

Esta é também uma pergunta que fica e acho importante que respondessem aos açorianos.

Depois, o Bloco de Esquerda iniciou o debate tentando vitimizar-se, quando diz que foi chumbada a urgência e que isso levou à baixa à Comissão. E que o trabalho (em Comissão) também atrasou o seu Projeto de Resolução,

quando na verdade, o chumbo desta proposta – já ontem o Sr. Secretário lhe disse e bem – foi 2 dias após a adjudicação da construção da central de valorização energética de S. Miguel. E o simples facto da obra já estar adjudicada, já iria trazer impactos financeiros para o erário público. É um facto.

Por outro lado, também não se pode dizer que não era relevante o aprofundamento destas questões em Comissão. Ou seja, o próprio chumbo estava mais do que justificado.

Considero que as visitas foram bastante elucidativas acerca daquilo que são as limitações da TERAM, para absorver os resíduos produzidos em S. Miguel e também na CAPADS não me parece que tenha sido protelada qualquer avaliação destas iniciativas, até porque estamos todos ao corrente da dificuldade que foi o agendamento de algumas diligências e que o Sr. Presidente, inclusivamente, pôs à consideração de todos o cancelamento de diligências, sob pena de nunca mais podermos discutir isto em plenário, sugestão essa que foi aceite por todos, inclusive pelo Sr. Deputado António Lima.

Relativamente ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, se bem que ele não precise que eu o defenda, há uma coisa que tenho de referir, porque considero absolutamente estranho. Ou seja, o Bloco de Esquerda considera que a representatividade que os partidos têm nesta Coligação deve ser subvertida nas agendas que lhe convém. Isto é, há uma agenda que lhe convém e, então, nós devemos fazer aqui um braço de ferro e um deputado deve-se impor, grosso modo, a 56 deputados. Se calhar é esta a visão que tinham na República. E por isso é que o Partido Socialista tinha que ceder nas propostas do BE, mas este não podia conceder em nada ao PS. Ora, isso é que são acordos de governação. Parece-me que o senhor tem uma ideia um bocadinho distorcida do que é a democracia e o peso conferido pelo eleitorado. E o peso relativo é importante, porque o facto de um qualquer deputado, nesta Casa, neste momento, um único que seja, poder fazer a diferença em muitas

situações, não me parece que devamos ter a veleidade de usar dessa posição para impor a nossa vontade individual a todo um conjunto e a toda uma região, porque não foi essa a representatividade que foi conferida ao Bloco de Esquerda, ou ao CDS, nem a nenhum partido em maioria única e exclusiva. Esta é que é a realidade. Por isso, estamos aqui para concertar. É o que acontece neste Governo. É o que acontece nesta Coligação. E obviamente que, atendendo àquilo que sempre foi a posição do Deputado Paulo Estêvão, porque tenho a certeza e sei –senão não faria sentido qualquer Coligação – que o que está subjacente à Coligação, é a defesa de assuntos muito mais importantes, para além deste assunto que é relevante...

Deputada Alexandra Manes (BE): Ah, milhões de euros não é relevante?!
Fica registado!

O Orador: ...mas obviamente não define a governação da Região.

Os Açores e o seu futuro económico, não se resume a uma central de valorização energética, Sra. Deputada. Isso é um facto.

Em relação às posições do CDS e à nota de imprensa que está no nosso site acerca do candidato de S. Miguel, Sr. Deputado Pedro Neves, nós não vamos tirar nada de lá. Não temos qualquer problema com as posições que nós defendemos.

Há uma coisa que é um facto: o nosso partido é um partido democrático, há diferença de ideias. A realidade é que o nosso candidato de S. Miguel defende a não construção da central de valorização energética, no entanto, do ponto de vista partidário – e estamos aqui com um grupo parlamentar não a defender as ideias individuais de cada um de nós – chegámos à conclusão, pela análise dos dados, que não há uma solução melhor do que aquela de ir para a frente com esta central de valorização energética. Esse é que é o facto. Porque não há capacidade instalada na que existe na ilha Terceira. Não faz sentido, do ponto de vista ambiental nem sequer económico, fazer o transporte de toneladas e toneladas de lixo de S. Miguel para a Terceira. Essa foi a avaliação que nós fizemos, logo em coerência com a defesa do rigor e da

defesa ambiental, porque quando se diz que na Europa já ninguém constrói centrais de valorização energética, o facto é que elas não são construídas, porque as que existem são suficientes.

Sobre a proposta do PPM, somos a favor de que se deve sempre visitar aquilo que é possível.

Relativamente à proposta do PAN, seríamos a favor, se a proposta não fosse retirar o tapete e aquilo que até consideramos possa vir a ser uma ilegalidade, visto que até o Sr. Secretário disse ontem, e bem, que decorre da lei que não se pode, à posteriori, fazer retroativamente uma reavaliação. Por isso, consideramos que aquilo que resume o último ponto resolutivo, parece-nos ser algo que até poderíamos votar, mas assim, não o faremos.

O Bloco de Esquerda também algumas resoluções que seriam interessantes do ponto de vista de se investir nos TMB's, mas quanto ao resto, seria reverter uma situação com todo o risco e o peso económico que isso terá para o erário público.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Marco Costa.

(*) Deputado Marco Costa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, ontem na minha intervenção coloquei algumas perguntas aos proponentes das iniciativas, em particular sobre alguns assuntos que foram abordados pelo Sr. Deputado António Lima. Mas deixo isso para repetir talvez daqui a pouco.

Por outro lado, o Bloco de Esquerda sempre se afirmou, é legítimo, como um partido de causas. Mas não acho correto é ficar chateado com todo o trabalho

que foi feito em Comissão com toda a demonstração de números em concreto, e opiniões científicas bem fundamentadas sobre o que estamos aqui a discutir.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

O Orador: É legítimo que seja um partido de causas, mas não posso concordar que fique chateado e a prova disso é ter feito aqui um reporte de notas de imprensa de doutros factos e posições políticas...

Deputado José Ávila (PS): Olhe que sobre notas de imprensa no Pico... antigamente dava cadeia!

O Orador: ... tentando talvez criar uma nuvem sobre o trabalho feito de forma responsável.

Depois, os senhores reclamaram, e bem, que se deve rever a legislação. Já foi anunciado aqui que está em consulta pública e aqui gostava de deixar uma nota, ou seja, quando o senhor refere que as metas são superiores – o senhor só disse que as metas são iguais ou menores a 7%, neste caso em concreto – mas o método de cálculo é outro e a diretiva aplicada é outra. No passado tínhamos só algumas frações dos resíduos sólidos urbanos e, pelo método atual, são todas as frações.

Por outro lado, pela leitura que quer fazer de inviabilização dos investimentos previstos, também teria sido correto – consideramos nós – que tivesse consultado todo o documento que já está disponível e que faz uma análise técnica que vai para lá daquilo que fizemos em Comissão, deixando a nu tudo o que são os pontos fracos, fortes, as oportunidades e as ameaças da gestão de resíduos dos Açores. E, portanto, se não está de acordo com a legislação em vigor, talvez também este teria sido o momento de apresentar propostas alternativas. E o senhor não o fez.

Deputado António Lima (BE): Não podemos fazer!

O Orador: Portanto, além disso, há sempre uma aquela leitura segundo a qual os municípios ficam aquém. Eu devo dizer que os municípios têm grandes dificuldades em cumprir e existe uma realidade regional muito

diferente. Ou seja, os dados de 2020 revelam, por exemplo, que a produção per capita de resíduos nos Açores, no caso de S. Miguel, foi de 632 kg/pessoa, quando na menor ilha é de 420 kg/pessoa (a ilha com menor produção é S. Jorge), isto é, logo aqui, percebemos claramente que existem fatores que não se resolvem de um dia para o outro e que são de levar em conta, de forma responsável, sendo que os municípios estão a fazer o seu caminho. E contamos que façam cada vez melhores apostas e que apresentem resultados, até como aquele que foi noticiado no dia 3 de março sobre o aumento da valorização de resíduos obtido pela MUSAMI, nomeadamente com um crescimento de 7% em 2021.

Portanto, o senhor tem é que dizer se considera que mesmo alcançando as metas, nós temos capacidade para eliminar, responsabilmente, todos os resíduos não recicláveis nos Açores. E não pode andar às voltas com a leitura de estudar o transporte. O senhor tem que afirmar se entende que se deve transportar tudo para a Terceira. E tem que ter a coragem de dizer que os resíduos dos matadouros, cujas toneladas envolvidas já foram aqui mencionadas (são aos milhares), vão ter que circular entre portos da Região, com todos os problemas de salubridade que isso acarreta.

Deputado António Lima (BE): Já circulam.

O Orador: Ou então, o senhor também vai ter que admitir que se isso não for possível, vai querer a manutenção dos aterros.

Deputado António Lima (BE): Quem é que disse isso?

O Orador: E, portanto, na minha leitura, existem muitas incongruências nas posições que o senhor tem tomado. E, neste caso, não pode ser só a leitura de causas, também tem que ser a leitura de responsabilidade.

Tenho dito.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Eu não estava para intervir neste debate, mas já que o Bloco de Esquerda faz questão...

Deputado António Lima (BE): Não faz!

O Orador: ... que eu também um contributo ao debate, cá estou para debater a questão do lixo e do tratamento de resíduos na RAA.

Percebemos, ao longo deste debate que se realiza desde ontem, mas também já em sessões plenárias anteriores e nos próprios trabalhos da Comissão que, em relação à questão dos lixos e do tratamento dos resíduos, o Bloco de Esquerda tem uma espécie de superioridade moral relativamente a todos os restantes partidos. E apresenta-se neste Plenário com uma arrogância e sobrançeria face aos outros partidos, ao ponto até de ir buscar declarações minhas na Assembleia Municipal de 2016.

Deputado António Lima (BE): 2017!

O Orador: V. Exa. é que disse que era de 2016, agora já é de 2017, até o senhor está meio confuso na origem das minhas declarações.

Deputado António Lima (BE): Posso fornecer-lhe a ata!

O Orador: O que comprova bem a sua má-fé neste debate!

Deputado António Lima (BE): Má-fé?!!

O Orador: Mas V. Exa. queria a minha participação, pois ela aqui está.

V. Exa. disse que eu me referi á central de incineração da ilha Terceira, como sendo um *elefante branco*.

Pois bem, eu fi-lo na Assembleia Municipal enquanto responsável autárquico. Fi-lo para defender os interesses dos praienses, porque a central da ilha Terceira é um projeto das duas autarquias – Praia da Vitória e Angra do Heroísmo – e se der lucro, não tem qualquer encargo para os municípios, mas se der prejuízo, eles vão ter de alocar verba do seu orçamento para cobrir o

prejuízo da central. E naquele ano estavam em curso reparações muito avultadas e, portanto, havia que fazer uma injeção de capital na central por parte do município onde eu sou eleito na Assembleia Municipal.

Deputada Andreia Costa (PS): Ah *distorce, distorce*.

Por isso, é óbvio que do ponto de vista municipal, eu tenho que zelar pelos interesses do Município. E o que eu disse, então, ao executivo camarário, é que a gestão tinha que ser melhorada, porque não poderíamos ter um *elefante branco*, do ponto de vista financeiro, a suportar um encargo elevadíssimo numas finanças muito depauperadas no Município da Praia da Vitória.

Portanto, ao longo deste debate e sobre resíduos, ficámos a perceber que o Bloco de Esquerda o que quer fazer é transportar todo o lixo de S. Miguel para a Terceira.

Muito obrigado.

Deputado Rui Martins (CDS-PP) e Deputado Gustavo Alves (PPM):

Muito bem!

Deputada Alexandra Manes (BE): Disse ou não disse que era um elefante branco?! Então assumam!!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estivemos aqui toda a manhã e parte do início dos trabalhos desta tarde, a falar da guerra na Ucrânia, das suas consequências na nossa economia e agora estamos a falar de resíduos.

Infelizmente, não me parece que nos próximos anos vamos ter um aumento, como temos tido até agora. E não vamos ter, porque o esforço que precisamente vamos ter que fazer para ultrapassar as consequências desta guerra, vai no sentido de reciclarmos mais, reutilizarmos mais e importarmos muito menos.

Temo até que, a certa altura, precisemos de coisas que não vamos conseguir comprar no mercado internacional por não existirem.

Pegando um pouco nas declarações do Sr. Deputado António Lima há pouco, quando em 2016 a central de valorização energética – um mero eufemismo, para não se utilizar o termo “incineradora”, porque ficou um bocado mal visto no mercado internacional e com razão – era uma espécie de *elefante de Myanmar ou da Tailândia...*

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Cada um tem o elefante que lhe convém!

O Orador: é só uma *pedagogiazinha*, Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Nesta sala há bastantes.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Alguns estão no meio da sala!

O Orador: Quando em 2016 esta incineradora era considerada um *elefante branco*, hoje ela já não é quase suficiente para os resíduos da ilha Terceira e das ilhas que para ela fornecem, nomeadamente também S. Miguel que fornece resíduos dos matadouros.

Portanto, isto deixa-me uma preocupação: o que foi feito nos Açores, nos últimos anos, de 2016 até agora – e já vamos quase com 2 anos deste Governo – para evitarmos a queima de resíduos?

O que é que fizemos na reutilização?

O que é que fizemos na reciclagem e na compostagem para evitar que tenhamos que queimar resíduos em três ilhas dos Açores, por aquilo que agora temos à vista? – Terceira, Sr. Miguel e Pico.

Deputado António Lima (BE): É a coesão territorial!

O Orador: O Sr. Deputado Marco Costa, num esforço que lhe reconheço, tentou dizer o porquê. E o Sr. secretário da tutela também. Mas não tiveram foi a coragem de dizer o porquê, pois o que vos apetece dizer é que o povo não é capaz de separar, reciclar e reutilizar. Era isso que os senhores queriam dizer, mas não têm coragem para tal.

Porque é que o povo não faz bem feito?

Porque os senhores não fizeram o trabalho pedagógico que era preciso fazer, um trabalho de sensibilização ambiental. As autarquias também não fizeram o seu trabalho.

As autarquias têm um problema hercúleo, tem sim senhor, Sr. Deputado Marco Costa. Têm um problema hercúleo entre mãos. Eu vejo isso todas as manhãs na cidade Ponta Delgada e em todas as vilas e cidades dos Açores onde acordo. É um facto. Mas o que foi feito, entretanto, pelo Governo Regional para ajudar essas autarquias a resolver esse problema?

O que foi feito foi incentivar a incineração, acartar tudo e mais alguma coisa para dentro dum forno para se queimar. A questão é essa. Menos reciclagem, menos reutilização, menos compostagem.

Vêm aí dias difíceis, como já disse no início desta minha intervenção. Dias onde vamos precisar de composto orgânico para adubar terrenos, porque não vamos ter para comprar no mercado internacional, não tarda muito. E, entretanto, estamos a meter resíduos florestais nas incineradoras para ajudar a queimar os resíduos que não queimam sozinhos. E estamos a reciclar menos paletes, porque estamos a metê-las dentro das incineradoras para as aquecer, porque temos lá resíduos que não queimam sozinhos. Este é que é o problema. Ou seja, não foi feita a devida pedagogia e sensibilização ambiental, para agora vir se dizer, por palavras bonitinhas, que o povo não trata bem os resíduos, por isso nós temos que os queimar.

É bom que este povo perceba quem é que tem de reciclar num futuro bem próximo!

Deputada Alexandra Manes (BE): Está tudo nas suas mãos, Sr. Deputado!

Deputado Nuno Barata (IL): Não está!

Que o povo lá fora diga isso, eu aceito, agora a senhora não!

Deputado Berto Messias (PS): Tiros de pólvora seca, ou bolas de sabão!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado** (*Indep.*): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O trabalho feito em Comissão em torno destes Projetos de Resolução que ontem e hoje discutimos nesta Casa, levou-me a constatar coisas espantosas.

Levou-me a constatar, por exemplo, que resíduos minerados têm mais valor energético do que refugos. Isto foi dito na Comissão.

Levou-me a constatar que o transporte de resíduos de S. Miguel para a Terceira é uma coisa que parece que é transcontinental. Ou seja, a viagem que é feita em meia dúzia de horas entre S. Miguel e Terceira é uma coisa que parece ser impraticável à luz das opiniões que foram emitidas em Comissão.

Até ouvi outra coisa ainda mais espantosa: houve quem pusesse em causa a própria hierarquia dos resíduos ao ponto de dizer que mais valia queimar tudo, do que enviar para fora – também se constatou isso, uma coisa assinalável e digna de registo!

Houve também outra coisa espantosa, mesmo extraordinária, que foi dizer que o sucesso da reciclagem em 7 ilhas dos Açores só funciona porque é em pequena escala. Porque quando tiver a escala da ilha Terceira ou da ilha de S. Miguel, já não funciona.

Deputado António Lima (*BE*): São Miguel não é Nova Iorque!

O Orador: Portanto, é contrário àquilo que são os princípios de economia do funcionamento em escala. Ou seja, em escala funciona pior do que sem escala.

Depois de ver e ouvir isto tudo, obviamente que eu fiz a minha leitura que, num assunto destes, é muito clara: há qualquer coisa que não estão a dizer aos açorianos, porque não com este tipo de argumentação que se consegue convencer as pessoas.

Vejo também que estamos a caminhar a passos largos para aquilo que parece ser uma inevitabilidade, mais uma incineradora nos Açores, em S. Miguel.

Deputado António Lima (*BE*): E no Pico?

O Orador: Mas eu ainda colocaria o assunto mais longe. Colocava o assunto a uma distância de 15 anos.

Ora, temos uma incineradora na Terceira que, segundo se diz, tem aproximadamente 25 anos de vida útil; desses 25, os primeiros 5 – passe a expressão – já arderam; temos 20. Ao que parece, há um desgaste anormal até do dito equipamento. E agora vai-se construir uma incineradora em S. Miguel que está sobredimensionada.

Então, pela minha leitura e em função de tudo aquilo que foi dito, daqui por 15 anos teremos uma incineradora na Terceira que estará esgotada; uma incineradora em S. Miguel que estará sobredimensionada, mas que pelas impossibilidades de se fazer o transporte, vai-se ter que fazer mais uma (incineradora) na Terceira.

Deputado António Lima (BE): E no Pico!

O Orador: E vamos ter para todo o sempre uma incineradora em S. Miguel e outra na Terceira.

Face a isto, eu pergunto: isto é mesmo assim? Numa população de 250 mil habitantes, temos mesmo que ter permanentemente duas incineradoras? Ou estamos aqui a falar duma coisa que é incomodativa, mas que no meio de todo o relatório da Comissão, parecia-me ver assim a marca de água “bairrismos”?

A gente vai lendo as folhas..., mas fica com a impressão de que há uma marca de água que diz “bairrismos”. Diz-me também uma outra palavra um bocadinho agressiva, por isso eu nem vou dizê-la aqui.

Já se falou aqui que até resíduos da Madeira se podiam queimar. De S. Miguel é que não se pode!

Das outras ilhas queima-se resíduos. De S. Miguel não se pode!

Parece até que isto é um ato normal.

Quer dizer, eu chego à conclusão de que, afinal, o que separa as ilhas nem sequer é o mar, mas sim os bairrismos.

Deputada Alexandra Manes (BE): Sempre foi!

O Orador: O mar, a inteligência humana já resolveu o problema da aproximação daquilo que o mar separa, porque inventou os barcos, os aviões, as telecomunicações, ou seja, esses elementos já aproximam as populações. Os bairrismos é que a inteligência humana ainda não conseguiu resolver. E em função dessas brincadeiras de bairrismos que os açorianos ainda não perceberam que enquanto andarem de costas voltadas de ilha para ilha, não vão resolver os problemas estruturantes desta terra. E vamos fazer mais uma incineradora, atrás duma há de vir outra e depois há de vir outra, até já se fala numa no Pico e daqui a nada há de haver um *cartoon* pelo mundo fora, onde vão aparecer 9 ilhas dos Açores com 9 incineradoras!

Deputada Alexandra Manes (BE): Nas Flores não!

O Orador: Isto é o cúmulo! É inaceitável!

Vai-se fazer uma incineradora... se calhar vai mesmo acontecer, porque já percebemos que a da Terceira, daqui por 10 anos, talvez já esteja obsoleta, poderá não ter capacidade para continuar, mas acima de tudo, o problema já não é de incineração. O problema é de mentalidades, porque as pessoas ainda não perceberam, tal como disse o Sr. Deputado Nuno Barata, que o andar a queimar paletes, pneus e outras coisas para dar o valor energético que as incineradoras precisam, é um tabu na sociedade. E anda-se a empurrar a culpa para o cidadão que é o incumpridor, o insensível e mais não sei o quê,

Deputada Alexandra Manes (BE): Exatamente!

O Orador: ... quando na realidade, o que interessa atualmente ao gestor dos resíduos, é que essa insensibilidade da população exista, nomeadamente para dar suporte àquilo que são as políticas de incineração desta terra.

Disse!

Deputada Alexandra Manes (BE): E disseste muito bem, Sr. Deputado Carlos Furtado!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não vou entrar em debate, porque o Governo já não tempo, sobre aquilo que foi a intervenção do Sr. Secretário do Ambiente. Mas o PSD ainda tem tempo e tocou nalgumas matérias relacionadas.

Em primeiro lugar, sobre os resíduos industriais, e dando alguma razão ao Sr. Deputado Marco Costa, nós aprendemos algumas coisas nas visitas que fizemos e nas reuniões que tivemos em Comissão, o que não deixa de ter sido um veto de *gaveta*.

Aprendemos coisas magníficas como, por exemplo, no caso dos pneus, os consumidores pagam uma taxa (que não é pequena) para que eles sejam reciclados, só que eles vão parar não à reciclagem, mas sim ao fundo da fornalha da incineradora.

Os plásticos (agrícolas) que os agricultores pagam uma taxa quando compram, não vão parar à reciclagem, vão parar à incineradora. E é bom que isto se saiba.

É por isso que a incineradora queima tantos resíduos industriais e equiparados, porque em vez de seguir o circuito que é suposto de reciclagem, vão parar exatamente à fornalha que é para justificar a sua existência e outras (já falo em outras!).

Esse é que é o problema de fundo que ainda é agravado com a previsão do Governo de que os resíduos vão continuar a subir e que nós não estamos em emergência climática, que está tudo normal.

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel): É a realidade, Sr. Deputado!

O Orador: E a população não está a descer. E vamos continuar a produzir cada vez mais, nesta absoluta loucura, parecendo que nada se passa! Contrariando até a tendência do anterior Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de resíduos que tinha uma linha de manutenção, no mínimo, eleger a redução na produção de resíduos.

Chega a direita ao Governo e o que é que temos?

Aumento de produção de resíduos.

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (*Alonso Miguel*): Claro!

O Governo é que produz os resíduos, faz mesmo sentido!!

O Orador: E é pelo aumento da população? Não é!

Sr. Deputado Marco Costa, a proposta do Bloco de Esquerda não tem é um estudo, não tem que apresentar números.

A proposta do Bloco relativamente ao transporte diz é que o Governo deve estudar em cooperação com a Associação de Municípios. E os senhores estão a impedir que se estude.

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (*Alonso Miguel*): Porque a Associação de Municípios não quer!

O Orador: Não estão a impedir uma solução que nós não estamos a apresentar, uma solução fechada.

A Associação de Municípios não quer e o Governo diz “nós não podemos fazer nada, fica assim mesmo”!

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (*Alonso Miguel*): O Projeto foi aprovado!

O Orador: Pronto. Ficamos a saber.

Ao contrário do que os senhores querem dizer, nós não estamos de modo algum a propor que se envie todos os resíduos de S. Miguel para a Terceira. Até porque S. Miguel produz mais de 80 mil toneladas, logo isso seria completamente absurdo, como é óbvio.

O que nós estamos a propor, uma vez mais, é que se estude a possibilidade...

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: ... de a fração resto, ou seja, o combustível derivado de resíduos produzidos a partir do TMB instalado em S. Miguel e que finalmente depois de a MUSAMI ter dito durante anos e anos que não queria, porque era um modelo ineficiente da gestão de resíduos e ter recusado (TMB) durante anos,

acabou por dar razão a quem dizia o contrário e decidiu instalar, sendo que esse TMB produzirá uma fração, a qual poderá ser incineradora na incineradora que já existe. Mas, afinal, é isso que não querem?

Não querem aproveitar a capacidade instalada?

Terminando, Sr. Presidente, o PPM sozinho não consegue parar este processo, tal como não conseguiu o CDS.

O problema é que nós não estamos a falar aqui dum apoio parlamentar do PPM ao Governo.

O PPM e o CDS, embora o CDS não se perceba bem porque um diz uma coisa em 2016 e outro diz outra em 2017, o PPM faz parte do Governo. Por isso, as opções do Governo vinculam o PPM.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Como é que é?!

Ora esta!

O Orador: Por isso, o Sr. Deputado Paulo Estêvão passa a ser responsável também, tal como o CDS, por esta opção. E não há nada que possa dizer que prove o contrário, porque contrariamente à Iniciativa Liberal que não é um parceiro parlamentar, o senhor é do Governo, não o Sr. Deputado, mas o seu partido. Por isso, o senhor passa a ser naturalmente responsável pelo que se irá construir na ilha de S. Miguel.

Disse.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado. O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para este debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Obrigado Sr. Presidente. Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu regresso ao debate apenas para esclarecer alguns aspetos.

Relativamente às posições do CDS, eu considero que do ponto de vista da sua intervenção política nos centros de decisão, nomeadamente esta Assembleia Legislativa Regional, a nossa posição sempre foi muito clara.

Do ponto de vista da defesa das populações, por cada um dos candidatos em cada uma das 9 ilhas, obviamente cada um tem a liberdade – sempre teve – de defender aquilo que são as suas convicções. E depois trazê-las para o partido – somos um partido democrático que não segue *cartilhas* – para aí, sim, serem retiradas as devidas ilações, feitas as devidas avaliações.

Evidentemente, como partido democrático que somos, não é a minha vontade individual que se impõe, nem eu estou aqui em defesa dos meus ideais específicos, única e exclusivamente.

Eu levo os meus ideais para o partido e se tiverem acolhimento, se calhar passam a ser uma bandeira do partido. Se não tiverem acolhimento, não são uma bandeira do partido.

No dia em que eu sentir que não estou a fazer nada no CDS, se calhar é o dia de sair. E o dia em que eu não servir o CDS, também se calhar é o dia do CDS me mandar embora!

É assim que funciona a democracia.

Deputado Berto Messias (PS): Isso agora está na moda!

O Orador: Gostaria de dizer ao Sr. Deputado Nuno Barata que ao contrário daquilo que diz, os indicadores e os valores da reciclagem na RAA não são cada vez menores. O senhor está redondamente enganado.

Deputado Nuno Barata (IL): Eu nem sequer disse isso!

O Orador: Eu vou-lhe dizer que a nível da Madeira, por exemplo, a reciclagem está nos 20%; a nível nacional está nos 38%; a nível dos Açores os indicadores são de 40%.

Deputado Francisco César (PS): Afinal alguma coisa está mal!

O Orador: Foi efetivamente feito trabalho, não é uma questão de estar a defender o que quer que seja, mas sim defender um trabalho que realmente foi feito e que tem sido continuado em prol da correta gestão dos resíduos nos Açores.

Isto são os indicadores, Sr. Deputado. Temos a maior taxa de reciclagem do País: 40%. E isso é importante.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado António Lima:

V. Exa. tem uma verdadeira obsessão com o PPM.

Deputado António Lima (BE): Olha quem fala!

O Orador: Ainda por cima faz aqui uma intervenção, quando já não tem tempo para se defender. Até me sinto coagido a estar a responder-lhe sem que V. Exa. tenha tempo. Mas eu vou ser pedagógico.

V. Exa. sabe que o Partido Socialista em 2015 foi o 2º partido mais votado nas eleições para a Assembleia da República.

Deputado António Lima (BE): O Bloco de Esquerda não estava!

O Orador: Só passou a governar, porque teve o apoio do Bloco de Esquerda e do PCP. Uma situação muito semelhante ao que aconteceu no âmbito desta Legislatura.

Deputado António Lima (BE): Não, não. É diferente. O senhor está no Governo.

O Orador: Portanto, V. Exa. realizou um conjunto de acordos com o Partido Socialista, mas isso não tornou o Bloco de Esquerda responsável por todos os atos que o Partido Socialista praticou.

Deputado António Lima (BE): A direita é que tem o poder agora!

O Orador: Desculpe, V. Exa. não aprendeu com a história. Não viu o que lhe aconteceu?

Deputado António Lima (BE): O senhor tem medo que lhe aconteça o mesmo?!

O Orador: O senhor não viu o que aconteceu ao Bloco de Esquerda quando tentou culpar o Partido Socialista de tudo aquilo que foi feito na Legislatura? Não viu o que lhe passou por cima?! Não viu o camião que lhe passou por

cima? O Bloco de Esquerda foi quase incinerado nas últimas eleições para a Assembleia da República!

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM)

Não viu isso?! Não aprendeu nada?!

Sr. Deputado, não aprendeu nada com a história. Olhe, eu como professor de história, analiso o que é que acontece e tiro as minhas ilações. Mas V. Exa., pelos vistos não!

Deputado Mário Tomé (PS): E o PPM?

Deputado José Ávila (PS): O PPM continua sozinho!

O Orador: Quero-lhe dizer que em relação à questão da incineradora, o PPM discordava e continua a discordar. Eu não posso, no entanto, impor aos outros partidos que já tinham uma posição sobre esta matéria, que tenham uma posição diferente agora. O que eu posso fazer é votar favoravelmente a sua iniciativa e a iniciativa do PAN sobre esta matéria.

Portanto, V. Exa. tem uma ideia errada do que é que significa um compromisso parlamentar e uma coligação de governo. Tem uma ideia errada. Os portugueses já tentaram ensinar, transmitir ao Bloco de Esquerda que a leitura que estava a fazer é incorreta. V. Exa. não aprendeu nada, mas devia ter aprendido e devia ter tirado ilações, Sr. Deputado. É urgente que retire ilações.

Eu só vim a debate outra vez para me repetir, para voltar a dizer aquilo que é óbvio. Continuo a achar que é um erro do ponto de vista ambiental. Subscrevo a excelente intervenção que teve o Sr. Deputado Nuno Barata sobre esta matéria, até com a contextualização da situação atual, porque é óbvio que vamos precisar de matérias-primas, é óbvio que a reciclagem é absolutamente necessária, tendo até em conta o atual contexto. Por isso, esta é a minha opinião desde sempre. E eu não posso é impor aos outros partidos, que já tinham uma posição anterior em relação a esta matéria, que mudem de

posição. Até lhe posso dizer que no âmbito da negociação que foi feita para a constituição, o PPM apresentou como uma das condições, o facto de que tínhamos esta posição e que continuaríamos a tê-la. Ou seja, o PPM informou os seus parceiros da Coligação que tinha esta posição sobre esta matéria e que continuaríamos a mantê-la. Portanto, não vejo que mais coerência possa ter em relação a isto.

O Sr. Deputado quer na via política, em que eu não acredito porque não temos a maioria, e não a temos porque o anterior Governo do Partido Socialista continua com esta posição. E V. Exa. só olha para este Governo e diz “com a direita que chegou ao poder”. Não é com a direita que chegou ao poder. É com a esquerda que lá estava também, Sr. Deputado.

Portanto, o problema é este: nós, do ponto de vista político, os partidos que estão contra esta solução, não somos maioritários nesta Casa, daí eu não acreditar na solução político; acredito, sim, que de alguma forma, nos tribunais, um dia se irá resolver esta questão; é nisto que eu acredito.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para não entrarmos no domínio da discussão do *sexo dos anjos*, só para esclarecer o Sr. Deputado Rui Martins que o mal dos outros para mim não serve de bem nenhum. Eu não vou usar aqui a tal expressão que se usa na minha querida Ribeira Grande, porque não seria adequado e podia levar a um protesto por linguagem desadequada. Mas é um facto, o mal dos outros a mim não faz bem nenhum.

Aquilo que o Sr. Deputado fez foi uma comparação com o restante território nacional, nomeadamente com a Região Autónoma da Madeira e com o continente português.

Eu não falei aqui de problemas que a Madeira ou o continente tenham com a reciclagem. Se nós conseguíssemos chegar aos 50% ou 60% e Portugal continental e a Madeira ficassem nos 30% ou 29% era um problema deles. Eu não importo problemas.

Quando muito, importo soluções, problemas não.

Por isso, Sr. Deputado Rui Martins, não vale a pena virarmos o texto, porque já percebemos qual é a posição do CDS nessa matéria, independentemente do candidato ou não candidato em S. Miguel ter defendido nas eleições coisa diferente. Nós também já sabemos qual é o respeito que o CDS tem pelos candidatos de S. Miguel! Não é novidade nenhuma!

(Risos dos Deputados das bancadas do PS, PAN e BE)

Deputada Alexandra Manes (BE): Chiça!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Isso é o que se chama um *elefante na sala!*

O Orador: É uma coisa antiga, muito antiga, Sr. Deputado! Não é de agora. O senhor não conhece há tantos ano como eu. Eu conheço pelo menos desde 1993. O senhor já entrou um bocadinho mais tarde, paciência. Mas um dia há de perceber que este é um problema é mais do partido que o senhor milita do que doutro qualquer.

Uma coisa é certa: nós não podemos chegar a esta Casa e mudar o discurso relativamente àquilo que dissemos aos eleitores, seja quem for que tenha dito, localmente aqui, ali ou acolá.

Deputada Alexandra Manes (BE): Exatamente!

O Orador: Nós estamos aqui, porque fomos eleitos com base naquilo que dissemos na campanha eleitoral aos eleitores e não com naquilo que, depois de cá estarmos, achamos que os eleitores queriam dizer, calma aí!

Esta foi a interpretação que a Iniciativa Liberal fez do resultado eleitoral das últimas eleições, em que o Partido Socialista ganhou as eleições, mas nós

entendemos que havia uma maioria de eleitores que tinha dito **Não** à governação do PS.

Deputado Berto Messias (PS): Não será bem assim!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Foi, foi!

O Orador: E, portanto, o respeito por esses eleitores é que nos traz aqui todos os dias às Comissões, ao Plenário, à rua quando vamos falar com as pessoas. É o respeito por aquilo que dissemos às pessoas, que lhes prometemos e que temos que cumprir durante 4 anos, para voltarmos a votos e podermos dizer aos eleitores que vamos fazer A, B ou C. E eles terem a confiança e acreditarem que nós vamos fazer, nesta Casa, aquilo que lhes prometemos em campanha eleitoral.

Vir aqui defender diferente do que se promete em campanha eleitoral, é descredibilizar o funcionamento deste Parlamento e descredibilizar, na totalidade, a classe política, já de si bastante descredibilizada a nível nacional e regional particularmente. E é por isso que é sempre lembrar aquilo que se diz em campanha eleitoral e o que depois se faz aqui, independentemente de haver questões técnicas que nos possam obrigar a mudar de opinião. Basta aduzi-las bem. Acho até que foi o Sr. secretário Duarte Freitas que lembrou, e bem, aqui no Plenário passado que quando um político tem que explicar muitas vezes as coisas, já perdeu a corrida.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O senhor também gosta de concertos de violinos!

Deputado Nuno Barata (IL): Também gosto!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Bem me parecia!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Está inscrito o Sr. Deputado Pedro Neves a quem dou a palavra.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só vou fazer uma última intervenção, vamos ver se não *mandam mais umas bolas*. Mas é só para que fique registado, tendo em conta o que disse o Sr.

Deputado Rui Martins, relativamente à reciclagem nos Açores (não discuto os números), com mais uma incineradora, nós nunca mais vamos ter a percentagem que temos agora. Isso nunca mais vai acontecer. Porque para termos uma outra incineradora e para que ela tenha um bom funcionamento, nós nunca vamos conseguir cumprir com as metas de reciclagem da União Europeia. Isso não acontecer. Com mais uma incineradora, vão querer queimar tudo e *mais um par de botas*. E é que é o problema.

Tendo em conta que estamos com um problema em termos de energia limpa, e com os graves problemas que vamos ter a nível dos combustíveis, podemos sempre meter mais 2 ou 3 incineradoras, porque é uma forma de energia limpa, porque conseguimos produzir energia das incineradoras e conseguir injetar dentro da eletricidade para todas as pessoas. Essa é se calhar a justificação que a gente pode ter. A gente precisa da incineradora para conseguir produzir energia

, aliás, é uma das justificações que sempre foi dada, dentro da propaganda eleitoral, para nós termos mais incineradoras aqui nos Açores.

Obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Está inscrito o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Obrigado Sr. Presidente. Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente à minha intervenção anterior, Sr. Deputado Nuno Barata, eu fiz a comparação dos números, porque o senhor falou num decréscimo da reciclagem por conta dum interesse de combustível.

Disse que houve uma redução da reciclagem, o que não é verdade, é factual.

Deputado Nuno Barata (IL): Eu nem sequer disse isso!

O Orador: É que o senhor quando diz isso, está a pôr em causa todo o trabalho que tem sido feito pelos serviços. De acordo com o que disse ontem o Sr. Secretário, só os Serviços de Ambiente de Ilha fizeram mais de 120 ações sobre a separação de resíduos este ano. Ainda anteontem na escola do

meu filho que tem 4 na os, estiveram a fazer uma campanha na sala dele a apresentar o recipiente dos bio-resíduos, que são campanhas regulares, é algo que quem tiver contato com as escolas sabe que essa formação está a ser feita. Já para não falar na “semana dos resíduos”, na redução e combate ao desperdício alimentar, para lá de todo o trabalho que é feito pelos municípios. Isso é algo que está a ser feito e que é inegável. E quando o Sr. Deputado diz que há um decréscimo, não está a ser verdadeiro.

Quanto ao Sr. Deputado Pedro Neves, quando fala em “queimar”, há uma coisa que eu não compreendo, ou seja, alguém queima aquilo que dá dinheiro?!

Deputado Pedro Neves (PAN): É **queimado**. Estamos a falar da realidade.

O Orador: Aquilo que é reciclável e que se permite valorizar é queimado porquê? Porque é mais do que o combustível? Será?

Não me parece que seja esse o caminho.

Relativamente à questão política e sobre o que se diz às pessoas quando andamos na rua e depois quando estamos aqui, a posição do CDS é clara. Efetivamente a confiança dos eleitores de S. Miguel não foi suficiente para fazer a eleição direta. De qualquer das formas, tenho a certeza de que se o candidato Nuno Gomes estivesse aqui, neste momento, a fazer esta votação, era bem provável que ele votasse a favor destas iniciativas.

(Risos dos Deputados da bancada do BE)

Não digo que não fizesse, apesar de não ser essa a posição do CDS. Agora, se ele considerasse que era uma questão de consciência, não estou a ver – isto não é um regime ditatorial – porque é que isso não deveria acontecer.

De qualquer modo, para nós, os números mostram o contrário. E, Sr. Deputado Nuno Barata, também foi eleito com votos numa ilha que tem um candidato – José Luis Parreira – que eu sei que também não partilha

exatamente das suas convicções. E que, por exemplo, relativamente à SATA, não defende aquilo que o senhor já defendeu aqui neste Parlamento.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Gustavo Alves (PPM): Bem observado!

O Orador: E então?!

O senhor também não foi eleito com os votos dele? Também não andou na rua a dizer uma coisa e agora a fazer outra?!

Muito obrigado.

Deputado Flávio Furtado (PSD): Muito bem!

(Aparte impercetível do Deputado Nuno Barata)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, o Sr. Deputado Rui Martins insiste num erro. É que eu não disse que se estava reciclando menos.

Eu disse que em 2016, a incineradora da ilha Terceira estava sobredimensionada e que agora está a esgotar a sua capacidade. E isso quer dizer que se está reciclando menos **garantidamente**. Porque se está a queimar mais, está-se a reciclar menos – ponto! Agora se os resíduos aumentaram muito isso já é outra conversa. E para mais, Sr. Deputado, o Sr. Secretário nas suas chamadas telefónicas, provavelmente não disse que de 2019 para 2020 a reciclagem diminuiu.

Deputado Sérgio Ávila (PS): Caiu a chamada!

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel): Onde é que foi buscar esse dado?!

O Orador: Mas nem vou por aí!

Sr. Deputado Rui Martins: eu percebo o seu incómodo relativamente à questão do CDS ter defendido uma coisa nas eleições e defender outra aqui.

O CDS pode ter esse incómodo, mas a meu respeito, eu acho que o senhor errou o alvo! E vou-lhe dizer porquê: porque não é o candidato José Luis Parreira que está aqui, sou eu!

Deputado Rui Martins (CDS-PP): E então?!

O Orador: Eu defendi na campanha eleitoral sobre a SATA a mesma coisa que defendo hoje aqui e que vou defender quando o seu partido e o Governo que o seu partido sustenta chegarem aqui e apresentarem um orçamento retificativo para fazer aquilo que eu não quero que o Governo faça!

(Risos do Deputado Rui Martins)

Deputada Alexandra Manes (BE): Ups o que será que vai ser anunciado agora...?

Deputado Berto Messias (PS): Eu quero ouvir a resposta!

Deputado Miguel Costa (PS): Sr. Deputado Rui Martins, não se inscreve?

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Neste momento, a Mesa não tem mais inscrições.

Vamos, então, passar à votação. Agradecia que fizéssemos algum silêncio.

Estão em votação três diplomas, naturalmente vamos votar um a um.

Vou colocar à votação o **Projeto de Resolução nº 29/XII** – “Recomenda a atualização do Regime Jurídico da avaliação do impacto e do licenciamento ambiental vigente na RAA”. É uma iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do PPM.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação o **Projeto de Resolução nº 31/XII** – “Medidas para garantir o cumprimento das metas de reciclagem da EU nos Açores”. Uma iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução colocado à votação foi rejeitado com 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS/PP, 1 do Chega e votos a favor, 2 do BE, 2 do PPM, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente.

Presidente: Coloco agora à votação o **Projeto de Resolução nº 33/XII** – “Caducidade da declaração de impacto ambiental da Central de Valorização Energética de Resíduos na Ilha de S. Miguel, MUSAMI”. Uma iniciativa apresentada pela Representação Parlamentar do PAN.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução colocado à votação foi rejeitado com 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS/PP, 1 do Chega e votos a favor, 2 do BE, 2 do PPM, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente.

Presidente: Estão, assim, encerrados os pontos 7, 8 e 9 da nossa agenda.

Vamos fazer um intervalo de 20 minutos. Regressamos às 17h45.

Eram 17 horas e 17 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 49 minutos.

Presidente: Passamos ao ponto 10 da nossa agenda, a **Petição n.º 47/XI** – “Pelo futuro da Gestão de Resíduos nos Açores”, apresentada por Filipe Machado Tavares, na qualidade de primeiro subscritor.

Rege esta matéria o Artigo 192º do nosso Regimento.

Os tempos aprovados pela Conferência de Líderes são de 8 minutos para cada grupo e representação parlamentar e 5 para o Sr. Deputado Independente.

Vamos iniciar a apreciação desta Petição, pela apresentação do Relatório.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Gabriel Eduardo, faça favor.

Deputado José Gabriel Eduardo (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO E PARECER

PETIÇÃO N.º 47/XI - “PELO FUTURO DA GESTÃO DE RESÍDUOS NOS AÇORES”

28 DE FEVEREIRO DE 2022

INTRODUÇÃO

A Comissão Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável reuniu no dia 28 de fevereiro de 2022, com recurso a meios telemáticos, para apreciação e relato sobre a **Petição n.º 47/XI - “Pelo futuro da Gestão de Resíduos nos Açores”**.

A presente Petição reúne um total de 340 (trezentas e quarenta) assinaturas, tendo como primeiro subscritor Filipe Tavares, e deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a 2 de março de 2020. Por despacho da então Presidente da Assembleia Legislativa Regional da Região

Autónoma dos Açores, a mesma foi remetida à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, por se tratar de matéria da competência desta.

Em reunião da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, realizada a 19 de março de 2020, esta deliberou pela sua admissibilidade.

Finda a XI Legislatura e considerando que a tramitação processual da Petição em análise não se encontrava concluída, a mesma transitou para a XII Legislatura, conforme dispõe o artigo 25.º da Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na sua atual redação.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de petição enquadra-se no âmbito do artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa e exerce-se nos termos do disposto no artigo 9.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na atual redação.

A apreciação da Petição e a elaboração do respetivo relatório cabe à Comissão Especializada Permanente competente em razão da matéria, nos termos do disposto nos artigos 190.º e 191.º do Regimento, bem como do n.º 4 do artigo 73.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Nos termos do artigo 2.º da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, alterada pela Resolução n.º 49/2021/A, de 11 de agosto e pela Resolução n.º 52/2021/A, de 25 de outubro, a matéria em apreço – *ambiente* - é competência da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

CAPÍTULO II

ADMISSIBILIDADE

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais (Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na sua redação atual) e regimentais (artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do referido Regimento e deliberou admiti-la, conforme já referido, na reunião realizada em 19 de março de 2020, tendo tal decisão sido comunicada formalmente ao primeiro subscritor.

CAPÍTULO III

OBJETO DA PETIÇÃO

Os Peticionários vêm, através deste instrumento de participação cívica, solicitar a “intervenção da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e do Governo Regional dos Açores no sentido de garantir que, até à revisão e reavaliação global do PEPGRA, não serão tomadas decisões com potencial para subverter a vigência do princípio da hierarquia de gestão de resíduos no território dos Açores, bem como, impedir o cumprimento das metas de reciclagem e a transição para uma “Economia Circular” tal como é defendido nas respetivas diretivas comunitárias”, tudo isto, tendo em conta “a intenção da Associação de Municípios da Ilha de São Miguel (AMISM) e da Empresa Intermunicipal MUSAMI de construir uma central de valorização energética por incineração na ilha de São Miguel”.

Neste contexto “defendem que a construção de uma central de valorização energética por incineração na ilha de São Miguel só deverá ocorrer quando se verificarem cumulativamente as seguintes condições:

- 1) Plena observância da hierarquia de gestão de resíduos, implementada no seu máximo potencial a nível da prevenção, reutilização, recolha seletiva, reciclagem, valorização orgânica, valorização energética por biometanização, no âmbito da planificação e execução das ações de gestão concretamente desenvolvidas;
- 2) Esteja assegurado o cumprimento das metas definidas pela União Europeia a nível da reciclagem de resíduos sólidos urbanos: até 2025 devem ser reciclados 55% dos resíduos sólidos urbanos, percentagem que deve atingir os 60% em 2030 e 65% em 2035.
- 3) Garantia de não incineração de resíduos que possam ser reciclados”.

Os Peticionários, no documento entregue, justificam que “O Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores (PEPGRA) “visa a proteção e a valorização ambiental, social e económica dos Açores, estabelecendo as orientações estratégicas de âmbito regional da política de prevenção e de gestão de resíduos e as regras orientadoras da disciplina dos fluxos específicos de gestão de resíduos, no sentido de garantir os interesses públicos de equilíbrio entre o melhor serviço e a racionalidade económica, equidade social, subsidiariedade inter-regional, cidadania ativa, minimização do uso de recursos não renováveis, salvaguarda da qualidade ambiental e a defesa da saúde pública.

O PEPGRA prevê um conjunto de infraestruturas de gestão de resíduos a implementar em cada uma das ilhas dos Açores. Contudo, o plano não é claro relativamente à obrigatoriedade da implementação destas soluções e encontra-se desatualizado face às políticas comunitárias de gestão de resíduos vigentes, orientadas para a economia circular. Por sua vez foram introduzidas novas metas de reciclagem, mais exigentes, que passam a ser calculadas com base na produção total de resíduos urbanos.

A hierarquia da gestão de resíduos presente na legislação europeia, nacional e regional, estabelece a ordem prioritária das soluções de gestão de resíduos a implementar, de acordo com o seu grau de sustentabilidade.

A gestão de resíduos da ilha Terceira e São Miguel é da responsabilidade das associações de municípios de cada uma destas ilhas. O que se verifica é que as soluções de gestão de resíduos adotadas e/ou previstas para estas ilhas violam a hierarquia de gestão de resíduos e os princípios fundamentais da economia circular. Por sua vez, o Governo Regional dos Açores demonstra não ter pretensão de alterar os modelos definidos por essas entidades, nem o PEPGRA garante o cumprimento daquilo que estabelece, sendo por isso um plano inconsequente.

Na última década, a AMISM / MUSAMI apresentaram soluções que não estão de acordo com os princípios da Economia Circular, violam a Hierarquia da Gestão de Resíduos, favorecem a eliminação de resíduos recicláveis e boicotam o cumprimento das metas da reciclagem estabelecidas.

Em 2019, após a decisão do Tribunal Administrativo de Ponta Delgada, no sentido de anular o concurso público para a construção de uma incineradora de resíduos sólidos urbanos em São Miguel com capacidade para queimar 77.000 toneladas / ano, a Associação de Municípios da Ilha de São Miguel, através da MUSAMI, tornou público a sua intenção de avançar com um novo projeto de incineração, desta vez com capacidade para queimar 56.000 toneladas / ano.

O Movimento Salvar a Ilha analisou o balanço de massas previsto para o Ecoparque de São Miguel e verificou que em 2024 o projeto prevê reciclar apenas 39% dos resíduos, ou seja, um resultado muito abaixo da meta de 55% prevista para 2025 e que por sua vez demonstra ser inviável o cumprimento a meta de 65% em 2035.

Não podemos aceitar que os dirigentes da AMISM / MUSAMI continuem a afirmar que as suas opções cumprem o Plano de Gestão e Prevenção de Resíduos dos Açores, ao mesmo tempo que o Governo Regional afirma que o PEPGRA não obriga ao que estas entidades dizem ter de cumprir”.

CAPÍTULO IV

DILIGÊNCIAS EFETUADAS

Aquando da deliberação das diligências no âmbito da presente Petição, a então Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho decidiu ouvir presencialmente o primeiro subscritor da Petição que, por força dos constrangimentos impostos pela COVID-19, foi efetuada através de respostas escritas às perguntas formuladas por cada um dos Partidos com assento nesta Comissão (anexo ao presente Relatório). Na mesma reunião deliberou, igualmente, solicitar parecer escrito à Resiaçores, à Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores (AMRAA), à Equiambi, à MUSAMI e à TERAMB. De referir que apenas a AMRAA e a MUSAMI emitiram parecer.

Já na presente legislatura, em reunião realizada a 3 de fevereiro de 2021, a Comissão deliberou ouvir presencialmente o atual membro do Governo Regional que tutela a área do Ambiente e, na reunião ocorrida a 28 de maio de 2021, deliberou novas diligências, concretamente: audição, com recurso a meios telemáticos, do especialista Eng.º João Levy, audição presencial da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e da Praia Ambiente, bem como efetuar visitar *in loco* à TERAMB, MUSAMI, Resiaçores e EQUIAMBI.

No que diz respeito às visitas às empresas TERAMB, MUSAMI e Resiaçores, as mesmas ocorreram, respetivamente, nos dias 1 de julho de 2021, 6 de outubro de 2021 e 16 de fevereiro de 2022. No que concerne à EQUIAMBI, após várias diligências, não foi possível concertar uma data para que a visita se realizasse em tempo útil.

Da Audição ao Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, ocorrida a 28 de maio de 2021:

O Senhor Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, na sua intervenção, começou por realçar que esta é uma luta antiga do movimento “Salvar a ilha”, com a qual teve oportunidade de reunir duas vezes com o

movimento e discutir a matéria em análise. Relativamente ao que consta na petição, parte de um conjunto de pressupostos que não considera adequados, e que se refletem nas três condições definidas pelos peticionários.

Realçou que na presente petição se menospreza o facto da decisão da construção ou não da CVE ser da exclusiva responsabilidade e competência da AMISM; ignora-se que o PEPGRA prevê a construção de uma CVE em São Miguel, não havendo qualquer incumprimento ou irregularidade; assume que o projeto do Ecoparque de São Miguel, subverte e viola a hierarquia da gestão de resíduos, quando não o acontece, uma vez que o projeto prevê uma solução integrada com soluções tecnológicas que respeitam essa hierarquia.

Realçou ainda as metas para a região que são as que constam no PEPGRA e que se encontra em revisão, e que a petição assume que a CVE da Terceira pode receber a fração resto dos resíduos de São Miguel, destacando que esta situação não é possível. Destacou ainda que a petição parte de um princípio de que os sistemas de gestão de resíduos estão dispostos a incinerar resíduos recicláveis, quando são estes uma importante fonte de receita até para a viabilidade económica dos referidos sistemas. Ignora que existe um projeto da AMISM aprovado, financiado, adjudicado para a construção de uma CVE em São Miguel e que o seu cancelamento levaria a processos indemnizatórios sendo uma despesa para a região.

A Presidente da Comissão abriu as inscrições para perguntas, tomaram da palavra o Deputado Marco Costa.

O Senhor Deputado Marco Costa destacou que a petição apresentada é legítima, devendo seguir os tramites legais dando lugar à sociedade civil, alertando que muitas das questões encontram-se com dados corretos, cumprindo o seu propósito, mas sem as informações de base mais corretas.

Da audição ao Eng. João Levy, ocorrida a 7 de outubro de 2021:

O eng.º João Levy iniciou a sua intervenção por indicar que a situação dos Açores é semelhante a muitas outras – Madeira, Continente, e similar a

dezenas de países da Europa e podemos defini-la desta forma, a população produz resíduos no seu dia-a-dia, quanto mais desenvolvido economicamente estiver um país maior é a produção per capita de resíduos. Destacou que, nos seus primeiros estudos referia-se a 700 gramas por habitante e em Lisboa a um quilo, sendo que hoje em dia falamos em 1,4 quilos de resíduos produzidos por habitante por dia, sendo estes multimateriais – plástico, vidro, papel, metais e o orgânico. Indicou que multimaterial e material orgânico, bio resíduos são cerca de 70% a 75% da composição dos nossos resíduos. Isto é, temos sempre 25 a 30% que é um resíduo misturado, indiferenciado, não identificado, e, depois temos essas duas outras parcelas.

Relembrou que, desde 1980 que era feita a separação do vidro, com entrega nos supermercados, pagando apenas pelo conteúdo, sendo o vidrão o mais simples para se iniciar e nos anos 90 os ecopontos. Realçou que se apenas se considerar o vidro, após 30 e 40 anos ainda não chegamos a 30% de eficiência na triagem e valorização do multimaterial.

Destacou que no continente, mesmo após iniciadas as políticas de triagem e separação do multimaterial, encontram-se 55% dos produtos em aterro sanitário, sendo cerca de 10 a 15% que é frações resto da valorização. Nas diretivas comunitárias de 2018, a União Europeia é extremamente ambiciosa, talvez até irrealista, porque estabelece eficiências de 55, 60 e 65% de valorização sendo esta percentagem calculada sobre o total dos resíduos, a totalidade dos resíduos.

Realçou que no caso dos Açores, depara-se com um primeiro problema de qualidade de dados, entre os apresentados pela ERSARA e no SRIR.

Informou que esteve na projeção e acompanhamento da construção de cinco estações de valorização orgânica – Santa Maria, Flores, Graciosa, São Jorge e Corvo, identificando como primeiro problema o facto de estas estações estarem longe da sua eficiência, uma vez não existir recolha seletiva de bio resíduos. Destacou ainda que mesmo se conseguindo a valorização dos

materiais, a fração resto é muito elevada, principalmente na ilha de São Miguel que traduz cerca de 45 mil toneladas.

O eng.º João Levy destacou que os exemplos internacionais que estão a alcançar boas metas são os que possuem recolha seletiva implementadas, sendo feita a triagem na fonte, sem depósito conjunto e sem contaminação. Acrescentou que outro exemplo internacional é a aplicação do sistema PAYT - pagas conforme descarregas, compreendendo que é mais fácil tarifar os resíduos à semelhança da água, mas não considera justo, para além que não faz a população a fazer triagem, sendo importante esse avanço para o sistema PAYT para conseguir a triagem de boa qualidade, não contaminada e por isso com valorização.

Relembrou que é necessária atenção à necessidade de diminuição da fração resto, com base nas metas para 2035, e compreendendo que politicamente poderá não ser correto, os países com grande cultura ambiental cumprem menos de 10% em aterro graças ao fato de terem centrais de valorização energética.

Destacou ser importante considerarmos que sistemas têm que ser integrados – tratamento, recolha, valorização orgânica e valorização da fração resto, realçando a realidade insular das ilhas, que impossibilita uma solução conjunta e que seria economicamente mais favorável, sendo importante a valorização orgânica em cada ilha e transferência de apenas a sua fração resto para valorização, no caso das ilhas pequenas.

Informou que a central de valorização energética de São Miguel, tem como objetivo compor este sistema integrado de tratamento, o tratar da fração resto para termos menos 10% em aterro, e ser também uma produção importante de energia que pode ser cedida à rede.

Relativamente às propostas de iniciativas e no que consideram a possibilidade de transferência para a Terceira, realçou não considerar a solução correta por um lado porque a grande ilha é São Miguel, com 140 mil habitantes com uma solução que servirá no mínimo estes 140 mil habitantes. A solução da

Terceira é uma solução de 55 mil habitantes, em que a receção dos resíduos da ilha de São Miguel teria que, tecnologicamente ter uma revisão total daquilo que lá está. Adicionalmente ao problema do transporte marítimo, que apresenta valores elevados e dificuldades de ligação entre ilhas.

Informou que as centrais se encontram sobredimensionadas uma vez que foi realizado um dimensionamento para um transporte semanal, mas podendo este ser quinzenal ou em alturas de intempéries em períodos superiores, ocorrendo acumulação de resíduos com efeitos negativos, considerando que a altura para a presente discussão não é correta uma vez que está realizada a adjudicação podendo originar elevados prejuízos indemnizatórios e não sendo ambientalmente correto.

O eng.º João Levy lembrou a longa caminhada de contrassensos das centrais de valorização energética de Lisboa e Porto e os desastres ambientais que iriam provocar, lembrando que uma central, quer outra fazem um controle diário e contínuo, e nada desses receios se tem verificado. São centrais até muito controladas. Realçou que não considera técnica e economicamente recomendável voltar atrás, *“mas o povo açoriano é que decide”*.

A presidente da Mesa abriu período para inscrições, tendo se inscrito os Senhores Deputado Rui Martins, Deputado Marco Costa, Deputado José Contente e o Deputado António Lima

O Senhor Deputado Rui Martins questionou considerar haver viabilidade económica, ou algum ganho ambiental, e somando ambos nesse transporte, dos resíduos da ilha maior serem transportados para uma ilha mais pequena. Questionou ainda, atendendo ao conhecimento que tem sobre a capacidade instalada na central de valorização da ilha Terceira, se considera viável, sem fazer uma ampliação daquela infraestrutura, a absorção da fração resto da produção de resíduos na ilha de São Miguel.

Em resposta o Eng.º João Levy destacou que o impacto do transporte é muito negativo, se considerarmos a necessidade de transportar as 45 mil toneladas –

90 mil metros cúbicos – a quantidade de camiões necessários para o transporte até ao porto, sendo depois o valor o que eles quisessem aplicar.

Considerou ainda importante referir que os maiores consumos energéticos são na ilha de São Miguel, com cerca de 50% da população da região, não fazendo não usufruir de uma produção de energia de forma sustentável exatamente pela incineração dos resíduos nós vamos produzir energia elétrica, para além de podermos também produzir energia calorífica, que pode ser usada para outros fins.

Em réplica o Senhor Deputado Rui Martins destacou a iniciativa do Bloco de Esquerda, que visa o cumprimento das metas da União Europeia, nos Açores, sendo que essas metas para os estados-membros, ou seja, é para o país num todo. Questionou o Senhor Eng.º João Levy, considerando que não é uma responsabilidade isolada e que devemos contribuir para as metas, considerando a realidade geográfica da região e os impactos negativos que as transferências de resíduos de ilhas maiores para ilhas mais pequenas, possam causar, considera que é viável a aplicação num espaço ultraperiférico como o nosso, destas metas da comunidade europeia, pelo menos atendendo aos prazos que são cada vez mais curtos e estão cada vez mais próximos? Ou será o nosso papel o esforço máximo para convergir com aquilo que são as metas europeias, mas ao mesmo tempo sermos nós os responsáveis pelo tratamento dos nossos resíduos localmente.

O Eng.º João Levy respondeu informando que desde o primeiro plano estratégico que elaborou não conseguir cumprir com as metas, uma vez que são muito ambiciosas, considerando que as metas de 2018 são irrealistas, destacando, porém, que, a região já não tem desculpa para a recolha seletiva multimaterial e bio-resíduos tendo esta que avançar já! Considerou ser necessário avançar com as alterações tarifárias para elas serem PAYT como forma de incentivo *“Somos todos ambientalistas, mas quando é preciso ter algum trabalho e alguma separação, andar um bocadinho a pé para fazer a*

triagem, já custa muito. “Acrescentou ser importante colocar as centrais de valorização orgânica a funcionar corretamente, para minimizar os transportes nas ilhas pequenas e sendo urgente a alteração do sistema tarifário marítimo, uma vez que é mais moroso o transporte de uma tonelada no barco, do que a mesma a ser tratada na estação de tratamento.

Informou não acreditar que se atinja a meta estabelecida pela europa para 2025, mas certamente podemos em muito melhorar a atual meta, sendo necessário que seja revisto no plano estratégico existente e corrigir o necessário, atualizar, torná-lo realista, sendo possível assim alcançar a valorização dos nossos resíduos.

O Senhor Deputado Marco Costa, realçou que a região abate cerca de 77 mil animais, originando resíduos de subprodutos de processamento animal, e se considerarmos que 50% seriam produzidos na ilha de São Miguel, considera viável o transporte desses resíduos para outra inceneração para outra ilha.

Em resposta, o Eng.º João Levy realçou o custo como um aspeto importante, custo este que depois é aplicado ao consumidor, contribuindo para o aumento do custo da venda da carne, realçando ser uma ação dos Deputados a autorização da inceneração destes resíduos, em detrimento do transporte destes resíduos entre ilhas, sendo que esta análise insular não pode ser feita da mesma forma que uma análise de território contínuo.

Em réplica o Senhor Deputado Marco Costa realçou que seria possível então, no caso de os subprodutos de produção animal ter incineradoras sectoriais/dedicadas.

O Senhor Deputado José Contente realçou que a central de valorização energética se encontra em processo já muito desenvolvido, considerando assim existir alguma extemporaneidade dos diplomas em análise, uma vez que um retrocesso nesta matéria levaria a constrangimentos económicos e de indemnizações associadas. Realçou serem extemporâneas não só pela argumentação que pode ser expandida em relação a cada um deles, mas porque eles foram de algum modo subsumidos à ideia de que a central de

valorização energética poderia ter algum retrocesso onde isto tudo se integrasse.

O Senhor Eng.º João Levy confirmou a extemporaneidade, tendo em conta a adjudicação no valor de 60 milhões de euros, o que acarretaria uma indemnização de 5 a 10 milhões de euros, considerando que o problema maior seria que para se avançar com uma ampliação da central de valorização energética na ilha Terceira, seria no mínimo um processo de 7 a 8 anos, com um custo económico elevado, mas essencialmente um custo ambiental. Reforçou esperar ser, em relação ao diploma referente à avaliação de impacto ambiental, *“a última vez que um açoriano a dizer que as suas legislações deviam ser iguais às do Continente”*. Realçou que a Região dos Açores ou Madeira não podem analisados da mesma forma como o continente, por ser um território contínuo. São ilhas muito distintas umas das outras, com formas de pensar distintas, considerando não haver uma obrigação de termos que ter uma avaliação de impacto ambiental com o mesmo diploma do Continente. Realçou ser positivo nos diplomas em análise a preocupação generalizada de valorização de resíduos.

Em réplica o Senhor Deputado José Contente informou que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem o mesmo entendimento da autonomia, e não considera que a avaliação de impacto ambiental esteja desatualizada. Realçou que, o sistema PAYT não funciona ainda nos Açores por existir uma resistência da MUSAMI e da TERAMB, que ainda não tiveram iniciativa e coragem para aderirem ao mecanismo.

O Senhor Deputado António Lima esclareceu que, considerar estas iniciativas extemporâneas, e falando do Bloco de Esquerda em particular, é esquecer que deram entrada a 18 de fevereiro de 2021 no caso do BE, e as restantes por essas datas, com pedido de urgência e dispensa de exame em comissão, e só estão aqui a ser debatidas porque houve uma clara manobra dilatória por parte de vários partidos, principalmente do PSD, do CDS e do PS, para que as iniciativas não subissem a plenário.

Recordou que ainda em relação às metas e sucessivos incumprimentos das mesmas, que existiu para São Miguel uma incineradora que tinha capacidade para incinerar a totalidade dos resíduos dos Açores, não era de São Miguel.

Questionou, relativamente à capacidade projetada para a central de valorização energética da ilha de São Miguel, se considera que essa central de valorização energética irá ter um funcionamento com a sua carga máxima, ou perto disso? Destacou que as metas são dos estados-membros, é uma ideia muito interessante, mas se cada região, cada sistema não cumprir com a sua parte o estado-membro nunca irá cumprir.

Em resposta, o Senhor Eng.º João Levy esclareceu que a noção extemporânea é tudo o que ultrapassa 5 anos e não uma questão de meses, realçando que a central de valorização energética é uma discussão que tem mais de 10 anos, sendo que desde o momento em que foi adjudicada, deixou de fazer sentido. Considerou importante congratular a Região Autónoma dos Açores porque em 2006/2007 avançou para um programa de construção de centrais de valorização orgânica nas ilhas.

Realçou ser importante considerar o aumento dos resíduos per capita e a preocupação de que a valorização destes resíduos é efetuada e se os comportamentos ambientais estão a ser adotados. Considerou que o processo mais difícil foi o já adotado, a criação do projeto do Ecoparque, estabelecer o que é um sistema integrado estando em falta as obras e posteriormente a valorização.

Da audição do Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, ocorrida a 16 de fevereiro de 2022:

O Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo iniciou por esclarecer que a estrutura da gestão de resíduos de Angra do Heroísmo sofreu alterações nos últimos anos, com a internalização dos serviços municipalizados da referida cidade.

Com a internalização, ficaram quatro entidades na gestão de resíduos – Americanos/ Força Aérea, Praia Ambiente, Câmara de Angra do Heroísmo e Recolte, sendo esta última a empresa contrata para recolha de resíduos recicláveis em todas as áreas não urbanas contentores Ecopontos grande e Ecocentros, sendo a recolha na zona urbana realizada pela própria câmara em regime porta-a-porta de todos os resíduos, em que os indiferenciados encaminhados para a TERAMB. Informou que a TERAMB é uma empresa intermunicipal e que 60% do capital é do Município de Angra do Heroísmo e 40% do Município da Praia da Vitória, com gestão conjunta com alternância de dois em dois anos na Presidência do Conselho de Administração. Ambos os Municípios possuem contratos com a TERAMB com pagamento de 26€ /tonelada entregue para tratamento. Esclareceu que esta empresa é encarregue ainda pela gestão do antigo aterro, que mesmo encerrado encontra-se a ser limpo, com remoção de resíduos velhos, possuindo ainda 40 anos de resíduos para retirar do local. TERAMB também presta serviços à Região, através de um contrato com o IAMA para tratamento de resíduos dos matadouros, de todas as ilhas com exceção de São Miguel. Recebe também o refugo de todas as ilhas com exceção do Pico e de São Miguel e recebe resíduos de grandes clientes como os retomadores de pneus, tecidos, plásticos de silos e material sujo e material hospitalar.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo entregou à mesa documentação relativa ao plano de atividade e orçamento para 2022 e do ano 2021.

Realçou que do ponto de vista financeiro, é uma empresa saudável, com equilíbrio financeiro e resultados positivos, o que permite garantir que a empresa mantenha a sua autonomia financeira em relação aos municípios proprietários, não sendo por isso, as contas da TERAMB internalizadas à dos municípios. De momento, a empresa apresenta 43 trabalhadores com orçamento aproximado de 4,6 milhões de euros, e em que os preços cobrados pela TERAMB são os mais baixos aplicados a nível nacional, sendo possível

pela venda de 1,2 a 1,3 milhões de euros de eletricidade, valor utilizado para baixar o valor de custo do tratamento dos resíduos.

Destacou que nos últimos anos têm tido uma produção de 12,5 GW/h por ano, com venda à EDA por 111 € MW/hora e com uma deslastragem de 15 a 20% (produção que a EDA não consegue absorver) contrariamente aos 30-40% que ocorriam anteriormente, sendo a energia que a rede não absorve dirigida para a produção de vapor de água que é libertado. O Senhor Presidente destacou que a situação será melhorada no presente ano, pelo sistema de baterias instalado na Vinha Brava e que entrará em funcionamento nos próximos meses e que permitirá o aproveitamento integral da energia, e consequentemente com venda desta que gerará 1,5 -1,6 milhões de euros/ano. Destacou ainda que a TERAMB queima os RSU's e os resíduos orgânicos, sendo estes um problema, principalmente dos provenientes dos matadouros, no qual recebem 8 mil toneladas/ano de restos de bovinos, que causam dificuldades, uma vez que como são ricos em água não produzem energia. Este valor tem aumentado, com a entrada em funcionamento das salas de desmancha nas ilhas do Faial e Pico, sendo anteriormente estes resíduos entre as 5-6 mil toneladas/ ano, sendo um custo de inceneração para as atuais 8 mil toneladas/ ano de 42€ por tonelada, sendo cobrado ao IAMA um valor menor. Informou que câmara municipal que preside, paga à TERAMB de tratamento de resíduos o valor de 25,8€ por tonelada o que equivale a 810 mil euros ano de resíduos entregues pela própria câmara, mas custeia também os resíduos entregues pelas Juntas de Freguesia – monstros entre outros – e de algumas instituições como a Cáritas ou Cruz Vermelha, que entrega as roupas que são rejeitadas.

A recolha efetuada dentro da cidade do Concelho de Angra do Heroísmo, é realizada porta-a-porta, uma vez que não há espaço para colocação dos ecopontos pela densidade de moradias, sendo que fora desta área é efetuada em ecopontos, de 4 contentores, colocados de forma que o cidadão não fique a mais de 200 metros destes pontos. A tendência será para adotar o sistema de

ecopontos, por ser uma questão cultural de os munícipes não quererem o lixo em casa, colocando na rua todo o lixo que tenham, independentemente do dia e tipologia, reduzindo a taxa de separação.

Informou que um dos projetos vencedor do Orçamento Participativo de 2021 foi a colocação de alguns ecopontos, estando este processo em execução, indo de encontro às necessidades dos munícipes.

Para evitar a deposição de monstros e materiais de grandes dimensões, nas ribeiras e linhas de costa, destacou existem dois sistemas paralelos, nomeadamente a recolha de plásticos agrícolas em caixas de redes, que se encontra a ser operado entre o Governo Regional e as associações agrícolas e um outro sistema que entrará em funcionamento em breve – os ecocentros – que são contentores de grandes dimensões para colocação de lixo de, igualmente, grandes dimensões de “*forma discreta*”, e que se localizarão nos Altares, São Sebastião e outro nas Doze Ribeiras.

Relativamente às metas, deparam-se com problemas de separação associados a complexos e questões culturais, mas também não ter ecopontos em todo o território. Informou que na incineradora recebem 600 a 1000 quilos de garrafas e 400 a 500 quilos de latas, que vão misturadas no lixo, que não são separados, causando um dos problemas técnicos mais complexos da gestão da incineradora, proveniente de ambos os concelhos da ilha Terceira.

Informou ainda que o material proveniente das restantes ilhas é relativamente pouco, uma vez que as empresas que gerem os CPR's das ilhas fazem a separação de forma a retirar o seu rendimento. Apenas da ilha do Faial, tendo em conta a sua população é que proporcionalmente vem mais material. A incineradora foi projetada para trabalhar entre as 30-40 mil toneladas / ano de resíduos, estando ela a trabalhar por estes valores e daí ser rentável. Realçou ainda que possuem uma obrigação que faz parte da licença ambiental – retirar resíduos do aterro – que possui um custo elevado. Uma tonelada de resíduos antes de entrar na incineradora já teve um custo de 70 a 100€, relativos à limpeza e triagem, não tendo contrapartida financeira, pois quando a

TERAMB vai recolher resíduos novos recebe 26€/tonelada, mas quando são resíduos velhos não recebe nada, com custo de 100 euros, resultando numa equação negativa.

O Senhor Presidente do Município de Angra do Heroísmo chamou a atenção dos presentes para a normativa europeia e a sua aplicação nos Açores, no que diz respeito ao objetivo da redução das emissões de carbono. Quando se pensa a redução de emissões de carbono na gestão de resíduos, esta conta é complexa uma vez que os resíduos iniciam a produzir carbono desde logo na recolha (exemplo a câmara municipal de Angra do Heroísmo tem um custo de 170 mil euros em diesel na sua frota de recolha de lixo) sendo possível contabilizar o carbono através da passagem dos euros em litros, dos litros em toneladas, e toneladas em carbono, sendo que se aumenta este valor com a exportação de resíduos, uma vez que os navios também produzem carbono. Destacou assim que, do ponto de vista da equação carbónica, *“a exportação de resíduos não é propriamente aquilo que as pessoas às vezes pensam - vamos reciclar os plásticos, vamos reduzir a pegada de carbono”*, uma vez existem dois fenómenos paralelos – a exportação e transporte em terra e o próprio tratamento do plástico é produtor de carbono, levantando problemas éticos ainda não resolvidos pela União Europeia, como a exportação de resíduos para países terceiros sem garantia do tratamentos dos mesmos, indo parar à margem de um rio, para o mar e vêm cá parar novamente, devendo ser proibida pela União Europeia. O segundo fenómeno é que para além do carbono emitido na transporte e tratamento, há que deduzir o carbono que seria emitido se tivessem que produzir a eletricidade recorrendo à queima de combustíveis fósseis. Conclui a explanação realçando que mais vale tratar os resíduos todos cá - os que são tratáveis - do que exportá-los, mas uma vez que o sistema Ponto Verde encontra-se montado, são exportados todos os resíduos, *“embora essa seja uma operação que tem, do ponto de vista ambiental, um conjunto de falta de lógica”*.

O mesmo acontece com os bio-resíduos, que à semelhança da carne, são ricos em água e o conteúdo energético não paga o seu tratamento, no entanto se estes bio-resíduos forem colocados em algum local, a produção de metano que vão gerar e o efeito sobre o clima vai ser superior ao tratamento que terão na incineradora.

De seguida o Presidente da Comissão abriu as inscrições para perguntas, tomaram da palavra os deputados: o Deputado José Contente, o Deputado Pedro Pinto

O Senhor Deputado José Contente realçou que tendo em conta as explicações há mais desvantagens do que vantagens na exportação de resíduos. Realçou que tendo em conta a polémica em relação à capacidade da TERAMB em assumir, para além do que já assume das outras ilhas, os resíduos da ilha de São Miguel, e uma vez que a incineradora já atinge o seu limite, questionou o Senhor presidente da câmara sobre a facilidade em receber mais 30.000 toneladas /ano de resíduos urbanos não valorizáveis da referida ilha.

Em resposta o Senhor presidente do município de Angra do Heroísmo, esclareceu que em relação à exportação referia-se ao material mais moroso – plásticos e papel – mas tendo em conta as inúmeras fileiras existem muitos materiais que possuem valor na reciclagem, como exemplo o cobre e alguns metais, sendo que o vidro poderia ser tratado localmente e utilizado para aditivo em estradas, sendo para isso necessário um investimento que ainda não foi realizado. Destacou ainda que, os resíduos têm de ser observados pelas diversas fileiras, com valores e efeitos sobre a economia do carbono muito distintos, como exemplo os materiais incineráveis e que possuem um elevado conteúdo energético possuem um encaminhamento diferenciado. Todas estas questões vão “*entroncar*” com o sistema que já se encontra montado – Ponto Verde ou outros sistemas de retoma- em que recebem um valor cada vez que um consumidor adquire um produto, que se encontra incorporado no valor de custo.

Realçou que o sistema é extramente complexo e qualquer decisão sobre esta matéria, tem de ponderar todas estas questões, desde a economia do carbono e das suas emissões, aos preços e à taxa, assim como aos pagamentos que são efetuados pelos diversos atores no mercado. A revisão do PEPGRA não é uma matéria simples e exige uma intervenção técnica.

Em relação à questão sobre a incineradora, esta tem um horizonte de vida de 25 anos, tendo já passado 5 anos de existência e pensada tendo em conta o plano da altura – PEGRA – ou seja dimensionada para 7 ilhas e para o volume que iriam produzir, uma vez que existiria uma outra incineradora na ilha de São Miguel para o tratamento de resíduos desta ilha e da ilha de Santa Maria. Atualmente a TERAMB recebe da ilha de Santa Maria que não seria esperado, mas não recebe da ilha do Pico e sendo esta ilha mais populosa, o procedimento está a decorrer dentro do previsto. Realçou que seria possível receber de todas as ilhas, desde que houvesse um investimento considerável efetuado na Terceira e em São Miguel, que permitisse fazer uma escolha mais apurada dos materiais que se destinam para incineração, reduzindo assim os materiais proveniente de São Miguel e os produzidos internamente. Mas para isso, para além dos investimentos referidos, era necessário transporte marítimo entre São Miguel e Terceira, que de momento é proibitivo – relacionado com a política de transportes – tornando inviável o transporte entre estas duas ilhas. Adicionalmente coloca-se a equação do carbono, uma vez que os materiais da Terceira e São Miguel que não seriam tratados localmente, teriam de ser exportados com a adição de transportes marítimos para e rodoviários para o continente, o tratamento, sendo que a equação teria de ser novamente feita, com ida provável para os negativos, chegando à conclusão que seria emitido mais carbono do que se cumprisse com o estabelecido no plano, as existência de duas incineradoras, considerando o Senhor presidente da câmara que esta continua a ser a solução mais adequada, quer do ponto vista ambiental, quer do ponto de vista económico e a que melhor serve a população.

O Senhor Deputado Pedro Pinto destacou a informação transmitida pelo Senhor Presidente da câmara, nomeadamente a quantidade de resíduos não incineráveis – garrafas e latas – e que são recebidos diariamente na TERAMB. *“Corre por aí, o boato, por assim dizer, de que a incineradora queima tudo, portanto não há mal nenhum em misturar todo o lixo e mandar todo o lixo porque os camiões quando chegarem lá vão misturar tudo e vai tudo para a fogueira (...)”*, informando que tem conhecimento que não é assim o procedimento, quer pelas audições e diligências realizadas pela presente comissão, nomeadamente a visita da RESIAÇORES, em que foi enfatizado a informação de que *“nem tudo é queimado ou queimável”*, perguntando ao Senhor Presidente sobre esta questão, partilhando da opinião de que é necessário a divulgação desta informação para desmistificar este boato e contribuir para uma melhor gestão dos recursos como a matéria-prima, mas tem como a manutenção dos equipamentos.

O Senhor Presidente do Município de Angra do Heroísmo realçou ser uma das questões mais importantes para os municípios e com efeito financeiro importante, no sentido em que materiais como vidros, metal, pedras, material que não é incinerável, apresentam dois custos: um custo à entrada, na faturação ao município pela pesagem do camião do lixo a 26€ como já referido, e não se traduz a qualquer energia produzida, mas desgasta o equipamento. Realçou que foi necessário a substituição todo o sistema de separação da incineradora, no valor de 400 mil euros pelo desgaste pelo vidro, mas que felizmente ainda se encontrava dentro da garantia. Se o vidro fosse entregue no “retomador”, seria entregue a um preço variável de 70 - 80€ por tonelada, valor que se perde; é pago 26€ para a entrega no tratamento contabilizando já os 100€ de prejuízo, com o acréscimo do desgaste no sistema, havendo uma necessidade urgente de reduzir a entrada destes resíduos não incineráveis. Confirma ter já ouvido o boato, mas considera ser uma *“desculpa de mau pagador”*, uma vez que recolha é efetuada por empresas diferentes, por carros de lixo diferentes para fileiras diferentes.

A TERAMB possui uma política de convidar os munícipes a visitar as instalações, em que se apresenta a empresa, com visita guiada e complementada com visita à RESIAÇORES, conhecendo assim todo o sistema e custos para os municípios e munícipes.

Da audição do Eng. Tiago Borges, em representação da Praia Ambiente, ocorrida a 16 de fevereiro de 2022:

O Eng.º Tiago Borges iniciou por informar que a Praia Ambiente é uma empresa que presta serviços delegados pelo Município da Praia da Vitória na recolha de resíduos, saneamento e abastecimento de água. Possui uma equipa de cerca de 100 pessoas, alguns cedidos da Câmara Municipal e outros funcionários da própria empresa. Realçou ainda que a empresa possui uma faturação anual de cerca de 4 milhões de euros, sendo 2 milhões de euros alocados a custos de funcionários, e 1 milhão de euros em empréstimos bancários, possuindo ainda outras responsabilidades financeiras. No que diz respeito à gestão de resíduos, a empresa possui uma recolha porta-a-porta para os indiferenciados e recolha de recicláveis, monstros, bio-resíduos, óleos alimentares usados. A Praia Ambiente faz parte de um grupo, sendo a única da região, que irá desenvolver um projeto para os bio-resíduos, para que no final de 2022 possua uma solução de economia circular. Informou que a recolha de indiferenciado é realizado três vezes por semana no rural e cinco vezes no urbano (centro da cidade), e relativamente a reciclagem possuem um canal específico para o não doméstico, onde se inclui os HORECA, possuindo duas viaturas para efetuar a recolha dos ecopontos em todo o concelho.

Tendo em conta as metas europeias destacou que a taxa de reciclagem é de 17%, muito distante do pretendido. Em 2016, em administrações anteriores, foi realizado um investimento global de 400 mil euros, na colocação de ecopontos, passando de 85 eco-ilhas (conjunto de ecopontos, um contentor de indiferenciados e um oleão) para 260 unidades disponíveis, e realizadas

também aquisições de viaturas e campanhas de sensibilização. No ano de 2020 foi realizado novo investimento em viaturas, no valor de 130 mil euros. Realçou que, ao analisar as quantidades recolhidas em 2020-2021 verifica-se aumento de recicláveis recolhidos [8.83%], mas simultaneamente um aumento de recolha de resíduos indiferenciados.

O Eng.º Tiago Borges realçou a necessidade de aumentar rapidamente a quantidade de resíduos recicláveis, e tendo em conta a impossibilidade de investimento, efetuaram uma remodelação na empresa, com reforço da equipa de educação ambiental, área que considera muito importante.

Destacou que por indicação da ERSARA, apenas pode ser cobrado os resíduos indiferenciados, não podendo taxar o que é reciclável, existindo orientação para se encaminhar para um sistema PAYT – Pay-As-You-Throw – que pode ser um incentivo para que as pessoas aumentem a reciclagem, diminuindo assim os resíduos indiferenciados. Realçou também o valor da contrapartida financeira que se situa nos 35% dos recicláveis entregues; ou seja, ao reduzir a receita proveniente dos munícipes é necessário ir recuperar a receita na contrapartida dos recicláveis entregues, sendo de opinião que a percentagem terá de ser revista para garantir a sustentabilidade das empresas.

O Eng.º Tiago Borges informou que, a maior percentagem que existia de recicláveis era proveniente do canal HORECA, e que com a pandemia e com o fecho dos estabelecimentos deixaram de produzir resíduos, esperando que quando se retomar à normalidade, se verifique o aumento dos resíduos recicláveis. Referiu a importância da pegada ambiental, nomeadamente a recolha dos resíduos por viaturas que se deslocam com recurso a combustível, sendo posteriormente encaminhados para o continente por transporte marítimo, e alguns destes são rejeitados podendo ter o destino final o aterro ou a incineradora. Realçou que, *“se fizermos umas contas relativamente à pegada ambiental não sei o que fica pior, mas isso são outras contas que se tem que fazer”*. Tendo em conta as iniciativas em análise, destacou que desde

a construção da incineradora da Terceira, não tem registo que se tenha retrocedido para que não haja aumento de recicláveis.

De seguida o Presidente da Comissão abriu as inscrições para perguntas, tomaram da palavra os deputados: o Deputado Pedro Pinto e o Deputado José Contente.

O Senhor Deputado Pedro Pinto, tendo em conta a informação dada sobre a taxa de recicláveis na ordem dos 17% considerou que poderão as pessoas não estar a valorizar a importância da reciclagem, questionando sobre a perceção da empresa sobre esta atitude dos cidadãos e o que poderá ser feito, pela própria empresa ou pela Assembleia para que se aumente a separação de resíduos.

Em resposta, o Senhor Eng.º Tiago Borges considerou que grande parte da população encontra-se sensibilizada, sendo necessário trabalhar na temática da Educação Ambiental, sendo esta dirigida essencialmente o público escolar. De momento, e em coordenação com a TERAMB, existe um apoio da Sociedade Ponto Verde para campanhas, a trabalhar em ambos os municípios da ilha Terceira, para a temática do vidro. Paralelamente, e com o regresso das touradas onde se verifica uma grande produção de vidro, será reforçado a campanha de sensibilização durante os eventos, para que seja diminuída a percentagem de vidro no resíduo indiferenciado. Realçou que, existirão pessoas que não são sensíveis à reciclagem, considerando que apenas com incentivo, como por exemplo do sistema PAYT, poderão aumentar os recicláveis, uma vez que ao produzir menos resíduos indiferenciados irão reduzir no pagamento dos resíduos. Informou ainda que irão promover um concurso, no âmbito das juntas de freguesia, premiando as freguesias que apresentarem maior taxa de separação em cada fileira de resíduos.

Em réplica, o Senhor Deputado Pedro Pinto destacou que, na visita à RESIAÇORES, o vidro encontra-se em local separado, mas que por vezes chega à empresa dentro de sacos de plástico, que dificulta a separação e a reciclagem, uma vez que contamina o plástico. Questionou, no seguimento da

informação de implementação do sistema de recolha de vidro nas festividades associadas às touradas, se será com distribuição de mais contentores ou através de ações de sensibilização.

Em resposta, o Eng.º Tiago Borges, esclareceu que a empresa recolhe apenas o que está dentro do ecoponto, não sendo responsáveis pela separação, sendo necessário atuar junto dos munícipes para explicar que não podem efetuar o depósito. Relativamente aos vendedores ambulantes, será uma ação articulada com a Câmara Municipal, a possibilidade de, durante a vistoria para o licenciamento, ser efetuado pela Praia Ambiente ações de sensibilização juntos dos vendedores. Realçou que, atualmente já disponibilizam durante as festividades, contentores em locais estratégicos, mas sendo intenção da empresa reforçar a quantidade de contentores.

O Senhor Deputado José Contente solicitou o esclarecimento sobre o valor indicado do aumento das quantidades produzidas, e realçou que o Governo Regional, em 2016, iniciou o regime de PAYT para tentar beneficiar quem produzia menos resíduos indiferenciados, destacando que a TERAMB e a MUSAMBI não aderiram ao processo. Questionou o Senhor Eng.º qual a sua opinião sobre esta questão, considerando que este sistema é importante para o futuro dos Açores.

Em resposta, o Eng.º Tiago Borges esclareceu que houve um aumento da tonelada de recicláveis em 8,83%, e no qual referiu que este aumento podia ser mais significativo, sentido de que entende que a pandemia contribuiu para uma alteração de comportamentos, uma vez que aumentou os recicláveis, mas também os resíduos indiferenciados. Relativamente ao sistema PAYT, informou que em novembro do ano passado, foi realizado um fórum organizado pela TERAMB nessa temática, e que considera que este sistema é a solução, uma vez que premeia as pessoas que possuem bons comportamentos, reduzindo o indiferenciado e aumentando a reciclagem. No entanto, destacou que o problema poderá ser colocado na implementação, informando que existem locais que a fazem pela paisagem, com investimento

necessário a efetuar nas viaturas que pesará sempre que algo é colocado no seu interior, sendo o outro método por volume, em que as receitas que a empresa adquiria não era na fatura, na tarifa fixa, mas sim na venda de embalagens próprias – como sacos - para as pessoas colocarem os seus resíduos indiferenciados. Reforçou que é intenção da Praia Ambiente implementar este tipo de sistema, não sabendo ainda como o vão fazer, reforçando que considera o sistema por cubicagem de resíduos indiferenciados produzidos, o mais viável.

CAPÍTULO V

CONCLUSÕES

Na sequência das diligências realizadas no âmbito da apreciação da **Petição n.º 47/XI - “Pelo futuro da Gestão de Resíduos nos Açores”**, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, aprovou, por unanimidade, as seguintes conclusões:

- 1) A Petição foi devidamente subscrita, no mínimo, por 300 cidadãos, nos termos da alínea a) do n.º 1) do artigo 192.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, pelo que reúne as condições legais para ser apreciada em reunião plenária da Assembleia;
- 2) As pretensões dos peticionários têm origem na defesa de que a construção de uma central de valorização energética na ilha de São Miguel só deverá ocorrer quando se verificarem cumulativamente a plena observância da hierarquia de gestão de resíduos, implementada no seu máximo potencial a nível da prevenção, reutilização, recolha seletiva, reciclagem, valorização orgânica, valorização energética por biometanização, no âmbito da planificação e execução das ações de gestão concretamente desenvolvidas; que esteja assegurado o cumprimento das metas definidas pela União Europeia a nível da reciclagem de resíduos sólidos urbanos: até 2025 devem ser reciclados 55% dos resíduos sólidos urbanos, percentagem que

deve atingir os 60% em 2030 e 65% em 2035; a garantia de não incineração de resíduos que possam ser reciclados”.

- 3) Considera-se que a construção da central de valorização energética da ilha de São Miguel é da responsabilidade de AMISM; sendo que o projeto já se encontra aprovado, financiado e adjudicado. Considera-se ainda que o Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores prevê a construção de uma central de valorização energética na ilha de São Miguel.
- 5) Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem como ao membro do Governo Regional com responsabilidade e competência na matéria.

Vila do Porto, 28 de fevereiro de 2022

A Relatora: Joana Pombo Tavares

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente: José Gabriel Eduardo

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Bom, provavelmente depois do debate que ocorreu antes, o tema está esgotado e poderemos considerar a Petição apreciada? É este o entendimento da Câmara?

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção começa por enaltecer o trabalho realizado pelo Dr. Filipe Tavares, como cidadão, pelas convicções que defende, as quais devem ser respeitadas e enalticidas, pela cidadania que este ato representa. A

quantidade de horas da vida dele que certamente terá perdido, na defesa da causa que chegou agora aqui. O trabalho que envolveu esta Petição. Todas estas razões que eu aqui identifiquei são seguramente suficientes para qualquer um dos Deputados desta Casa se pôr de pé e enaltecer esse trabalho. Há seguramente nesta Casa e nos grupos parlamentares, principalmente nos maiores, pessoas com mais informação, que acompanharam mais de perto todo o trabalho levado a efeito por parte do Sr. Tavares e que deveriam também assinalar esse trabalho, porque nos tempos que correm e com o egoísmo cada vez mais reconhecido na nossa sociedade contemporânea, é de valorizar e acarinhar estas iniciativas que cada vez menos vão aparecendo, porque no dia em que os cidadãos perceberem que não lhe é dado o devido valor, será também o dia em que a democracia ficará mais pobre, porque já por si só a participação cívica é um trabalho. A exposição pública que estes atos de cidadania muitas vezes trazem, porque trazem desconfortos, o facto das pessoas ficarem expostas a eles e de também não terem o devido reconhecimento, eu acho que é desmotivador.

Por isso, faço aqui o meu reconhecimento pessoal pelo trabalho do Sr. Tavares.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Marco Costa.

Deputado Marco Costa (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A nossa primeira palavra é para os peticionários, porque não podemos deixar de reconhecer os nobres objetivos que movem os peticionários, na ambição do alcance de uma economia circular cada vez mais perfeita.

Estas e outras manifestações da preocupação ambiental são de louvar, pelo conhecimento, trabalho e preocupação que transportam, merecem o nosso reconhecimento.

Os peticionários defendem a gestão de resíduos com observância da sua hierarquia princípio, que nós também defendemos.

Defendem o cumprimento das metas europeias que acompanhamos.

Defendem que não devem incinerados resíduos com potencial de reciclagem.

Tudo isto com um propósito superior de inviabilizar a construção da central de valorização energética, enquanto todos os pontos referidos anteriormente não estejam cumpridos.

Ora, não podemos acompanhar esta posição.

Por um lado, porque é um processo que já está a acontecer. E, por outro, porque todos os dados disponíveis que foram aqui debatidos e apresentados, provam que com o melhor cenário possível no cumprimento de todos os objetivos e metas, não será possível ter solução para todos os resíduos produzidos e não recicláveis.

Nós não colocamos os objetivos económicos acima da ambição ambiental. Mas temos uma posição realista e de responsabilidade.

Vejamos, até, o que foi a gestão de resíduos durante a pandemia que ainda nos acompanha e todas as alterações na gestão que foi preciso implementar para lidar com os resíduos por ela produzidos.

Sem dúvida que é justa a ambição dos peticionários, que acaba por ser de todos nós, e que só pode ter o sucesso pretendido, se cada açoriano e cada empresa da nossa Região cumprir a sua parte e, por isso, devemos todos juntos, cada vez mais, trabalhar nesta aposta.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Infelizmente, discutimos esta Petição numa altura em que as reivindicações dos peticionários não foram atendidas por esta Casa.

Saúde, naturalmente, os peticionários na pessoa do primeiro subscritos, Filipe Machado Tavares, saudando a sua iniciativa cívica por uma vez mais, trazer este assunto a debate, levando à discussão pública a problemática de resíduos na Região e, acima de tudo, preconizar um caminho diferente daquele que tem sido seguido até aqui, ao nível da gestão de resíduos nos Açores.

Efetivamente, nós temos marcado passado nesta área. Não foram cumpridas as metas de preparação de reciclagem para 2020, precisamente pela gestão que é feita nas ilhas onde se constrói, construiu ou se planeia construir incineradoras. E isso é sintomático do efeito que essas decisões têm tido na gestão de resíduos na Região.

O facto de na ilha de S. Miguel termos ainda uma deposição em aterro tão elevada, só é responsabilidade das entidades que gerem os resíduos nesta ilha e, já agora, do Governo que não fez cumprir as metas que estão vertidas em lei.

O processo da construção da incineradora arrasta-se há mais de 10 anos, já para não falar da ideia que é muito mais antiga. E foi toda essa trapalhada, ao longo dos anos, que impediu que em vez de se trabalhar para construir e viabilizar uma incineradora, se trabalhasse a montante na recolha seletiva, na sensibilização, na criação de outro tipo de estruturas como o tal tratamento mecânico-biológico que agora está a ser construído. Se já estivesse (construído) em funcionamento, teríamos certamente muito menos resíduos depositados em aterro e não teria sido necessário criar tantas células de aterro como nós temos hoje. Ou seja, chegados aqui, temos de facto um conjunto grave de problemas na área dos resíduos e, em vez de os resolvermos, vamos criar mais problemas.

Infelizmente, o centrão político a que se associou o CHEGA, decidiu que estava tudo bem e que o caminho a seguir era aquele que continuamos a prosseguir (até aqui) e que vamos continuar a seguir, pois como se pode ver, a perspetiva que este Governo tem para a área dos resíduos não é a de reduzir, não é reciclar mais, embora tenham escrito qualquer coisa no Plano que agora está em consulta pública, é sim produzir mais para incinerar. E esse *fado* da gestão de resíduos nos Açores, infelizmente, tem responsáveis e tem rostos. E os rostos estão aqui.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gustavo Alves.

(*) **Deputado Gustavo Alves (PPM):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo: O Grupo Parlamentar do PPM saúda todos os peticionários participantes nesta iniciativa cívica intitulada “Pelo futuro da gestão de resíduos dos Açores”.

Revemo-nos nas linhas ecológicas e ambientais de todos os peticionários, em que é necessário gerir os resíduos, de modo que tenhamos uma consciência mais ambiental, tenhamos redução da pegada ecológica e que seja possível fazer reutilizações e também reciclagem.

Essa consciência ambiental e essa gestão de resíduos, começa em nossa casa, em qualquer casa, e também nas indústrias, mas começamos por falar das nossas famílias. É lá em casa que devemos e nas escolas que devemos inculcar o sentido ambientalista de que é preciso fazer melhor do que se tem feito até então e cada vez mais.

Na mesma, com ou sem incineradora, é preciso passar essa mensagem, para que todas as juntas de freguesia, câmaras e localidades consigam ter melhores percentagens de reciclagem e outra coisa que ainda não acontece muito e que tem a ver com os eletrodomésticos, arranjá-los e poder reutilizá-los, pois muitas vezes avariaram por coisa pouca.

Permitam-me que, a propósito desta Petição, partilhe uma ideia convosco que julgo ser muito importante para as próprias juntas de freguesia. As câmaras fazem o transporte dos resíduos para os centros de processamento de resíduos e responsabilizam-se pelos gastos provenientes desse mesmo transporte. O transporte de plásticos e papelão, sendo materiais que ocupam muito volume e pesam pouco, fazem viagens nos veículos destinados ao transporte de resíduos, mas se as juntas de freguesia tivessem, como já existe nalgumas, uma espécie de ecocentro em que fosse possível ter uma prensa mecânica para o papelão e o plástico, que compactasse esse lixo, o que proporcionaria o transporte em maior quantidade numa só viagem. E, então, haveria um segundo equipamento, um triturador de vidro. Este material, por regra, chegamos do continente português. Nós consumimos esses produtos que têm na sua constituição o vidro e depois ainda temos que os transportar de volta ao continente para ser feita sua reciclagem. Então, utilizando esses dois equipamentos, a prensa permitiria transportar mais toneladas em menos viagens, logo as autarquias teriam uma poupança a nível de combustível, de emissões de CO2 e também menos gastos com as viaturas; o triturador de vidro, mói o vidro que fica praticamente em areia que pode ser reutilizada na construção civil, embelezamento de jardins ou até mesmo – em pequena quantidade – para artesanato.

Assim sendo, as juntas de freguesia podiam estabelecer protocolos com as autarquias, mediante os quais contabilizassem que redução de gastos teriam com a implementação deste hipotético sistema que não está amadurecido ainda, mas que me fez surgir a ideia no estudo desta Petição.

Esta parece-nos ser uma excelente ideia para que as juntas de freguesia tenham mais alguma liquidez e também uma maior partilha de mensagem, em que é preciso fazer mais reciclagem e mais reutilização. Julgo que este seria um bom contributo.

Por fim, saudar mais uma vez os peticionários e passar também a mensagem de que vale a pena ter estas iniciativas cívicas, trazê-las a esta Casa, porque

na verdade, somos todos açorianos, tanto os que aqui estão neste Plenário como os que estão lá em casa e temos vontade de fazer da nossa Região um sítio melhor.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Obrigado Sr. Presidente. Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, cumpre-me saudar os peticionários por esta atitude cívica, na pessoa do Sr. Filipe Tavares que, de resto, representa o movimento “Salvar a Ilha” e que é, aliás, uma luta já muito antiga deste Movimento. E o Grupo Parlamentar do CDS teve oportunidade de reunir com este Movimento e de discutir amplamente esta matéria, também com as associações que o compõem. E analisámos os dados que nos foram fornecidos por eles e fizemos a devida avaliação e acareação versus os dados que nós conseguimos também recolher. E, assim, cingindo-me apenas ao que consta desta Petição, importa dizer que à imagem daquilo que sucede com os projetos de resolução que, entretanto, discutimos e votámos, o Movimento de um conjunto de pressupostos que não nos parecem corretos, nomeadamente o facto de desprezar que a decisão de construção ou não da central de valorização energética, do ponto de vista estrito, é da exclusiva responsabilidade e competência é da AMISM; ignora que o PEPGRA prevê a possibilidade de construção duma central de valorização energética em S. Miguel, não havendo por isso qualquer incumprimento ou irregularidade nesta decisão; assume que o projeto Eco Parque de S. Miguel subverte a hierarquia da gestão de resíduos, quando isso também não acontece; e o projeto em

desenvolvimento para a ilha de S. Miguel prevê a instalação duma solução integrada (já previa) e soluções tecnológicas que estão de acordo com o princípio de hierarquia de prevenção e gestão de resíduos definida, reutilização com eco centro, reciclagem e centro de triagem, TMB (tratamento mecânico e biológico) e compostagem; outros tipos de valorização, incluindo a valorização energética com tratamento biológico, incineração e eliminação com células de aterro de resíduos perigosos e banais.

Ignora, ainda, que as metas comunitárias são uma imposição para os estados-membros e não no sentido restrito da Região, para qualquer uma das ilhas ou para qualquer sistema de gestão de resíduos e que as metas aplicáveis na RAA são as que estiverem definidas no PEPGRA.

Esquece-se esta Petição, também, que atualmente em S. Miguel 70% dos resíduos são depositados em aterro, o que não é obviamente aceitável, mas que também existem metas a cumprir nesta matéria.

Assume que a central de valorização energética da Terceira pode receber a fração resto de resíduos de S. Miguel, quando consideramos que isso não se verifica.

Parte do princípio de que os sistemas de gestão de resíduos estão dispostos a incinerar resíduos que possam ser reciclados, quando esses resíduos constituem uma importante fonte de receita que é fundamental até para a viabilidade económica dos mesmos.

Ignora que existe um projeto da AMISM, aprovado, financiado e adjudicado para a construção duma central de valorização energética em S. Miguel, cujo cancelamento levaria seguramente aos correspondentes processos indemnizatórios e inevitavelmente a expensas do erário público.

Ao contrário do que foi aqui afirmado, pelo Deputado António Lima, de que se desinvestiu na sensibilização ambiental, acrescento a informação que consta da página 27 do Relatório do Sistema Regional de Informação sobre Resíduos, em que diz que “de 2014 até 2020, ininterruptamente e

paulatinamente, houve aumento dos valores de reciclagem e separação de resíduos”.

(Neste momento o Deputado Rui Martins mostra um gráfico à Câmara)

Não houve, portanto, qualquer quebra entre 2018/2019 e 2019/2020. Isto está no Relatório e há um aumento paulatino que já vem do tempo do Partido Socialista, de 2014. E face a 2012 também houve um aumento, apenas houve um decréscimo entre 2013/2014. Claro que há pouco não tive a rapidez de o poder apresentar, mas foi a informação que eu veiculei e agora está aqui a prova de que é verdade. Não fui eu que fiz o gráfico, está no Relatório, na página 27.

Deputado Pedro Neves (PAN): Eu vou acreditar que seja assim!

O Orador: Por isso, cumpre-me mais uma vez saudar a atitude cívica dos peticionários, mas efetivamente, face àquilo que é exposto, não podemos corroborar a tese que elaboram.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já quase tudo foi dito sobre este assunto, mas não queria deixar passar esta oportunidade para saudar daqui desta bancada os peticionários e os seus promotores, porque na verdade, foram eles que puseram na ordem do dia o debate sobre esta matéria. E este debate foi fundamental para percebermos como os interesses dos grandes partidos convergem sempre, quando se trata de questões estruturantes.

Já que o Sr. Deputado Rui Martins fez referência ao Sistema Regional de Informação de Resíduos, eu também queria dizer que esse mesmo Sistema, numa divulgação ainda bastante recente, diz que 75% dos resíduos

indiferenciados que entram na incineradora da ilha Terceira são recicláveis. Este é que é o número que importa reter e que importa ter sempre presente, independentemente da vontade que exista de seguir em frente com a queima de resíduos na RAA.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Contente.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista subscreve a atenção que temos que ter com aqueles que se manifestam, em termos democráticos, através deste instrumento que é a Petição, neste caso do Sr. Filipe Tavares e dos 340 peticionários onde ele está incluído. E deve-se dizer duas ou três coisas perante o debate que gravitou em torno deste assunto.

Em primeiro lugar, neste momento, nós consideramos que esta Petição é extemporânea, não pela legitimidade que os peticionários têm de fazê-la, mas pelo adiantado do processo da central de valorização energética de S. Miguel. Começando um pouco pelo fim, neste momento, esse processo está em sede de relatório de conformidade ambiental do projeto de execução. E o que se irá passar – o que aconteceria com qualquer governo – é que a autoridade ambiental, em sede de RECAP, se não houver conformidade do projeto de execução com os normativos em vigor, incluindo naturalmente as condicionantes da DIA e com as metas de reciclagem, o projeto não poderá ser aprovado. E, portanto, há aqui mais um passo que tem que ser dado. Mas, na nossa opinião, é preciso também desmistificar um pouco – daí a nossa argumentação ao longo destes dias – alguns pressupostos que quanto a nós não estão corretos. Aliás, devemos dizer que recebemos este primeiro peticionário noutra qualidade do Movimento “Salvar a Ilha” e respondemos a 46 questões, por escrito, nomeadamente opondo algumas situações a que ele se referia.

Desde o princípio, foi dito aqui ontem, que não há nenhuma desconformidade com a diretiva nem com a legislação nacional, porque o Decreto Legislativo Regional nº30/2010, do qual aqui falámos, está em vigor e segue todas as normas das diretivas comunitárias, nomeadamente as específicas que tem que seguir. Tal como referi ontem, bastaria ver o Artigo 8º-A, no seu nº6, para se verificar que a DIA está em conformidade com a legislação. Logo, havia um mau pressuposto inicial em relação a esta situação.

Depois, também já foi dito aqui, mas é preciso precisar porque isto não é uma questão de opinião, as metas aplicáveis e que vão ser estabelecidas no PEPGRA, são feitas ao abrigo do nº2, do Artigo 27 do Decreto-Lei nº 102/2020, de 10 de setembro e, por isso, o PEPGRA vai exatamente estar em conformidade com um dispositivo legal e vigente que regula esta matéria.

De qualquer modo, independentemente da Região acompanhar as questões das metas previstas na diretiva, os objetivos do PEPGRA não têm que ser iguais para todas as ilhas. Pode haver, e há, alguma ideia de que há 7 ilhas que até podem ter metas de reciclagem na ordem dos 85% e que há outras 2 ilhas que, por via dos resíduos que produzem, terão alguma capacidade de reciclar menos, mas isto será naturalmente feito de acordo com aquilo que se prevê sejam as metas de reciclagem que vierem a ser definidas nesse PEPGRA. E nós acreditamos que esse instrumento está sendo gizado para potenciar a questão da reciclagem. Aliás, quando se faz o balanço de massas do Eco parque da ilha de S. Miguel, o próprio signatário não tem uma ideia, ou pelo menos não a demonstra, de que conhece todas as vertentes deste balanço de massas. Por exemplo, a quantidade de refugos do sistema de tratamento biológico e valorização orgânica por compostagem, os “quais que apesar de utilizados como reciclagem, terão necessariamente de ser eliminados” – são quase 3 mil toneladas. “A quantidade de escórias metálicas e de incineração imputáveis aos resíduos urbanos que contabilizam para o apuramento da reciclagem” são cerca de 350 toneladas por ano. “A quantidade de resíduos urbanos valorizados por outros operadores da ilha de

S. Miguel que contabilizam para o apuramento de reciclagem” são quase 7 mil toneladas.

Portanto, há um conjunto de pressupostos que deviam ser entendidos no âmbito desta discussão que, por um lado, é a conformidade da legislação vigente em relação àquilo que se passou com este processo e com este projeto. E ao contrário de alguns pressupostos que poderiam existir, isso não corresponde àquilo que é a lei e aos pressupostos que vigoram, e estavam anunciados como já foi dito aqui, no PEPGRA, sabendo-se que havia uma central de valorização energética para a ilha de S. Miguel desde a aprovação desse primeiro PEPGRA.

Depois, também é importante dizer, quando se fala em questões de reciclagem, que desde 2016, de modo a promover e a incentivar um sistema equitativo de reciclagem, o Governo Regional, nomeadamente para 7 ilhas, criou (Portaria 19/2019, de 3 de março) alguma evolução nas tarifas, face à percentagem de quem conseguia reciclar mais e, portanto, pagava menos.

Neste momento, e como se passa noutros países, seria importante que se introduzisse na Região o sistema *poluidor-pagador* – o sistema PAYT, para que o aumento da reciclagem pudesse ser também uma realidade. Para tal, a TERAM e a MUSAMI teriam que aderir a esse sistema (PAYT).

Por outro lado, há uma outra coisa que gostaríamos de dizer em sede de matéria ambiental. Também já acompanho isto há alguns anos, quer pela formação quer pelo meu interesse, e é preciso saber que, por vezes, nestas coisas a emoção tolda-nos a razão. O ano passado a Europa aprovou uma central de valorização energética na Polónia. E, portanto, as próprias diretivas comunitárias – a Europa é cada vez mais sensível às matérias ambientais – não o faria. Porque nós não estamos a falar de centrais de valorização energética, ou das célebres incineradoras, como elas eram há muito tempo. Hoje elas têm mecanismos de filtragem, porque aquilo que seria nocivo para nós, é a quantidade de gases emitidos em termos de libertação para a atmosfera e isso está mais minimizado com estes novos projetos, senão eles

não continuariam a existir, como é o caso dum central de valorização energética no meio de Viena na Áustria, junto à população. Portanto, eu penso que temos que nos despir um pouco dalgumas questões que fogem àquelas que estão nos dispositivos legais e que também são importantes para que este assunto se verifique.

Em resumo, toda a gente está interessada em que o ambiente continue a ser nos Açores uma marca responsável. Mas é preciso também, e para terminar, dizer apenas que bastaria fazer uma comparação entre o que é emitido pela Central Térmica do Caldeirão, em S. Miguel, em termos gases, e aquilo que virá a ser emitido pela central de valorização energética, para se perceber que haverá grandes vantagens com essa central, para além da energia que ela pode descarregar na rede, no caso de S. Miguel.

Por último, e mesmo para terminar, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista gostaria continuará a defender as questões ambientais dos Açores com rigor, mas também com o sentido da responsabilidade e naturalmente com o sentido de quem sabe que não podemos ter nos Açores a ideia de vivermos em permanente *Primavera irisada ou colorida*. Nós também não devemos atender só às questões técnicas. Mas devemos fazer um balanceamento entre o aproveitamento dos nossos recursos, até a um limiar máximo que otimize a sua gestão sem danos para o ambiente.

Penso que é esta a visão equilibrada que devemos ter para o ambiente nos Açores para podermos continuar a trilhar o desenvolvimento com realismo e com capacidade de desenvolver em simultâneo a nossa Região.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero saudar os peticionários desta Petição e dizer apenas umas palavras de apreço relativamente a uma coisa que é muito importante, que é uma bandeira que vamos ter nos Açores. Os Açores vai ser a região da União Europeia com a última incineradora construída. E isso, sem dúvida, é uma bandeira da qual devemos estar completamente orgulhosos, porque depois desta, não vai haver mais nenhuma incineradora que a EU aprove ou ajude com fundos comunitários. Gostaria também de dizer que da mesma forma que as iniciativas aqui presentes e que foram votadas antes da apresentação desta Petição, e que vão ser *queimadas* na nova incineradora, da mesma forma que estavam extemporâneas porque demoraram 1 ano a vir aqui para serem votadas, também sobre esta Petição foi dito a todos os peticionários que era extemporânea, porque ela foi inserida em março de 2020 – repito – **março de 2020**, nem sequer foi nesta Legislatura. Tanto que eu como cidadão, assinei esta Petição, porque foi na Legislatura passada. Obviamente que tudo é extemporâneo quando passa 2 anos.

Eu só quero dizer com muita pena a todos os peticionários, que tudo aquilo que foi feito, foi para trancar qualquer tipo de movimento que fosse completamente contrário aos partidos políticos que supostamente têm mais peso nos Açores, que nada é feito e tudo pode ser bloqueado, mesmo que seja dentro da democracia, ou da Assembleia ou duma petição de cidadãos que, pelos vistos, não vale a pena, pois pode demorar 2, 3 ou 4 anos, até chegar aqui a esta Casa, a fim de ser discutida. E, depois, é considerada extemporânea.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Deputada Délia Melo (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relatório e Parecer da

Petição n.º 16/XII

“Pelo regresso urgente da colaboradora mais antiga do Serviço de Oncologia do Hospital do Divino Espírito Santo, a esta Unidade”

INTRODUÇÃO

A 3 de novembro de 2021, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição, à qual foi atribuído o n.º 16/XII, intitulada “Pelo regresso urgente da colaboradora mais antiga do Serviço de Oncologia do Hospital do Divino Espírito Santo, a esta Unidade”, cuja primeira signatária é Maria José Correia Cabral.

Por despacho do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a referida petição foi remetida à Comissão de Assuntos Sociais, para relato e emissão de parecer.

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de petição, previsto no artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa, é exercido nos termos do disposto no artigo 9.º do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto.

Cabe à comissão permanente especializada com competência na matéria a apreciação da petição e elaboração do respetivo relatório, nos termos do disposto nos n.ºs 1 dos artigos 190.º e 191.º do Regimento, bem como do artigo 73.º, n.º 4 do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, alterada pelas Resoluções da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 49/2021/A, de 11 de agosto, e n.º 52/2021/A, de 25 de outubro, que aprova as competências das comissões especializadas permanentes, as matérias relativas a “*Serviço Regional de Saúde*,” onde se enquadra a presente petição, são competência da Comissão de Assuntos Sociais.

ADMISSIBILIDADE

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais (Lei n.º 43/90) e regimentais (artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a Comissão de Assuntos Sociais procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do referido regimento e deliberou admiti-la, por unanimidade.

OBJETO DA PETIÇÃO

A primeira peticionária refere, em sede de exposição de motivos, que “Recentemente os doentes oncológicos do Hospital do Divino Espírito Santo constataram que a colaboradora mais antiga do Serviço de Oncologia, Sra. Graça Faustino, conhecida dos doentes das 9 ilhas pela sua, não só competência, mas também humanidade e dedicação inextinguíveis ao serviço e aos seus doentes, foi transferida para outro serviço de forma súbita e inexplicável.

Com mais de 30 anos de serviço, conhecida por todos os doentes oncológicos das 9 ilhas como um "raio de sol" naquele serviço, pelas suas qualidades técnicas e humanas (sem menosprezar as outras duas colegas, também de grandes qualidades), dum dia para o outro é mudada de serviço sem consulta prévia contra o previsto até na legislação laboral.

Por ordens superiores mandam-na sair do serviço de Oncologia. Espécie de "transferência sumária". Porquê? Eis a pergunta que pretendemos ver esclarecida e a sua situação laboral resolvida, fazendo com que regresse ao sítio onde a sua humanidade, para além da competência, é um bálsamo para as dores de quem entra naquela sala que por vezes parece uma antecâmara da morte.

Tal facto, a somar à ausência súbita e também de difícil explicação do fundador do referido serviço de oncologia e reconhecido oncologista, o médico oncologista Dr. Rui San Bento, que o tornou ao longo dos anos um serviço de excelência no HDES, está a contribuir para uma desagregação drástica da qualidade na assistência aos doentes oncológicos na Região, correndo-se o risco de poder estar até em causa a segurança dos atos médicos dos profissionais que se encontram ao serviço porque a trabalhar sob enorme pressão.

Assim, os signatários abaixo identificados, com base nos fundamentos acima expostos, enviam a presente Petição a Sua Ex.^a o Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, a fim de ser distribuída por todos os grupos parlamentares, e encaminhamento à Comissão de Assuntos Sociais da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sua Ex.^a o Presidente do Governo Regional dos Açores, e Sua Ex.^a o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto, para que haja uma solução rápida e urgente para esta situação que gera muita insegurança e ansiedade nos doentes oncológicos dos Açores e solicitando o regresso da Sra. Graça Faustino ao Serviço de Oncologia ao qual dedicou exemplarmente toda a sua vida profissional.

Se possível apurar igualmente os motivos que estão a levar a um mau funcionamento do Serviço de Oncologia do HDES”.

DILIGÊNCIAS EFETUADAS

A Comissão de Assuntos Sociais deliberou proceder à audição da primeira peticionária, a cidadã Maria José Correia Cabral, e do Vogal do Conselho de Administração do Hospital do Divino Espírito Santo (pelouro dos Recursos Humanos), bem como solicitar pareceres escritos à CGTP-IN/Açores e à União Geral de Trabalhadores dos Açores (UGT-A).

As audições da primeira peticionária, a cidadã Maria José Correia Cabral, e do Vogal do Conselho de Administração do Hospital do Divino Espírito Santo (pelouro dos Recursos Humanos) decorreram no dia 3 de fevereiro de 2022, pelas 15h00 e 16h00, respetivamente.

- **Audição da primeira peticionária, a cidadã Maria José Correia Cabral:**

A senhora Maria José Cabral começou por referir que era doente oncológica e que foi nesta condição que liderou a presente petição, que contou com a assinatura de vários outros doentes. Explicou que, num passado recente, o Hospital do Divino Espírito Santo (HDES) tinha um serviço de oncologia de excelência, com uma humanização de serviços. Porém, no início de setembro de 2021, começou-se a sentir o desmoronamento do serviço, com o cancelamento de consultas de oncologia. Tal gerou uma angústia tremenda nos doentes. No seu caso, reclamou junto do Conselho de Administração do HDES, mas não obteve resposta, pelo que endereçou a sua queixa ao Secretário Regional da Saúde e ao Provedor da Saúde. De ambas as partes obteve resposta, mas sem quaisquer desenvolvimentos. No mesmo dia em que obteve a resposta por parte da tutela da Saúde, a consulta foi remarcada para a semana seguinte, o que gerou intranquilidade na utente, por considerar injusto passar à frente a outras pessoas que se encontravam a aguardar consulta há mais tempo. Este sentimento de injustiça levou a peticionária a criar um grupo privado no Facebook para expor a sua situação e impelir as pessoas a reclamarem, orientando-as nos procedimentos. Aliado a esta questão, tomaram conhecimento da transferência da funcionária do serviço de oncologia para o arquivo. Sendo o HDES uma entidade pública, sujeita ao princípio da transparência, não poderia ter tomado a decisão de transferir a funcionária em questão, dado ter a obrigação de proceder à audição do trabalhador. A peticionária contesta as declarações da Administração do Hospital que veio a público dizer que se pretendia implementar o sistema de

rotatividade dos funcionários para os capacitar para os diferentes serviços. A mesma explicou que as coisas não se processam deste modo – há que informar o diretor de serviço, ouvir a trabalhadora e dar uma justificação plausível para o efeito. Nada disso foi feito, o que a leva a crer que foi uma transferência arbitrária que contraria todos os princípios do direito do trabalho e da função pública e que é contestável em qualquer tribunal. Não foi, porém, esta parte legal que deu origem à petição, mas sim o sofrimento dos doentes. A senhora Graça Faustino, colaboradora mais antiga do serviço de oncologia, estava naquele serviço há 31 anos e dava vida ao espaço, humanizava-o. Ouvia os doentes, acompanhava-os, tranquilizava-os e prestava um apoio personalizado, conhecendo todos os doentes pelos seus nomes.

Feita a exposição por parte da peticionária, foi aberta a primeira ronda de questões, tendo-se inscrito a deputada Alexandra Manes (BE) que começou por referir que os doentes oncológicos estão numa situação de grande fragilidade e tudo aquilo que poderá ser feito para atenuar a angústia dos mesmos deve ser feito. Neste sentido, e tendo em conta que a petição refere que a situação teve um impacto direto na qualidade da assistência prestada aos doentes oncológicos, a deputada bloquista quis saber se a colaboradora voltou ao seu posto de trabalho depois de ter sido feita esta petição. Perguntou, também, se a situação de desagrado por parte dos doentes tinha sido reportada ao Conselho de Administração do HDES e qual a resposta emitida pelo mesmo; se o mau funcionamento do serviço de oncologia que os peticionários alegam está diretamente ligado com a saída da funcionária e, por último, se no hiato temporal entre a petição e o dia da audição da peticionária houve alguma alteração significativa que deva ser realçada.

Em resposta às questões, a peticionária Maria José Correia Cabral deu nota que nada se tinha alterado e que a funcionária não tinha voltado ao seu posto de trabalho, pois colocou baixa médica depois de ter sido transferida para

outro serviço e, de momento, encontra-se deprimida, situação que preocupa todos os doentes. A mesma informou ainda que tinha sido chamada ao Conselho de Administração para ser ouvida em relação às suas queixas, mas que não ficou esclarecida, pois os membros do referido Conselho, na sua opinião, foram irónicos na sua intervenção. Por último, referiu que vieram médicos do território nacional para consultas de oncologia, dado o Dr. Rui San-Bento estar de baixa, mas o acompanhamento foi feito de forma muito distante, sem se dar a devida atenção aos doentes e sem criar laços de empatia com os mesmos. Acrescentou também que a funcionária Graça Faustino tratava de toda a parte administrativa, pelo que nunca havia atrasos, nem faltas de resposta por parte do serviço, porque a mesma tinha sempre o cuidado de entrar em contacto com os doentes para justificar as alterações das consultas, para remarcar as mesmas e informar do ponto de situação das diferentes questões relacionadas com os utentes.

Seguidamente, interveio a deputada Ana Quental do PSD que mostrou perplexidade com a adjectivação utilizada pela peticionária para descrever o atual estado do serviço de oncologia do HDES. Perguntou, nesse seguimento, se a falta de técnica e humanismo que a peticionária referiu está diretamente ligada à transferência da funcionária em questão para outro posto de trabalho ao abrigo da mobilidade interna, visto existirem outros profissionais que asseguram a prestação dos serviços técnicos naquele local. Quis confirmar se esta situação levou a que os doentes tivessem deixado de ter acesso aos tratamentos e se as consultas e os exames deixaram de ser marcados. Se tal aconteceu, o que acontecia quando a funcionária colocava atestado ou entrava de férias. Verificava-se o mesmo cenário?

A peticionária explicou que a técnica continua presente nos cuidados prestados pelos restantes profissionais, no entanto a saída da funcionária daquele espaço fez com que os doentes sentissem a falta de humanização dos serviços, a falta de empatia, porque a funcionária em causa era a alma

daquele serviço. A senhora Graça Faustino nunca colocou qualquer atestado e aproveitava o período de férias do Dr. Rui San-Bento para também usufruir das suas.

Em réplica, a deputada Ana Quental (PSD) explicou que quem gere equipas, gere competências, personalidades e conflitos. Ademais, é necessário ter funcionários capacitados e que sejam capazes de trabalhar em diferentes serviços, pelo que as afirmações feitas pela peticionária desqualificam os colegas de profissão da senhora Graça Faustino que trabalham no mesmo espaço.

Numa segunda ronda, pediu, novamente, a palavra a deputada Alexandra Manes (BE) que, na sequência das afirmações feitas pela peticionária, quis perceber se esta considerava que o sucedido era uma penalização da funcionária e quais os motivos que a levaram a ser penalizada, ao que foi esclarecida que nem a própria trabalhadora conhece a razão da decisão tomada. Todos se sentem penalizados, os doentes e a funcionária.

Seguidamente, interveio o deputado Tiago Lopes (PS) que perguntou se, até à saída da funcionária Graça Faustino, a peticionária tinha notado alguma alteração nos procedimentos que pudesse justificar a sua inadaptação ao serviço, tendo sido informado que se notava cansaço e algum mau ambiente no serviço de oncologia, mas a funcionária nunca deixou de dar o seu melhor. O deputado socialista quis saber se a peticionária tinha conhecimento de mais utentes que tenham feito chegar a mesma preocupação ao Conselho de Administração do HDES e se foram chamados pelo mesmo para eventuais esclarecimentos. Em resposta, a peticionária disse ter tido conhecimento de uma colega de serviço que tinha feito o mesmo e que também tinha sido chamada.

A deputada Salomé Matos (PSD) usou da palavra para recentrar a discussão, explicando que a única questão que deverá ser analisada é a exposição de motivos para o regresso da mais antiga colaboradora do serviço de oncologia do HDES. Nesta sequência, a mesma considera que os adjetivos utilizados

pela peticionária na descrição do serviço atual minorizam a intervenção de outros profissionais, pelo que solicita que a peticionária seja mais específica na apresentação de situações concretas que tenham ocorrido e que a levem a falar na desumanização dos serviços. A terminar, questionou a peticionária se o discurso adotado não seria uma forma de instalar a insegurança entre as pessoas que recorrem ao serviço de oncologia.

Em resposta, a senhora Maria José Correia Cabral explicou que a mobilidade interna segue regras que não foram respeitadas, pelo que a decisão foi ilegal e imoral. Em relação à desumanização, deu como exemplo a questão da falta de empatia e interação entre os funcionários e os doentes.

Na terceira e última ronda, pediram a palavra as deputadas Catarina Cabeceiras (CDS-PP) e Ana Quental (PSD) para questionar a peticionária se tinha conhecimento de outras situações de mobilidade interna dentro do HDES, tendo a mesma respondido afirmativamente, mas os casos que conhece mereceram concordância da parte dos respetivos funcionários.

- **Audição do Vogal do Conselho de Administração do Hospital do Divino Espírito Santo (pelouro dos Recursos Humanos):**

O Dr. Luís Almeida começou por referir que, “para o HDES, os seus funcionários são um valor e não apenas um ativo”, frisando que “os funcionários do Hospital do Divino Espírito Santo são excelentes e merecem sempre um elogio público.”

O vogal do Conselho de Administração deu nota que “o HDES é uma entidade acreditada internacionalmente pela CHKS, como tal todos os seus funcionários têm as suas funções definidas através de uma ficha de descrição de funções. Dentro das várias categorias profissionais, uma é a de assistente técnico. A categoria profissional de assistente técnico tem enquadramento legal e funções claramente definidas.” Acrescentou, ainda, que “68% dos assistentes técnicos estão afetos ao serviço de Gestão de Doentes”, um serviço com uma direção própria que depende diretamente do Conselho de

Administração. Com o objetivo de melhorar todos os dias o tratamento dos doentes, o Conselho de Administração gere o HDES da forma mais eficiente e eficaz, “alocando os seus recursos onde eles são mais necessários e assim maximizando o bem-estar, ou minimizando o sofrimento” dos utentes.

Aberta a primeira ronda de inscrições, pediu a palavra a deputada Alexandra Manes (BE) que questionou o Conselho de Administração dos motivos da transferência da funcionária para o arquivo. A mesma quis saber quando foi que o Conselho de Administração teve conhecimento da petição e se este órgão sabia da excelente relação entre a funcionária e os utentes. A terminar, perguntou se a transferência era definitiva e se havia tão grande necessidade de proceder a esta alteração tendo em conta aquilo que são as declarações dos utentes.

Em resposta, o Dr. Luis Almeida explicou que o serviço de gestão de doentes tem vários assistentes técnicos que aloca aos serviços clínicos, logo não há assistentes técnicos dos serviços de oncologia. Nos últimos 6 anos, 68% dos assistentes técnicos mudou de posição. Há mobilidade dentro do próprio serviço, pelo que esta não é uma situação isolada. Em relação à petição, tomou conhecimento somente depois da mesma ter dado entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores. No que toca à transferência da funcionária, explicou que o arquivo clínico é um serviço sensível, bastante dinâmico, e que necessita de pessoas capacitadas. A decisão de transferir a funcionária em questão para este posto foi tomada em conjunto com a diretora do serviço que, na reunião, fez a proposta à funcionária, tendo a mesma alegado não se estar a sentir bem. Nesta sequência, saiu da reunião e não voltou ao HDES, uma vez que apresentou baixa e está, desde então, nesta condição. Terminou a referir que tinha conhecimento da boa relação entre a funcionária e os utentes, tal como tem o mesmo conhecimento em relação a outras funcionárias noutros serviços daquele hospital.

De seguida, interveio a deputada Ana Quental (PSD) que fez alusão à audição anterior e ao facto de a peticionária ter referido que a saída da funcionária colocou em causa a qualidade do serviço prestado na oncologia, solicitando comentários aos presentes acerca desta afirmação. A enfermeira diretora, Lúcia Rodrigues, referiu que não tinha havido queixas, ou seja, a qualidade assistencial e humana não foi beliscada pela saída da senhora Graça Faustino. Para completar a resposta, o vogal do Conselho de Administração explicou que há uma média de 31 mudanças de postos de trabalho por ano. Quanto aos assistentes técnicos afetos à gestão de doentes, há uma média de 10 por ano. Seguidamente leu as fichas de funções adstritas aos assistentes técnicos nos diferentes serviços, incluindo as do assistente técnico no arquivo, realçando a necessidade de haver trabalhadores capacitados a desempenhar esta função.

Numa segunda ronda de questões, pediu, novamente a palavra a deputada bloquista Alexandra Manes que sublinhou o vínculo emocional entre a funcionária do serviço de oncologia e os utentes. Neste seguimento, e face às evidências, questionou se não haveria outro funcionário para desempenhar as funções no posto do arquivo, tendo sido esclarecida que o Conselho de Administração gere o HDES por objetivos e racionalização de ativos. O vínculo é, de facto, importante, mas tudo continua a funcionar dentro da normalidade. O arquivo é, também, um serviço imprescindível que necessita de gente capacitada.

Interveio, seguidamente, a deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP) a referir que a questão não deve ser analisada sob a perspetiva de serviço mais importante, pois ambos os serviços são essenciais. Para tentar compreender melhor o desagrado da funcionária, perguntou se chegou alguma exposição da mesma a referir que não desejava a transferência.

Em resposta, o Dr. Luis Almeida explicou que há sempre um diálogo com os trabalhadores. Neste caso, quando a transferência foi proposta, a mesma saiu da sala com a argumentação de se estar a sentir mal. Ficou, desde então, de

baixa e não houve desenvolvimentos. A mesma não fez chegar qualquer informação ao Conselho de Administração a demonstrar o seu desagrado.

Pedi, de seguida, a palavra a deputada Salomé Matos (PSD) que solicitou um comentário às declarações da peticionária que referiu que esta transferência era um castigo para a funcionária, que houve falta de transparência no processo e que todos foram lesados.

O vogal do Conselho de Administração refutou as afirmações feitas, referindo que há uma lei a ser cumprida e que todo o processo seguiu os trâmites legais, pelo que ninguém ficou lesado.

Em réplica, a deputada concluiu que, face ao exposto, não houve lugar à compreensão dos motivos da transferência por parte da funcionária, dado que se sentiu indisposta e abandonou a reunião, não se tendo inteirado das questões como elas realmente eram, nem manifestou qualquer desagrado, até porque nem iniciou funções no arquivo, pelo que também nem está em causa a incapacidade de adaptação.

O último a intervir nesta segunda ronda foi o deputado Tiago Lopes (PS) que revisitou a audição feita à atual diretora do Conselho de Administração do HDES, aquando da sua indigitação, onde a mesma sublinhou a área dos recursos humanos como um vetor de capital importância a ter em consideração. Neste seguimento, questionou os presentes se houve alguma auscultação prévia das preferências de mobilidade entre serviços. Perguntou, igualmente com quanto tempo de antecedência a funcionária foi informada da sua transferência; se o HDES reconhece que esta mobilidade exige acordo entre a entidade empregadora e o funcionário e, por fim, se o HDES já tinha entrado em contacto com a funcionária depois de esta ter apresentado baixa.

O deputado foi esclarecido que o HDES tem captado e retido recursos humanos e ouve diariamente os anseios dos seus trabalhadores. Há um diálogo permanente. Com a funcionária em questão, não foi diferente. Houve uma conversa prévia para explicar e ouvir a funcionária, mas tendo a mesma abandonado a reunião, não foi concluída. Por último, o Dr. Luis Almeida

informou que não é prática o Conselho de Administração ligar aos seus funcionários quando se encontram de baixa, até porque esta ação poderia ser mal interpretada e violar os direitos dos funcionários.

Em réplica, o deputado socialista Tiago Lopes quis saber se o Conselho de Administração estaria disponível para reverter a situação, ao que foi informado que não poderia reverter uma situação que nunca chegou a acontecer.

Na terceira e última ronda, a deputada Alexandra Manes (BE) que voltou a insistir nas competências demonstradas pela funcionária, o que fazia dela uma pessoa imprescindível no serviço a que estava afeta. Perguntou, assim, se não havia outra alternativa que não afetasse o serviço de oncologia e se, a voltar ao trabalho, poderia ser equacionada a permanência da funcionária ao serviço a que estava alocada. Esta última questão foi, também, reforçada pelo deputado Tiago Lopes (PS). A terminar, o deputado Rui Espínola (PSD) teceu vários considerandos que comprovam como o serviço assistencial não foi posto em causa e perguntou qual o trabalho que tem sido feito pelo Conselho de Administração do HDES na área da humanização dos serviços.

A enfermeira diretora respondeu que, na área da humanização de serviços, há várias ações de sensibilização e formações. Para além disso, os vários funcionários estão sob a alçada dos enfermeiros chefes que têm a obrigatoriedade e a sensibilidade para agir com base nos princípios da humanização dos cuidados. Tem havido investimento do HDES em relação a este aspeto e é transversal a todas as categorias profissionais.

O vogal do Conselho de Administração referiu que não se pode gerir um hospital com base em petições nem em suposições, mas em situações concretas e tendo em conta aquilo que é melhor para todos, numa ótica de gestão e racionalização de recursos humanos. Se a funcionária voltar, logo se verá o que acontecerá. Concluiu garantindo que o HDES é um hospital humano.

A Comissão de Assuntos Sociais rececionou os seguintes pareceres escritos:

CONCLUSÕES E PARECER

Considerando as pretensões dos peticionários, bem como o teor das audições efetuadas, a Comissão Permanente de Assuntos Sociais deliberou, por unanimidade, emitir o seguinte parecer:

1. Considerando que a presente petição foi subscrita por mais de 300 cidadãos, deve a mesma ser apreciada em Plenário da Assembleia Legislativa, nos termos e para os efeitos do disposto no respetivo Regimento;
2. A petição é da responsabilidade de utentes do serviço de oncologia, que manifestaram a sua preocupação com a transferência da funcionária para outro serviço.
3. A funcionária visada não manifestou, por nenhuma via, o seu desagrado em relação à sua possível transferência, dado que a mesma se ausentou da reunião com Conselho de Administração quando o tema estava a ser abordado, alegando indisposição, não tendo regressado ao trabalho, por estar de baixa desde então.
4. Os peticionários alegaram que a transferência da funcionária teve um impacto negativo na qualidade da atividade assistencial prestado no serviço de oncologia. Para além disso, referiram que a funcionária era muito competente e criava grande empatia com os doentes, pelo que a sua saída desumanizou os serviços. Por seu turno, o Conselho de Administração informou que não recebeu qualquer queixa em relação à qualidade da atividade assistencial, estando tudo a funcionar dentro da normalidade. Disse, ainda, ter conhecimento de outros funcionários, afetos a outros serviços, que também estabelecem uma relação de empatia com os utentes.

5. O Conselho de Administração deu nota que o serviço de gestão de doentes tem vários assistentes técnicos que aloca aos serviços clínicos, logo não há assistentes técnicos dos serviços de oncologia e, nos últimos 6 anos, 68% dos assistentes técnicos mudou de posição. Há mobilidade dentro do próprio serviço, pelo que esta não é uma situação isolada.
6. Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem como ao membro do Governo Regional com responsabilidade e competência na matéria.

Ponta Delgada, 24 de fevereiro de 2022.

A Relatora: Délia Melo

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

São anexos ao presente relatório os pareceres escritos rececionados.

O Presidente: Joaquim Machado

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como ainda não disse neste Plenário, “primeiramente” saudar a peticionária...

(Risos da Câmara)

...pela apresentação desta Petição, sem dúvida iniciativas como esta são importantes na aproximação entre eleitos e eleitores, numa sociedade que se quer dinâmica, ativa e cada vez mais próxima dos seus representantes eleitos.

E, como tal, quero saudar os peticionários na pessoa da Senhora Maria José Correia Cabral.

O objeto desta Petição é a mobilidade da Senhora Graça Faustino, uma colaboradora mais antiga do Serviço de Oncologia e prende-se com o facto de muitos dos utentes que recorreram a este serviço terem uma grande empatia por esta Senhora no serviço que presta naquele departamento. A Petição surge para que ela volte a esse serviço.

No âmbito dos trabalhos da Comissão, foi transmitido que realmente houve uma abordagem à Senhora para existir uma mobilidade do Serviço de Oncologia para o Arquivo Clínico, porque estes funcionários estão ao Serviço de Gestão de Doentes e a verdade, pelo que conseguimos perceber, é que esta é também uma prática recorrente no que concerne a mobilidade de funcionários. Até no âmbito dos trabalhos da Comissão, foi-nos transmitido que a média seria 31 mudanças de postos de trabalho por ano e que relativamente aos assistentes técnicos, seria uma média de 10 por ano.

Foi-nos também transmitido, no âmbito dos trabalhos da Comissão, que realmente houve uma primeira abordagem a esta Senhora para que ela passasse a estar afeta ao Serviço de Arquivo Clínico e que a Senhora se sentiu mal, saiu da reunião e que, entretanto, tem estado de baixa.

Deputada Andreia Costa (PS): Porque será...?

A Oradora: E, como tal, não chegou até este momento pelo menos, nenhum pedido da parte da funcionária a transmitir que estava incomodada ou que não gostaria de ser deslocada para esse serviço.

Como tal, percebemos a inquietude dos utentes. E, como foi dito nos trabalhos da Comissão, para qualquer utente do Serviço Regional de Saúde claro que é melhor e sentem-se mais confortáveis quando têm caras conhecidas e isso acontece em todos os serviços, porque realmente existindo essa empatia, torna muitas vezes as coisas mais fáceis. E claro que também neste Serviço de Oncologia isso aconteceria.

Daquilo que percebemos, julgamos que mesmo durante este período em que a Senhora está de baixa, a verdade é que continua a existir um bom serviço prestado por parte das assistentes técnicas que estão no dito serviço. Por isso, e apesar de compreender toda esta situação e o que motivou estes peticionários, a verdade é que pareceu-nos que nada foi efetivado, apenas existiu esta primeira abordagem e que, como é natural, essas decisões fazem parte da gestão dos conselhos de administração que certamente irão resolver tudo pelo melhor.

Muito obrigada.

Deputada Ana Luís (PS): Oxalá que tenham em conta o que a senhora disse!

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Célia Pereira.

Deputada Célia Pereira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Pode uma pessoa fazer a diferença?

É esta a grande questão subjacente a esta Petição.

Esta petição surgiu pela mão da primeira peticionária, doente oncológica, em sequência e como consequência de uma sucessão de circunstâncias, promovidas pelo HDES, geradoras de angústia e incerteza, quer da peticionária quer dos demais doentes do serviço de oncologia:

- Afastamento súbito do reconhecido oncologista, fundador do serviço de oncologia do HDES, Dr. Rui San Bento, e enorme pressão sobre os profissionais que se encontram ao serviço, o que segundo os peticionários, contribuiu para a desagregação drástica da qualidade na assistência aos doentes oncológicos na Região;

Deputado Tiago Lopes (PS): Muito bem!

A Oradora: Reclamação ao Secretário Regional da Saúde e Desporto e ao Provedor do Utente da Saúde devido ao cancelamento de consultas de oncologia a partir de setembro de 2021, tendo obtido uma resposta, mas sem

quaisquer outros desenvolvimentos para além da remarcação da sua consulta para a semana seguinte, no mesmo dia em que recebeu resposta da tutela.

- Transferência arbitrária da funcionária do serviço de oncologia, Graça Faustino, para o arquivo. Graça Faustino, a funcionária mais antiga do serviço de oncologia, com cerca de 31 anos de serviço, que segundo a peticionária dava vida ao espaço, humanizava-o. Ouvia os doentes, acompanhava-os, tranquilizava-os e prestava um apoio personalizado, conhecendo todos os doentes pelos seus nomes.

E, é justamente este último facto, que parece transpor o limite da compreensão dos doentes que, incrédulos, assistem ao desmoronar do Serviço de Oncologia do HDES pelo atual CA. Serviço hospitalar, até então, reconhecido como um serviço de referência pela excelência e qualidade de atendimento e atos médicos.

A desumanização evidente do serviço de oncologia que, em poucos meses, passou de um serviço de excelência para um serviço no qual ao cancelamento de consultas se soma a vinda de clínicos do território nacional para, sem registo de continuidade ou proximidade, assegurarem consultas a doentes particularmente vulneráveis, com quadros clínicos sensíveis e de elevado risco. Doentes, para quem um dia pode ditar o sucesso ou insucesso das terapêuticas e respetiva recuperação. Um serviço de saúde onde a esperança de vida se alimenta de ciência, de fé e de humanismo.

Deputadas Ana Luís e Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

A Oradora: Em audição na Comissão de Assuntos Sociais foi referido, por parte dos representantes do CA, que *para o HDES, os seus funcionários são um valor e não apenas um ativo*, que a mobilidade desta funcionária para outro serviço não é um caso isolado. Foram mesmo avançados valores estatísticos como sustentação deste procedimento.

Foi, ainda, referido que *cerca de 68% dos assistentes técnicos, categoria profissional com enquadramento legal e funções claramente definidas, estão afetos ao serviço de gestão de doentes, um serviço com uma direção própria*

que depende diretamente do Conselho de Administração. Não havendo assistentes técnicos dos serviços de oncologia.

Números. A frieza dos números a tentar explicar uma decisão incompreensível para os doentes, utentes do serviço de oncologia.

Deputada Ana Luis (PS): Muito bem!

A Oradora: O CA acrescentou que *a funcionária em questão foi transferida para o arquivo clínico, um serviço sensível, bastante dinâmico e que necessita de pessoas capacitadas.* A sensibilidade dos papéis a sobrepor-se à sensibilidade das pessoas.

Deputada Andreia Costa (PS): Muito bem!

Deputada Ana Luíís (PS): É tão boa, tão boa que foi ao arquivo!

A Oradora: E, no entanto, todos se sentem penalizados, os doentes e a funcionária.

Não foi possível ouvir o Responsável do Serviço de Oncologia uma vez que foi chumbada a sua audição, pela maioria que suporta este Governo Regional, ficando no limbo e a aguardar resposta outras questões que também se impõe colocar e esclarecer.

Deputado Tiago Lopes (PS): Uma vergonha!

A Oradora: É certo que no HDES, como em qualquer organização, a mobilidade interna é uma possibilidade sujeita a regras e procedimentos, nomeadamente a anuência entre as partes. Uma concordância em suspenso no processo da proposta de transferência da Graça Faustino, a funcionária mais antiga do serviço de oncologia, uma vez que na reunião em que a transferência lhe foi proposta, a mesma saiu da sala por se sentir mal e, desde então, se encontrar de baixa médica.

Como se sentiriam quando, após 31 anos de bom e efetivo serviço vos comunicam a vossa transferência para o arquivo? O arquivo onde não há doentes, mas processos, documentos e mais documentos em fim de linha.

Como reagiriam quando ao fim de 31 anos de dedicação e entrega ao vosso trabalho em que, a uma ficha técnica de funções, acrescentaram o melhor de

vós, gravando na alma o rosto, a voz e a história de cada um dos doentes que acompanharam?

Há silêncios, há ausências que são a melhor resposta, a melhor defesa de quem sente profunda mágoa.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

A Oradora: Há faltas que, sem demérito para as qualidades e profissionalismo dos demais, são sentidas e incompreendidas quando não é dada uma justificação plausível que as sustentem.

Esta petição dá bem nota da falta que a Graça Faustino faz no serviço de oncologia do HDES. E a Graça Faustino com o seu silêncio e baixa médica dá, também, boa nota da falta que o serviço de oncologia lhe faz.

Disse.

Deputado Francisco César (PS): Grande Célia!

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Quental.

(*) Deputada Ana Quental (PSD): Muito obrigada Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Regional dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, saudar todos aqueles que fazendo uso da petição, concorrem para dar voz, não só às grandes causas, mas também a assuntos da nossa comunidade que, embora mais pequenos em magnitude, não deixam de ser menos nobres.

No entanto, em relação a esta Petição, devo dizer que ela parte duma premissa errada, ou seja, a funcionária não deixou de pertencer a um serviço a que está afeta que é o Serviço de Gestão de Doentes.

Deputado José Ávila (PS): Ah pois não!

A Oradora: Ela simplesmente iria mudar para outro posto, provavelmente se tivessem chegado a esta conclusão das partes, uma vez que – já foi dito aqui por mais do que uma vez – a Senhora, na hora da reunião, abandonou a mesma e não houve o restante diálogo e concretização efetiva da mudança de posto de trabalho.

É importante relembrar que não é inovação no Hospital e noutras instituições, a mobilidade dos funcionários dentro da mesma. A mobilidade interna existe e sempre existiu em qualquer hospital no mundo ocidental, sendo uma ferramenta de gestão de recursos humanos imprescindível para o equilíbrio das equipas e para a racionalização de recursos.

Mal de nós, dos doentes e da sociedade em geral se assim não fosse. E dou um exemplo muito prático e atual: a reorganização que tivemos que fazer em todos os serviços do Hospital inventar equipas, reorganizar equipas, não só no Hospital como em todas as unidades de saúde quando tivemos agora a pandemia para gerir.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Carlos Freitas (PSD): Iam todos para casa!

A Oradora: E tudo isto graças à abnegação e esforço de todos os funcionários, ao equilíbrio e ao trabalho das equipas e a interajuda. Quando se está com o espírito aberto para a mudança e para novos desafios, tudo se torna mais fácil.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

A Oradora: Quem trabalha numa organização como a do hospital, sabe que o seu contrato é com a instituição e não com o serviço específico ou uma especialidade médica.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Desde que seja dentro da sua categoria profissional.

Várias são as profissões dentro do Hospital que constantemente necessitam e usam a mobilidade interna ou mudança de posto trabalho, como lhe queiram chamar. Isto acontece muito com assistentes técnicos, com assistentes operacionais, com enfermeiros. Muitas das vezes, para substituir ausências pontuais ou de longa duração, são chamados a colaborar. Deus nos livre se assim não fosse. Por vezes, são os próprios que, por motivos pessoais, pedem a chamada mobilidade interna.

A mobilidade interna é um instrumento de gestão de recursos humanos imprescindível para gerir as equipas.

Deputada Ana Luís (PS): A gente sabe o que é a mobilidade interna, Sra. Deputada!

A Oradora: Tem muitas vantagens e qualquer enfermeiro sabe perfeitamente ou qualquer médico que esteja nesta sala.

Deputada Andreia Cardoso (PS): E a gente também!

A Oradora: Permite alocar recursos, promove o crescimento pessoal e profissional, promove a aprendizagem, a atualização de conhecimentos, evita a resistência à mudança e à alteração de rotinas e métodos de trabalho, permite gerir conflitos, permite a satisfação pessoal e consequente importância de cada um dentro da equipa. Também dá a oportunidade a quem, não se adaptando ao posto de trabalho, tem a possibilidade de mudar para outro.

Por outro lado, promove a confiança e o bem-estar dos utentes.

(Apartes impercetíveis de alguns Deputados da bancada do PS)

A Oradora: Não sei qual é a vossa admiração. Significa mesmo que não sabem como é trabalhar num hospital.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputada Ana Luis (PS): É uma questão de princípio Sra. Deputada!

Deputado Berto Messias (PS): Perseguir pessoas, é o que vocês fazem!

A Oradora: Por outro lado, promove a confiança e o bem-estar dos utentes que recorrem aos seus serviços, pois podem confiar nas competências de todos os elementos que fazem parte da equipa.

Em contrapartida, a responsabilidade dum serviço ficar somente a cargo dum elemento da equipa, desvirtua o trabalho em equipa. Corre-se o risco, na sua ausência, de toda a dinâmica se perder. O atendimento, o acompanhamento, as marcações, o apoio psicológico, os tratamentos e as técnicas são responsabilidade de toda uma equipa multidisciplinar em que não é apenas um elemento mais importante do que o outro. Todos são importantes dentro da equipa, cada um com o seu papel. Os colaboradores complementam-se e contribuem para o bom desempenho da equipa e, conseqüentemente, da humanização dos cuidados. Aliás, faz parte da cultura de humanização dos cuidados do Hospital de Ponta Delgada a formação em serviço que não é só do tempo da acreditação por volta de 2007, muito antes disso já se investia muito na qualidade do atendimento presencial e telefónico, na gestão de conflitos, como lidar com o público, como lidar com más notícias, etc.

De realçar também que o parecer dos Sindicatos que foram chamados à Comissão, são unânimes de que não houve violação nem incumprimento das regras laborais por parte da entidade com a colaboradora em causa.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: São questões de gestão interna.

Deputada Ana Luís (PS): Nunca esteve em causa a questão laboral, é uma questão de saúde pública, Sra. Deputada!

A Oradora: Por fim, aproveito este momento para saudar todos os profissionais do Serviço Regional de Saúde pelo enorme contributo que dão, independentemente do posto que ocupam a favor dos Açores e dos açorianos. Disse.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Chama-se “perseguição” o que aqui está em causa!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso era o que o senhor fazia!

Deputado Berto Messias (PS): sim, sim.

Eu perseguia pessoas que era um disparate!

Tome juízo!

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Continuam abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

(*) Deputada Alexandra Manes (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Quero começar por saudar todas e todos os peticionários que, num ato de cidadania, e sem receios de represálias, fizeram-nos chegar as suas preocupações, receios e ansiedades através desta petição. Saudar a primeira peticionária pela coragem, pela sua força e pelo exemplo de determinação que nos dá a todas e todos.

Quero também endereçar uma palavra de coragem às pessoas que padecem desta doença oncológica, às suas famílias e pedir às e aos sobreviventes que sejam exemplos a seguir, exemplos de força! Exemplos de resiliência.

Esta Petição apela a que não seja transferida uma trabalhadora que, ao longo de muitos anos, no desempenhar das suas funções, no serviço de oncologia

do Hospital do Divino Espírito Santo, em Ponta Delgada, desenvolveu um profundo vínculo afetivo com as e os doentes oncológicos, bem como com as suas famílias, fossem essas pessoas residentes em São Miguel ou para lá se deslocassem em tratamentos ou consultas.

Num serviço desta natureza, é de extrema importância que haja uma (ou mais) pessoas de referência que transmitam segurança, conforto e bem-estar emocional. E não me surpreende nada que haja pessoas que, em determinados períodos da vida, criem mais empatia com algumas pessoas. É normal! É humano!

No entanto, com a tomada de posse do atual CA do HDES, muitas foram as coisas que se foram alterando e sendo notícia na comunicação social da Região.

Deputado Flávio Soares (PSD): Alterando para bem!

A Oradora: Uma das coisas que aconteceu e que levantou celeuma foi exatamente a pretensão de transferir esta trabalhadora para um outro serviço do hospital.

Em sede de Comissão, e ouvidos dois membros do Conselho de Administração, a mim não me convenceram que esta trabalhadora em questão, exatamente esta trabalhadora com quem os doentes tinham desenvolvido um vínculo afetivo, seja transferida para o arquivo, com o objetivo de trabalhar dados, pela sua reconhecida capacidade para tal. Ou seja, aparentemente, num hospital daquela dimensão, com um número acentuado de assistentes técnicos, só naquela trabalhadora, exatamente naquela trabalhadora que estava antes com o Dr. Rui San-Bento, reconheceram as capacidades necessárias para trabalhar dados, no arquivo.

É importante, Sras. e Srs. Deputados mencionar aqui que foi delineada uma campanha que terá um espaço temporal de 3 anos e que tem como mote “Por cuidados mais justos”, para inspirar mudanças e mobilizar ações, para lá do próprio dia da luta contra o cancro, visando consciencializar para a lacuna de equidade que afeta muitas pessoas. A campanha trianual constitui um fio

orientador para trabalhar um tema específico a cada ano, constituindo a trilogia: conhecer, agir e desafiar.

O primeiro ano da campanha – este, é sobre a compreensão e o reconhecimento das desigualdades no tratamento do cancro, é o ano para questionar e ajudar a reduzir o estigma; é o ano para **ouvir as perspetivas dos doentes oncológicos – repito** - e as suas comunidades, e deixar que essas experiências vividas guiem os pensamentos e ações, para que se comece a imaginar uma maneira melhor de fazer as coisas e construir uma visão mais justa no futuro.

Era importante que o Conselho de Administração do HDES seguisse este rumo, ouvindo as perspetivas dos doentes oncológicos e seus familiares que apelam à manutenção desta trabalhadora, neste serviço com características tão próprias.

Infelizmente, entre os doentes oncológicos e os seus familiares e o tratamento de dados, parece que este Conselho de Administração prefere que prevaleça a sua decisão de transferir esta trabalhadora, sobrepondo-se ao bem-estar emocional destas e destes doentes, contrariando aquela que é uma das estratégias definidas para a campanha: **ouvir as perspetivas dos doentes oncológicos** e as suas comunidades.

Disse.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É o problema das *coutadas* dos hospitais!

Deputada Alexandra Manes (BE): Fica-lhe muito bem, Sr. Deputado Bruto da Costa, mandar piadas à oncologia.

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Continuam abertas as inscrições.

Não havendo mais inscrições para a apreciação desta Petição, vamos dar por concluído o debate. E vamos avançar nos nossos trabalhos.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, entramos no ponto 12 da nossa agenda.

Trata-se do **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 50/XII** – “Estrutura Orgânica da Secretaria-Geral da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores”, apresentado pela Mesa, pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD, CDS-PP e PPM e pelas Representações Parlamentares do CH, IL e PAN.

Esta foi uma iniciativa que como manda a Orgânica dos nossos Serviços, foi elaborada pela Sra. Secretária-Geral, ouvido o Conselho Administrativo que obteve parecer favorável, foi aprovada pela Mesa e consensualizada com os líderes, ao longo dum processo de várias reuniões, negociações e temos esta Proposta.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos então passar à votação do diploma. Começamos por votá-lo na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 50/XII foi aprovado, na generalidade, com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS/PP, 2 do Bloco de Esquerda, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e registou 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: O Sr. Deputado Carlos Furtado pediu a palavra para?

(*) **Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Sr. Presidente, não é para uma declaração de voto.

Presidente: Então é para uma intervenção? Faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Sr. Presidente, é para dizer que lamento que dentro da estrutura definida e aprovada pelos partidos que estão

representados nesta Casa, o Deputado Independente não tenha sido ouvido, pois eventualmente podia com os seus contributos ajudar a consensualizar o documento. Apenas isto.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições para o debate na especialidade?

Coloco à votação o 1º Artigo do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: o artigo colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: A primeira proposta de alteração é ao Artigo 2º, uma proposta de aditamento dum nº5 que é subscrita por todos os proponentes da Proposta. E é essa (proposta de aditamento) que coloco à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação o Artigo 2º com a proposta de aditamento que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao Artigo 3º, para o qual há uma proposta de eliminação, também subscrita pela Mesa e por todos os proponentes, do nº3 do Artigo3º. É essa proposta de eliminação que coloco à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de eliminação colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação o Artigo 3º, com esta alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao Artigo 4º.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista solicita que se proceda a uma votação em separado do nº4 do Artigo 4º.

Presidente: Sim senhor.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Do nº4 do Artigo 8º.

Do nº4 do Artigo 11º.

Para já seria só, sem prejuízo de voltarmos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Coincide também com os artigos que o Bloco de Esquerda pretendia.

Então vamos colocar à votação o nº 4 do Artigo 4º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O número colocado à votação foi aprovado com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS/PP, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 25 votos contra do PS e 2 do Bloco de Esquerda.

Presidente: Sr. Deputado Vasco Cordeiro faça favor. Tem a palavra.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista no seguimento, aliás, daquilo que, atempadamente, teve oportunidade de partilhar com os restantes líderes parlamentares de grupos e representações parlamentares, apesar de subscrever este Projeto de Decreto Legislativo Regional, não acompanha a solução que está consagrada neste nº4 e nos restantes nºs. 4 que têm um teor semelhante a este.

As razões para não acompanharmos esta solução, não se prendem com a existência dum *dirigente de cada um desses departamentos*, mas prendem-se com a opção específica que houve de considerar que esses departamentos deveriam ser dirigidos por um *dirigente específico*.

Se consultarmos a legislação que fixa estas categorias de dirigentes, encontramos as razões pelas quais o Grupo Parlamentar do PS não acompanha esta solução.

No nosso entendimento, não estão reunidos os requisitos que na lei são exigidos para a opção por esta figura de *dirigente específico*. E não concordamos com o modo de provimento deste cargo, em particular. E assim sendo, aquilo de que discordamos e que, no fundo, é o entendimento que temos sobre essa matéria, naquilo que foi a apreciação do Grupo Parlamentar, é que consideramos que a natureza, o âmbito e a dimensão de serviços desconcentrados justificariam, neste caso concreto, a criação de um *dirigente de direção intermédia*, com a consequência de o modo de provimento desse dirigente seria profunda, uma cisão. Seria, no fundo, por outra forma que não os cargos de *direção específica*.

Eu faço esta declaração de voto neste artigo, porque me parece que, com permissão do Sr. Presidente, é o nosso entendimento em relação aos outros artigos que consagram esta solução. Dispensamo-me de a fazer em cada um dos números, mas é esta a razão pela qual o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não acompanha a solução que está consagrada e, por isso, vota contra.

Tive oportunidade de, no momento em que foi a subscrição, também dar conta desta questão aos restantes líderes parlamentares.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputados Paulo Estêvão (PMM) e Bruto da Costa (PSD): Isso é uma intervenção! Não é uma declaração de voto.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Eu justifiquei por que razão estávamos contra.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Vamos então colocar à votação o Artigo 4º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo colocado à votação foi aprovado com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS/PP, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 25 votos contra do PS e 2 do Bloco de Esquerda.

Presidente: Muito obrigado Sra. Secretária.

Pergunto à Câmara se posso colocar à votação em conjunto os Artigos 5º, 6º e 7º?

Estão, então, à votação os Artigos 5º, 6º e 7º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está à votação o nº4 do Artigo 8º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O nº 4 do Artigo 8º colocado à votação, foi aprovado com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS/PP, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa

Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 25 votos contra do PS e 2 do Bloco de Esquerda.

Presidente: Está à votação o Artigo 8º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo colocado à votação, foi aprovado com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS/PP, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 25 votos contra do PS e 2 do Bloco de Esquerda.

Presidente: Pergunto à Câmara se posso colocar à votação em conjunto os Artigos 9º e 10º do diploma?

É isso que farei.

Estão à votação os Artigos 9º e 10º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos colocados à votação, foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação o nº4 Artigo 11º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O nº4 do Artigo 11º colocado à votação, foi aprovado com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS/PP, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 25 votos contra do PS e 2 do Bloco de Esquerda.

Presidente: Coloco à votação o Artigo 11º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo colocado à votação foi aprovado com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS/PP, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 25 votos contra do PS e 2 do Bloco de Esquerda.

Presidente: Pergunto à Câmara se posso colocar à votação em conjunto os Artigos 12º, 13º e 14º do diploma?

Então estão à votação os Artigos 12º, 13º e 14º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos colocados à votação, foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação a proposta de alteração, neste caso de eliminação, subscrita pela Mesa e por todos os partidos que propõem este diploma, do nº3 do Artigo 15º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de eliminação colocada à votação, foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação o Artigo 15º do diploma com esta proposta de eliminação que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Pergunto à Câmara se posso colocar à votação os últimos dois Artigos do diploma?

Estão à votação os Artigos 16º e 17º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Decreto Legislativo Regional nº 50/XII foi aprovado, em votação final global, por unanimidade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima para uma declaração de voto.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Rapidamente para dizer que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda votou favoravelmente esta iniciativa, porque considera uma melhoria substancial quanto à Orgânica existente, justificando que nós não o subscrevemos por uma discordância que, depois, manifestámos no nosso sentido de voto e que tem que ver com aquilo que também já foi referido pelo Partido Socialista, ou seja, a forma de provimento dos *dirigentes dos departamentos* que consideramos que, por regra na Administração Pública, devam ser providos por concurso. E tendo em conta que esta solução encontrada não o prevê, temos uma posição de princípio sobre esta matéria da qual não abdicamos. O que não invalida que, no geral, o diploma mereça a nossa concordância.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declaração de voto?

Parecendo não haver, Sras. e Srs. Deputados, permitam-me agradecer todo o apoio e colaboração que tivemos, quer dos Serviços quer da Mesa e dos senhores Líderes Parlamentares. Este é um bom exemplo de que quando nós nos empenhamos, trabalhamos, dialogamos, conseguimos soluções. Podem não ser as melhores soluções, mas são soluções de equilíbrio e de compromisso. Acho que conseguimos dar um passo em frente nessa matéria e agradeço, em nome da Mesa, essa colaboração leal e transparente de todos.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

O Sr. Deputado João Bruto da Costa pede a palavra para uma interpelação á Mesa??

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente, é para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: Muito bem. É regimental. E atendendo à nossa hora, vamos encerrar os nossos trabalhos por hoje.

Regressamos amanhã.

Boa noite a todos. E bom descanso.

Eram 19 horas e 28 minutos.

(*) Texto não revisto pelo orador

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Berto José Branco **Messias**

Manuel José da Silva **Ramos**

Sérgio Humberto Rocha de **Ávila**

Partido Social Democrata (PSD)

Luís Carlos Correia **Garcia**

A redatora: Ana Paula Lemos